

cescontexto

"Diferentes formas de dizer não"

Expressões de conflitos ambientais de mineração
e petróleo em Portugal e na América do Sul

Organização

Adriana Bravin

Lúcia Fernandes

Edição

Sara Rocha

Nº 17

Maio, 2017

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação Geral/General Coordination: Sílvia Portugal

Coordenação Debates/Debates Collection Coordination: Ana Raquel Matos

ISSN 2192-908X

Agradecimentos

Queremos prestar os nossos agradecimentos a todos aqueles e aquelas que permitiram a concretização desta publicação e a realização do Seminário e Fórum público “Diferentes formas de dizer não: conflitos da mineração”.

Agradecemos a toda a equipa do Centro de Estudos Sociais, em particular, aos gabinetes de Eventos Comunicação e Imagem (GECI), de Tecnologias de Informação (GTI) e Gabinete Financeiro (GF) pelo apoio fundamental que prestaram.

Ao ENTITLE - Rede Europeia de Investigação de Ecologia Política, pelo apoio financeiro para a realização do evento.

À Stefania Barca e à Oficina de Ecologia e Sociedade, grupo de trabalho informal no CES, um lugar partilhado entre investigadores/as e estudantes do CES e da UC e ativistas ecologistas da região de Coimbra.

À Sofia Bento, do Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIOUS, Universidade de Lisboa) e ao Francisco Bernardes, do Centro de Tecnologia Mineral (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Brasil), investigadores no projeto exploratório Ambiente em Movimento, que tem como um dos enfoques os conflitos da mineração em Portugal.

À Ana Raquel Matos, investigadora do CES, pela coorganização do evento junto com as autoras desta publicação.

À Sara Rocha, mestranda da Universidade de Coimbra, pelo apoio na edição do número, nomeadamente, pelos comentários, por todo o trabalho de revisão dos textos e de formatação do documento e pela colaboração, em parceria, enquanto membro da Associação Coimbra em Transição, na organização de outros eventos no âmbito desta publicação.

À Adelaide Chichorro, professora auxiliar do Grupo de Estudos Germanísticos da Universidade de Coimbra, pelo apoio na revisão inicial de alguns dos textos.

À Julianna Malerba que generosamente “nos emprestou” o título do livro por ela organizado para batizar o evento que resultou na presente publicação. O livro “Diferentes Formas de Dizer Não - Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral”¹ foi publicado pela Organização Não-Governamental FASE, no Brasil, em dezembro de 2014.

Às pessoas que se disponibilizaram a participar com seus testemunhos e comunicações e partilhar as suas experiências e os seus trabalhos de investigação.

Agradecemos a adesão do público em geral ao evento e às iniciativas associadas que originaram esta publicação.

¹ Obra disponível em: <http://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/9420/>

Índice

Adriana Bravin e Lúcia Fernandes

Apresentação..... 5

I - Conflitos ambientais e a voz dos movimentos de luta contra a mineração e o petróleo em Portugal

Lúcia Fernandes

Mapear *diferentes formas de dizer não*: notas sobre a co-construção do conhecimento dos conflitos ambientais em Portugal..... 12

Associação Ambiente em Zonas Uraníferas

A AZU e a recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas em Portugal 25

António Minhoto

O caso das minas da Urgeiriça e a luta dos ex-trabalhadores da ENU 30

José Janela

Contra a exploração do urânio em Nisa: uma luta vitoriosa..... 34

Stephen Hugman, Dieter Malter, Mathilde Mira

Monchique diz não à mineração. “Salve Monchique de mãos gananciosas” 38

José Miguel Oliveira e Fátima Pinhão

A luta contra a ameaça de exploração de caulino em Bonitos (Soure)..... 46

Maria Teresa Aça de Matos

A formação da PALP no contexto da luta contra a exploração de petróleo no Algarve 56

II - Enquadramento e resistências das comunidades na América do Sul

Fabián Cevallos Vivar

Luchas territoriales: ecología política y comunidades en movimiento frente al Estado neo-extractivo..... 66

Rajiv Maher

Mineração no Brasil e no Chile: “responsabilidade social corporativa” ou “diálogo” para silenciar? 76

Adriana Bravin

Onde tem minério, tem água: o desastre tecnológico da Samarco (Brasil) e os conflitos da mineração além dos limites da comunidade 81

Verónica María Yuquilema Yupangui

Construyendo caminos de resistencia, de lucha y de vida: Desde Intag hasta Tundayme 94

Apresentação

Os conflitos ambientais abordam lutas sociais pela significação do território, pelos diferentes modos de apropriação e uso dos recursos naturais, mas principalmente falam do seu tempo. É nos contextos político, histórico e económico em que emergem e se desenvolvem que podem ser compreendidos. Tais fenómenos constituem-se como processos de oposição, de resistência e mobilização coletiva, suscitados por situações de efetivo ou potencial dano ambiental, social e à saúde (contaminação ambiental, perda de biodiversidade ou outros bens naturais, perda de qualidade de vida e autonomia local, valoração simbólica e material da natureza, entre outros) e também pela discordância com os modelos de desenvolvimento vigentes.

De uma forma geral, os casos de conflito ambiental de que se tem conhecimento até ao momento são motivados pelo funcionamento e/ou pela tentativa de implementação de atividades económicas diversas (agricultura, produção de energia, indústrias, mineração, resíduos, megaprojetos, gestão do território, etc.). Como pontuam Zhouri *et al.*, os conflitos falam de relações assimétricas e não de iguais condições de negociação, uma vez que as posições ocupadas pelos agentes envolvidos “em função de uma distribuição desigual dos capitais económico, político e simbólico, lhes define o poder de ação e enunciação” (2016: 37).

Neste sentido, este número da Cescontexto dedica-se a dar voz àqueles e àquelas que, situados/as em diferentes lugares – na academia, nas ONGs, nos movimentos sociais e nas instituições locais – posicionam-se contrários às velhas e novas práticas económicas extrativistas que avançam sobre os territórios, como a mineração de ferro na América do Sul, ou que renascem na Europa, como a exploração de urânio, feldspato, caulino, ouro e petróleo, em Portugal. Os textos aqui apresentados resultam das comunicações feitas durante o Seminário e Fórum público “Diferentes formas de dizer não: conflitos da mineração”, realizado a 2 de fevereiro de 2016, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, e que mobilizou cidadãos e cidadãs, investigadores/as, ativistas, membros de associações, movimentos e diferentes plataformas portuguesas.¹

Ressalta-se que esta publicação faz parte do percurso de reflexão da Oficina de Ecologia e Sociedade/CES, que tem como antecedentes os números temáticos 17, da revista e-cadernos CES: “Desigualdades ambientais. Conflitos, discursos, movimentos”, coorganizado por Lúcia Fernandes e Stefania Barca; e 100, da Revista Crítica de Ciências Sociais: “Crise ecológica e novos desafios para a democracia”, coorganizado por Stefania Barca, Laura Centemeri e Giovanni Allegretti.

Seminário | Fórum público “Diferentes formas de dizer não”²

O evento teve como objetivo principal possibilitar um espaço de partilha e debate sobre as diferentes maneiras de compreender, enfrentar e resistir a projetos de carácter extrativista e dar visibilidade às alternativas construídas e apresentadas pelas comunidades às atividades de exploração mineral em Portugal, no Brasil, no Chile e no Peru.

As intervenções e o debate foram orientados pelas principais questões: de que forma os grupos se posicionam e como enfrentam a pressão económica, política e social subjacente aos

¹ Ver imagem do cartaz do evento no final desta apresentação.

² Seminário realizado a 2 de fevereiro de 2016, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

modelos extrativistas considerados já esgotados? O que propõem como alternativas e como constroem essas alternativas? Quais são os processos envolvidos e as expressões que assumem as lutas contra a mineração e os diferentes modos de dizer “não” ao modelo extrativista minerador? O que podemos aprender com tais movimentos de protesto e com os seus impactos na resolução de conflitos ambientais?

Registamos, a seguir, todas as comunicações apresentadas durante o seminário. A primeira parte foi dedicada aos casos de resistência na América do Sul. A experiência das comunidades indígenas no Chile e no Peru, a forma como construíram alternativas à mineração tendo por base a autonomia e a autogestão foram apresentadas pelo investigador Rajiv Maher. O discurso em torno da “responsabilidade social e empresarial” (RSE) foi colocado em questão, sob o argumento de que, mesmo com as políticas de RSE colocadas em prática pelas empresas de mineração, as comunidades demonstraram capacidade de reação e disseram “não” à ameaça de destruição ambiental e de fragmentação dos seus territórios. Nestes casos, revelaram-se determinantes os valores indígenas desconhecidos pelas empresas. Também as contra-estratégias das empresas (muitas vezes apoiadas pelos governos) utilizadas para neutralizar as propostas alternativas, sobretudo através da cooptação e divisão das comunidades, foram discutidas.

Do Brasil, a relação entre o desastre provocado pela rutura da barragem de resíduos de minério de ferro da empresa Samarco, uma *joint-venture* das mineradoras Vale e BHP Billiton, em Mariana, no Estado de Minas Gerais, e as resistências à crescente destruição do território pela mineração de ferro naquele Estado, foram abordadas por Adriana Bravin. Apresentam-se as estratégias utilizadas pela sociedade civil para dizer “não” à mineração que ameaça as fontes de água naquela região, com particular enfoque no Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela, que há oito anos resiste à ameaça da empresa de mineração Vale sobre uma importante fonte de abastecimento de água da região metropolitana da capital Belo Horizonte.

Estas apresentações foram comentadas por Fabián Cevallos Vivar, que propôs recuperar posições éticas e políticas que ajudem não só a superação imediata do neoextrativismo (baseado na subordinação mercado-natureza), mas a levantar novas críticas ao modelo de (mau) desenvolvimento, tomando como base visões de descolonização, desmercantilização, despatriarcalização e democratização. Estas formas plurais surgem do âmbito comunitário popular e procuram transcender os limites do Estado-Nação, contrapondo a configuração das instituições pós-estatais baseadas em economias que reconheçam as formas de democracia direta, a defesa dos direitos dos povos indígenas e os direitos da natureza.

A segunda parte do evento foi dedicada aos casos de resistência em Portugal. A apresentação da investigadora do CES Coimbra, Lúcia Fernandes, abordou o trabalho de inventariação e enquadramento dos conflitos ambientais em Portugal, em curso desde agosto de 2014, pela Oficina de Ecologia e Sociedade (Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra) e o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIOUS, Universidade de Lisboa), em colaboração com o Centro de Tecnologia Mineral (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Brasil). O trabalho baseia-se na constituição de uma comunidade alargada de investigação na qual diferentes atores compartilham e constroem conhecimento sobre as ameaças das várias atividades económicas, entre elas a extrativista, procurando construir alternativas.

Ana Raquel Matos³ apresentou uma análise dos principais casos de conflito sobre mineração identificados em Portugal nas últimas décadas, dando especial visibilidade à relação entre ambiente, saúde e cidadania. Apresentou um mapeamento cronológico e territorial dos principais conflitos identificados sobre mineração, dando especial atenção: às particularidades de cada caso; às razões geradoras de cada conflito; aos principais atores que se opõem; aos diferentes argumentos que avançam e aos repertórios de ação e técnicas de protesto usados em cada contexto, avaliando os seus potenciais impactos na resolução desses conflitos. Foram destacadas as lutas desencadeadas tanto pelas populações afetadas, como por associações ou movimentos de protesto criados ou fortalecidos nas localidades onde se concretizaram, ou se planeavam concretizar, projetos de exploração mineral.

Os comentários desta parte do evento ficaram a cargo de Verónica María Yuquilema Yupangui, que destacou a importância dos processos de resistência contra atividades extrativistas. Abordou iniciativas nascidas de organizações indígenas e camponesas no Equador, em contraponto ao modelo dominante de desenvolvimento de carácter extrativista, eurocêntrico e antropocêntrico. As experiências partilhadas tiveram a sua génese em dois processos de resistência concretos: o da população de Tundayme, na província de Zamora Chinchipe, que empreendeu um processo *sui generis* de autodeterminação como povo indígena; e o caso da população camponesa da Zona de Intag, na província de Imbabura, que durante quase duas décadas resistiu ao projeto de minerador Llurimagua. No seu caminho de defesa, esta população promoveu projetos de produção agrícola, de turismo e desenvolvimento sustentável para combater as políticas desenvolvimentistas que lhes eram impostas.

De seguida, os casos de conflitos ambientais envolvendo a mineração e exploração de petróleo, em Portugal, foram apresentados pela voz de ativistas, movimentos, cidadãs e cidadãos que se têm mobilizado contra a exploração de urânio, feldspato, caulino, ouro e petróleo.

A Associação Ambiente em Zonas Uraníferas (AZU) foi representada pela engenheira do ambiente Joana Travessas que, através de um enquadramento histórico desde o ano 2000, apresentou a evolução positiva do processo de requalificação de que as minas têm tido alvo ao longo dos últimos anos, com a requalificação ambiental a cargo do Estado português, através da Empresa de Desenvolvimento Mineiro, após inúmeras reivindicações feitas por esta associação. Abordou ainda os casos de minas onde ainda não houve qualquer intervenção estatal, as quais constituem problemas ambientais graves, apesar do prazo determinado para a requalificação das 61 minas de urânio ter terminado no ano de 2013. A AZU mantém o acompanhamento dos trabalhos de requalificação junto desta entidade, alertando para a existência de situações potencialmente perigosas.

Esteve também representada a Associação dos Ex-Trabalhadores das Minas de Urânio (ATMU) que, pela voz de António Minhoto, antigo trabalhador das Minas da Urgeiriça e atual presidente da ATMU, reforçou os esforços e as conquistas levadas a cabo nos últimos anos na luta pela efetivação das indemnizações às famílias dos trabalhadores que morreram em consequência da exposição à radioatividade no trabalho nas minas. Elencou também todo o trabalho que está ainda por fazer.

A aprendizagem, a partir da herança ambiental e laboral das minas de urânio na Região Centro, fortaleceu o Movimento Urânio em Nisa Não (MUNN), criado em 2007. Neste contexto, José Janela relatou que naquele ano diversas empresas canadianas sondaram a

³ Esta apresentação não consta no elenco de textos da presente publicação.

Câmara Municipal de Nisa para começar a extrair urânio por um período de seis a oito anos. Em junho de 2007, um grupo de quatro cidadãos, preocupados com as consequências dessa atividade para o meio ambiente e a saúde da população, contactou a Quercus. Essa diligência motivou o grupo a promover um debate a 4 de julho de 2007 e, como consequência, foi criado um movimento cívico contra a exploração de urânio em Nisa que tem realizado ações diversas como, por exemplo, em 2008, uma tribuna cívica seguida de uma grande marcha. A organização do movimento local e as ações desenvolvidas têm impedido a exploração de urânio em Nisa até aos dias de hoje.

O caso de Évora foi apresentado por Helena Figueiredo,⁴ que deu conta da forma como a população e ativistas se mobilizaram contra a abertura de uma mina de ouro para exploração a céu aberto, por um período de cinco anos, na localidade de Boa Fé, em plena Serra de Monfurado, uma área classificada como sítio Rede Natura 2000. A mina da canadiana *Colt Resources* (por intermédio de uma empresa portuguesa) implicaria o abate de seis mil sobreiros e azinheiras, ocupando cerca de 100 hectares com a construção de duas cortas de cerca de 100 metros de profundidade em sete hectares cada, duas escombreiras e uma barragem de resíduos, a qual ocuparia 32 hectares onde seriam depositadas 10 mil toneladas de metais pesados. Os ativistas e moradores da localidade de Boa Fé conseguiram, através de uma intervenção pública sistemática junto dos serviços oficiais, demonstrar que o projeto apresenta elevados riscos ambientais. O projeto põe em causa a saúde pública, a sustentabilidade das atividades económicas locais desenvolvidas e o modo de vida da população, além de se constituir como uma ameaça para os recursos hídricos da serra, cujas linhas de água confluem na bacia do Sado, bem como para várias espécies protegidas. Com a sua ação conseguiram que a Assembleia Municipal de Évora se tenha declarado unanimemente contra o projeto, rejeitando a declaração de interesse municipal, o primeiro passo que impede que a exploração venha a ser concretizada.

Em nome da Comissão de Luta contra o Caulino, em Bonitos, Soure, José Miguel Oliveira deu a conhecer a área solicitada para concessão da exploração à Direção-Geral de Energia e Geologia e contra a qual se pronunciaram, unanimemente, o Executivo da Câmara Municipal de Soure e respetiva Assembleia Municipal, a Junta de Freguesia de Soure e a Associação de Defesa do Património Natural e Cultural de Soure. Em diversas reuniões, também as populações se pronunciaram contra o que todos consideram ser uma ameaça à qualidade de vida e ao ambiente na região, dadas as consequências previstas como: poeiras, ruídos, diminuição da mancha florestal e contaminação de águas e terrenos agrícolas. Fátima Pinhão, em nome da mesma Comissão, referiu todas as ações desenvolvidas, nomeadamente uma petição (discutida e votada na Assembleia da República) e reuniões com Grupos Parlamentares, entre outras. A luta destas populações ainda não acabou, mas já dura há dois anos sem que se registem avanços da atividade mineira aí projetada.

Dieter Malter, membro da Associação Ambiental “A Nossa Terra”, apresentou as ações de mobilização local contra a exploração de feldspato em Corte Grande e Carapitotas, uma área da Rede Ecológica Nacional e Rede Natura 2000, em Monchique, no Algarve. Em 1996, empresas alemãs e norte-americanas manifestaram interesse em iniciar a exploração de feldspato em Monchique, não tendo obtido sucesso, pois na ocasião o presidente da Câmara mostrou-se contra o projeto. Nesse ano foi fundada a associação “A Nossa Terra”, que tem vindo a denunciar também a extração ilegal de pedras a serem utilizadas na construção civil e os impactos da suinicultura na localidade.

⁴ Esta apresentação não consta no elenco de textos da presente publicação.

As representantes da Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP), Francisca Viegas, Rosa Guedes e Sara Nan Keller, fizeram a sua intervenção via *skype*. Apresentaram informação sobre os vários contratos para prospeção e exploração de petróleo e gás natural já formalizados, referindo que foram feitas sondagens para estudo e que algumas perfurações estão a ser preparadas. A PALP, formalizada em 2015, defende que a exploração de petróleo e gás no Algarve, e em qualquer parte de Portugal, representa uma ameaça ao ambiente, à biodiversidade e à economia das respetivas regiões, argumentando que, no caso do Algarve, o turismo, enquanto principal motor económico da região, seria fortemente afetado.

Adriana Bravin e Lúcia Fernandes

Referência bibliográfica

Zhour, Andréa; Valencio, Norma; Oliveira, Raquel; Zucarelli, Marcos; Laschefski; Santos, Ana Flávia (2016), “O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social”, *Ciência e Cultura*, 68 (3), 36-40, consultada a 30.08.2017, disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v68n3/v68n3a12.pdf>.

Seminário | Fórum público

"DIFERENTES FORMAS DE DIZER NÃO": CONFLITOS DA MINERAÇÃO

2 de fevereiro de 2016, 10h30-18h30
CES-Coimbra, Sala 1

Seminários:

Adriana Bravin (Universidade Federal de Ouro Preto)
Ana Raquel Matos (CES)
Lúcia Fernandes (CES)
Rajiv Maher (Copenhagen Business School)

Comentários:

Fabián Cevallos Vivar (CES)
Verónica Yuquilema (CES)

Fórum:

Associação de Defesa do Património de Soure | Ambiente em Zonas Uraníferas - ZU | Associação dos ex-Trabalhadores das Minas de Urânio-ATMU | Associação "A Nossa Terra" | Boa Fé : Nem tudo o que luz é ouro - Movimentos de moradores e ativistas | Departamento para o Desenvolvimento Sustentável, Ambiente, Consumidores e Economia Social da CGTP, Movimento "Caulinos não!" | Núcleo Regional de Portalegre da Quercus | Plataforma "Algarve Livre de Petróleo"



Imagem 1. Cartaz do Seminário/Fórum público que motivou a elaboração da presente publicação.

I - Conflitos ambientais e a voz dos movimentos de luta contra a mineração e o petróleo em Portugal

Mapear diferentes formas de dizer não: notas sobre a co-construção do conhecimento dos conflitos ambientais em Portugal^{1, 2}

Lúcia Fernandes,³ Oficina Ecologia e Sociedade - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
luciaof@gmail.com

Resumo: O texto procura sistematizar a experiência de trabalho sobre conflitos ambientais em Portugal iniciada pela colaboração com o *Environmental Justice Atlas* e que depois prosseguiu através do projeto exploratório *Portugal: Ambiente em Movimento*. O trabalho baseou-se no conhecimento exploratório sobre os conflitos ambientais, através da construção de um inventário das diferentes lutas, pessoas, instituições, movimentos sociais e plataformas relacionadas com os casos de conflito, do presente e do passado, procurando proporcionar o contacto entre estas pessoas, os seus conhecimentos, argumentos e aspirações.

Palavras-chave: Portugal, conflitos ambientais, conhecimentos, resistências.

Introdução

O mapeamento dos conflitos ambientais em Portugal é um processo em curso e começou com a colaboração com o *Environmental Justice Atlas* (EJAtlas), em julho de 2014, um mapa de conflitos ambientais em todo o mundo, para a integração de casos portugueses, naquela altura inexistente. À Oficina de Ecologia e Sociedade (EcoSoc), do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC) e ao Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS-CSG, ISEG/UL), instituições a que estou vinculada no meu trabalho de investigação de pós-doutoramento, juntou-se o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), Brasil, na concretização deste trabalho. O nosso objetivo principal foi reunir e

¹ Gostaria e agradecer à Stefania Barca (EcoSoc/CES), à Sofia Bento (SOCIUS/CSG), ao Francisco Fernandes (CETEM, Brasil), à Lays Silva e à Teresa Meira que tiveram um papel fundamental neste trabalho.

² No texto é utilizada a primeira pessoa do singular quando o que é abordado diz respeito a uma interpretação pessoal da autora sobre a informação recolhida. Quando é utilizada a terceira pessoa do plural, a autora procura transmitir o trabalho coletivo realizado em conjunto com as/os investigadoras/es enumerados na nota anterior e com toda a comunidade de pessoas, associativistas e ativistas, técnicos, jornalistas, organizações, instituições, plataformas e movimentos que têm participado, de diferentes formas, neste processo de trabalho.

³ Investigadora no Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações da Universidade de Lisboa e no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde co-coordena a Oficina Ecologia e Sociedade (com apoio da FCT ao seu projeto de pós-doutoramento, SFRH/BPD/79933/2011). O seu trabalho de investigação esteve sempre em diálogo e ligação com movimentos de justiça ambiental, desde o estágio que fez durante a universidade na Fundação Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro até aos dias de hoje.

sistematizar conhecimentos existentes, mas dispersos, sobre conflitos ambientais em Portugal, procurando estabelecer pontes entre os conhecimentos relacionados com casos de conflito do presente e do passado detidos por pessoas, instituições, movimentos sociais e plataformas e os investigadores e suas diferentes áreas de atuação (sociologia, história ambiental, ecologia política, antropologia, economia). O mapa foi lançado em março de 2015.

O projeto exploratório *Portugal: Ambiente em Movimento* (PAeM) deu continuidade a este trabalho e lançou um *site* em agosto de 2016 que reúne informação sobre mais casos de conflitos ambientais: 60⁴ (Ambiente em Movimento, 2016). Nesta segunda etapa, o contacto com pessoas, instituições, movimentos sociais e plataformas foi ampliado e a quantidade de casos inventariados aumentou, bem como a reunião de documentação sobre os casos de conflitos já inventariados no EJAtlas Portugal.

O objeto: questionando e (re)definindo o conceito de *conflito ambiental*

O discurso frequente dos condutores das atividades económicas e de instituições responsáveis pelo seu controlo é o de que os conflitos ambientais colocam em oposição diferentes partes, com diferentes interesses, e que estes podem ser negociados através de peritos que aplicam técnicas eficientes de mediação e resolução de conflitos para se conseguir atingir um consenso. Com grande frequência, o resultado deste tipo de solução tende a favorecer o lado dos interesses económicos envolvidos, dando lugar a medidas mitigatórias compensatórias que não alteram de maneira substancial o projeto em questão e perpetuam a manutenção do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento económico. Busca-se uma solução que pode ser conciliadora, mas que não questiona os pressupostos da conceção de desenvolvimento assumida como vigente.

Desta maneira, o estado do ambiente natural e dos seus componentes, vistos como externos à sociedade e às relações sociais, é uma variável que é gerida e ajustada enquanto recurso para a produção, através de “tecnologias limpas” e do evangelho da ecoeficiência (Martinez-Alier, 2007). Nesta visão, a perspetiva política sobre as desigualdades no acesso aos recursos naturais e ao território e a desigual distribuição dos riscos e das consequências da poluição industrial, que questionam as estruturas de poder existentes, não são consideradas.

O reconhecimento e a tentativa de trabalho com diferentes incertezas

A previsão de comportamento dos problemas ambientais complexos é limitada por diferentes tipos de incerteza de ordem técnica, metodológica, epistemológica e social.⁵ Implica assim que os problemas sejam abordados como complexos, onde a própria relação entre seres humanos e ambiente natural, incluindo a diferença de visões e de contextos, são consideradas.

A definição do conceito de *conflito ambiental* adotada neste trabalho exploratório é, também ela, objeto do trabalho de investigação que se está a desenvolver, partindo deste mesmo percurso, que se pretende discutido e (re)construído coletivamente. Assim, o entendimento existente até ao momento sobre o significado de *conflito ambiental* e a

⁴ Todos os conflitos representados no EJAtlas Portugal estão neste site com informação traduzida para o português.

⁵ Para uma discussão sobre o assunto ver Van der Sluijs *et al.* (2005), relacionada com falta e imprecisão de conhecimentos já existentes em vários âmbitos, controvérsias entre diferentes conhecimentos, maneiras distintas de definição de problemas e de abordagens das instituições aos temas.

resultante definição sobre a qual nos apoiamos neste trabalho, discute a inegável existência de processos de oposição, de resistência e mobilização coletiva suscitadas por situações de efetivo ou potencial dano ambiental, social e à saúde (contaminação dos solos e água de perda de biodiversidade ou outros bens naturais, perda de qualidade de vida e autonomia local, entre outros). As desigualdades estruturais de distribuição de rendimentos e as relações de poder associadas aos objetivos do produtivismo, que consideram o aumento da produção central para a evolução das estruturas sociais, políticas e económicas, têm uma maior carga de danos efetivos ou potenciais. Apoiamo-nos em Martinez-Alier (2007) e na sua discussão sobre o ambientalismo dos pobres e a justiça ambiental e sobre as disputas em torno dos diferentes sistemas de valoração do ambiente. Por um lado, encontra-se o convívio não predatório com a natureza e, por outro, a exploração dos recursos pelo capitalismo. Também Acselrad (2004) tem chamando a atenção sobre as visões diferenciadas entre apropriação, uso e significação do território entre as comunidades e os proponentes dos projetos e as suas práticas geradoras de impactos indesejáveis no solo, água, ar e/ou sistemas vivos.

Inspirações e percurso metodológico: uma cartografia participada de conflitos com uma comunidade ampliada de pares

A leitura dos textos do educador Paulo Freire ajudou a inspirar a metodologia do presente trabalho de investigação. O autor designa por *inérito viável* a materialização de sonhos coletivos de mudança, vista como uma utopia coletiva de transformação da sociedade, e também uma vocação ontológica dos seres humanos em *seres mais* (Freire, 1994). O sonho coletivo em construção e os sonhos individuais, também proclamados por Freire, constituíram uma motivação coletiva para promover o encontro, a articulação e reunião entre pessoas, instituições, lutas, informações e temas, a valorização de múltiplos conhecimentos e a diversidade de narrativas, que incluem visões, análises, desejos e formas de estar no mundo diferenciadas.⁶

Todo um processo de experimentação e reflexão, chamado de *imaginação radical*⁷ por Khasnabish e Haive (2014), constituiu uma força vital que ativou e moveu a transformação social que já emergiu da experiência de interação entre as pessoas, as lutas, os conhecimentos, que são uma maneira de questionamento, e os desafios colocados pelos diferentes sistemas e esferas de poder, pelas formas de violência, opressão e exploração das pessoas e dos territórios. A investigação realizada funcionou também como uma forma de contribuir para o fortalecimento e protagonismo dos movimentos e das suas causas, para a reflexão e (des)construção dos argumentos e das visões sobre os problemas e a construção de alternativas.⁸

A imaginação de uma nova fase convivial da história da sociedade humana, onde há a valorização da comunidade e da construção das suas autonomias, não deixando que o sistema industrial continue a dominar aspetos básicos da sobrevivência, como a educação, os

⁶ Se por um lado, o ponto de partida foi o processo de mapeamento, no momento já verificamos que as necessidades das pessoas, dos movimentos e das lutas vão muito além disso e encontram-se em ter espaços de encontro e partilha e desenvolvimento de estratégias coletivas e verificar que as/os investigadoras/es estão envolvidos/as com os seus temas e lutas.

⁷ O projeto de investigação canadiano *Radical Imagination* é a aplicação do que os autores discutem no seu livro. Mais informação em: www.radicalimagination.org.

⁸ A construção de alternativas pode estar relacionada à estruturação de mecanismos para impedir o início das atividades e/ou exigindo medidas para a minimização dos seus impactos e riscos para a saúde, ambiente, economia, cultura, qualidade de vida, inspirados por propostas como a Transição, o Decrescimento e a Permacultura.

transportes e a saúde (Illich, 1976), aspetos estes presentes nos argumentos das lutas inventariadas. O uso da cartografia crítica (Firth, 2014), uma metodologia e pedagogia que parte da premissa de que o mapeamento é uma forma de exercer poder, foi tomada como ponto de partida para inventariar e caracterizar os casos. Tentamos que fosse um processo o mais participado possível, dentro das limitações existentes de espaço, recursos e tempo, e que gerasse uma constante reflexão coletiva plural e aberta, que assumimos que não é neutra, pois representa os múltiplos e conflituosos desejos e posições das pessoas, incluindo os próprios investigadores, movimentos e comunidades (Firth, 2014). Assume-se, assim, que trabalhar em conjunto com os movimentos e as pessoas envolvidas nestas lutas é também uma maneira de engajamento.

A literatura crítica a maneira como a ciência é praticada e como o conhecimento é produzido foi bastante útil para a reflexão e construção do meu percurso como investigadora neste trabalho. Os conceitos de ciência “cidadã” (Irwin, 1995), “sensível” (Porto, 2012), “de rua” (Corburn, 2005) e “pós normal” (Funtowicz e Ravetz, 1993) trazem-nos elementos para tentar produzir conhecimento que esteja comprometido com as pessoas e com os problemas, o que exige investir tempo e energia neste processo. Referimo-nos aqui à co-produção de conhecimentos (Jasanoff, 2004) entre diferentes pessoas e comunidades, tentando romper com as fronteiras metafísicas e epistemológicas dos conhecimentos e visões de mundo. Criamos numa comunidade alargada de pares, inspirados pelo conceito de Funtowicz e Ravetz (1990), na tentativa de dinamizar um processo de co-produção de conhecimentos (Jasanoff, 2004). Através desta comunidade, busca-se a incorporação dos saberes situados (Haraway, 1988), dos que têm ou deveriam ter voz nos diferentes níveis do espaço público: as pessoas, as comunidades, as instituições (incluindo-se aqui o âmbito legislativo), a academia.

Neste sentido, o mapeamento de conflitos ambientais em Portugal tem assumido a forma de um processo contínuo e dialógico, havendo o cuidado de concretizar uma avaliação constante do conhecimento produzido, o que gera uma relação de confiança e comprometimento entre as pessoas e instituições envolvidas. Esta forma de encarar o processo de produção de conhecimento contraria concepções mais normativas ou ortodoxas em que o conhecimento é reconhecido como válido apenas quando resulta do trabalho de uma comunidade fechada de técnicos e/ou cientistas, comumente chamados de peritos ou *experts*, enquanto únicos agentes legítimos capazes de definir quais são os problemas e as soluções e de contribuir para consolidar o conhecimento.

Tentamos assim articular e envolver: pessoas, uniões sindicais, Organizações Não Governamentais (ONG’s), plataformas, movimentos, jornalistas, parlamentares, instituições, técnicos e académicos de várias universidades. A nossa comunidade é, até ao momento, constituída por diferentes formas de interação, partilha, parceria e colaboração como, por exemplo: recolha de materiais diversos (fotos, documentos, vídeos) dos casos de conflito e temas; sugestões para a descrição e caracterização dos conflitos; participação em eventos realizados, inclusive na sua conceção; mais recentemente alguns académicos contribuíram na revisão científica de casos de conflitos do site AeM.

EJAtlas Portugal – o início de um processo contínuo de co-construção

Foi aqui que se iniciou este percurso. O EJAtlas é um mapa de conflitos ambientais no mundo, idealizado e gerido pelo *Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade*

(EJOLT).⁹ Atualmente é composto por 1821 casos em mais de 150 países, sendo os objetivos do mapa os de catalogar e documentar casos de conflitos relacionados como acesso aos recursos e serviços ambientais, desenvolver aprendizagens, criar redes e apresentar contra perícia aos casos analisados (EJAtlas, 2016).

O mapa temático sobre Portugal foi lançado em março de 2015¹⁰ (EJAtlas Portugal featured map, 2015). O objetivo de organizar este mapeamento foi o de construir um mapa com a maior pluralidade possível de visões, contextos e vozes na abordagem de diferentes temas, assuntos e problemas relacionados com os conflitos ambientais no país, o que foi possível alcançar mesmo com os escassos recursos (humanos, económicos, temporais) empregues e disponíveis. Por outro lado, para a conceção do mapa constituiu também como principal objetivo a co-produção de conhecimentos (Jasanoff, 2004), originando conhecimentos contextualizados, abertos, plurais, inclusivos e dinâmicos, voltados para os problemas e pessoas. O mapa é um conhecimento em construção e está aberto para ser modificado, seja através da criação de um novo caso ou da modificação de um caso já existente.¹¹

Até ao momento foram criados 16 casos.¹² Alguns foram agrupados em conflitos do tipo *country-wide conflicts*, os quais não têm um GPS (Global Positioning System) associado (seguindo-se a metodologia definida pelo EJAtlas). Por este motivo, não é possível contar o número exato de conflitos que o mapa português abrange.¹³

O trabalho realizado de co-produção de conhecimentos recorreu a várias técnicas e instrumentos para a recolha e construção dos conhecimentos, tendo em conta a limitação de recursos existente, nomeadamente, consulta aberta via *e-mail*, inquérito e reunião de documentos disponíveis na internet (artigos em jornais, artigos científicos, comunicações em eventos científicos, relatórios técnicos, teses, blogues, sites, fotos, cartazes, vídeos e outros).

Na primeira fase do mapeamento (agosto-setembro 2014), realizamos uma consulta por *e-mail* a 30 pessoas (ativistas, ONGs, investigadores/as, técnicos/as de instituições, jornalistas, parlamentares).¹⁴ A pergunta enviada foi: “Quais são, na sua opinião, os conflitos ambientais mais importantes em Portugal?”. Recebemos sugestões de casos de conflitos (por ex., a luta contra a central nuclear em Ferrel); de temas (por ex., Barragens, Monocultura extensiva de eucalipto); comentários pessoais sobre a intensidade e desdobramento dos casos (por ex., “as lutas sobre os lixos foram muito fortes nos anos 1990”).

Na segunda fase (setembro-outubro 2014), a informação recolhida foi organizada e complementada com a informação disponível nas diversas fontes disponíveis na internet. Foi realizada a análise temática e a classificação dos conflitos, com inspiração no Método de

⁹ Projeto FP7 (ref. 266642, 2011-2015) com o objetivo geral de unir ciência e sociedade na catalogação e análise dos conflitos de distribuição ecológica (coordenação de Joan Martínez Alier, da Universidade de Barcelona) (EJOLT, 2016).

¹⁰ Em março de 2016 foi criado um novo caso sobre a oposição à exploração do petróleo no Algarve pela Plataforma Algarve Livre de Petróleo (EJAtlas - Algarve livre de petróleo, 2016).

¹¹ Esta é uma característica de todos os mapas do EJAtlas.

¹² Inicialmente estava previsto um mapa de Portugal apenas com 15 casos, uma solução pensada pelos coordenadores do EJAtlas, que procurava criar um equilíbrio com o número de casos dos demais países representados no mapa. No entanto, surgiu a necessidade de acrescentar um 16º caso - o conflito sobre a construção da ponte Vasco da Gama - pois foi referido com grande frequência na primeira consulta realizada e na segunda fase de recolha de informação surgiu como o caso mais votado no inquérito. Não existindo nenhum outro caso dentro da categoria de conflitos sobre construção, o mesmo foi incluído no mapa depois de ter sido proposto à coordenação do EJAtlas.

¹³ Os casos do amianto (EJAtlas - Asbestos removal from the built environment, 2016) e monocultura de eucalipto e baldios (EJAtlas Eucalyptus monoculture and common lands, 2016) são casos em aberto ainda atualmente, com múltiplos conflitos a prosseguir, iniciar e cessar por variados locais do país.

¹⁴ Estas pessoas foram escolhidas pelo critério de estarem disponíveis no mês de agosto de 2014 e serem da rede de contato das/os investigador(es) envolvidas em variadas áreas e âmbitos (não havia financiamento para desenvolver este trabalho e havia um prazo pequeno para o finalizar, tendo sido necessário avançar rapidamente).

Comparação Constante usado na *Grounded Theory* (Boeije, 2002). Os conflitos foram separados por áreas (agricultura, indústria, mineração, gestão do território, energia, megaprojetos, resíduos) e subáreas (por ex., Agricultura: suinicultura, agricultura não sustentável; Resíduos: urbanos, industriais, nucleares),¹⁵ reunindo um universo de mais de 100 casos, sobre os quais foram recolhidas mais e duas mil referências bibliográficas de diversos tipos.

Vários conflitos foram agrupados quando faziam referência ao mesmo tema, mesmo que os locais onde aconteceram sejam/fossem diferenciados. Por exemplo: conflito sobre a cobertura de amianto dos prédios públicos, a localização dos aterros sanitários, a incineração, a monocultura de eucalipto,¹⁶ as barragens previstas no Plano Nacional de Barragens e as linhas de alta tensão. Foi criada uma grelha para aplicação de critérios com o objetivo de atribuir uma pontuação entre 1 e 5 a cada caso. Alguns dos critérios foram: i) o tipo e número de ações desenvolvidas (marchas, petições, ações de desobediência civil); ii) a participação dos atores e a sua articulação (locais, regionais, nacionais e internacionais); iii) consequências do conflito (parar/impedir atividade, modificação do projeto em causa, criação de movimento, plataforma e/ou associação); iv) recursos mobilizados (instrumentos legais, políticas públicas, ações de protestos, violência); v) cobertura mediática. Esta grelha foi aplicada a cada conflito e posteriormente foi organizada uma lista dos 25 conflitos com maior pontuação.

Na fase 3 (outubro-novembro 2014) enviamos a lista dos 25 conflitos ambientais para 100 pessoas com a pergunta “Quais são os 15 casos mais importantes dos 25 apresentados?” A partir das respostas foi organizado o mapa final de conflitos ambientais em Portugal.

Na fase 4 (março 2015, até aos dias de hoje) o objetivo consiste em promover a interação presencial entre pessoas, movimentos, plataformas, continuando a co-construção de conhecimento, e também disseminar o conhecimento produzido. Os seguintes eventos e atividades foram desenvolvidas neste âmbito: i) Lisboa (25 março 2015): exposição sobre todos os conflitos ambientais do EJA Atlas Portugal;¹⁷ ii) Coimbra (7 julho 2015): exposição e fórum, abordagem de alguns dos conflitos do mapa: aterros sanitários, incineração e co incineração, OGMs, amianto;¹⁸ iii) Coimbra (2 fevereiro 2016): evento sobre conflitos de mineração¹⁹ e organização desta publicação CES contexto “Diferentes formas de dizer não”; iv) Madrid (18 maio de 2016): “Atlas da injustiça ambiental los casos de España y Portugal”. Foram também realizadas apresentações de comunicações em congressos e encontros académicos: *European Sociological Association* (Praga, Agosto 2015); Congresso Brasileiro de Economia Ecológica (São Paulo, setembro 2015), VI Encontro CITCEM: Cruzar Fronteiras: Ligar as Margens da História Ambiental (Porto, novembro 2015); ENTITLE Conference (Estocolmo, março 2016).

¹⁵ Áreas definidas baseadas na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas do Instituto Nacional de Estatística.

¹⁶ Após realização do inquérito, verificou-se que fazia sentido a fusão dos casos das lutas sobre eucalipto e das lutas pela defesa dos baldios. O caso dos baldios (o 17º caso mais votado), também aparece no mapa como um conflito do tipo *country-wide conflict* denominado, *eucalyptus monoculture*.

¹⁷ Mais informação em: http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=11395&id_lingua=1

¹⁸ Mais informação em: http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=12219&id_lingua=1

¹⁹ Mais informação em: http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=13110&id_lingua=1

Uma linha do tempo dos casos do EJAtlas Portugal

O mapa apresenta um panorama das mudanças ocorridas na sociedade portuguesa em termos socioeconómicos e ambientais nas últimas cinco décadas. O ponto de partida foi o fim do regime ditatorial (1974), momento em que ocorreram rápidas e drásticas mudanças sociais e em que novas políticas de desenvolvimento foram implementadas.²⁰

O caso mais antigo do mapa teve início em 1957, o caso de oposição à indústria de curtumes do rio Alviela. Permaneceu ativo ao longo de décadas e gerou a formação de duas comissões: Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela (CLAPA), um movimento de cidadãos formado em 1976; e a Comissão de Defesa do Rio Alviela, iniciativa da Câmara Municipal de Santarém com adesão de 40 instituições em 2005 (EJAtlas - Alviela River Pollution, 2015).

Outro caso é o da oposição à construção da central nuclear de Ferrel (EJAtlas - Nuclear power station in Ferrel, 2015), que iniciou a convergência de grupos nacionais e locais, rurais e urbanos, cidadãos, académicos e intelectuais para o debate antinuclear, tendo prosseguido com a aliança com a luta espanhola para a contestação de centrais nucleares naquele país (nos anos 1980, com a construção da central nuclear de Sayago e de Almaraz e posteriormente com a exigência de encerramento desta última) (Barca e Delicado, 2016; Mansinho e Schmidt, 2008; EJAtlas Espanha, 2014).

Nos anos 1980, Portugal integrou a então designada Comunidade Económica Europeia (CEE) (1986), que trouxe investimentos económicos para o país que estiveram na base da geração de conflitos na década seguinte, como será apresentado a seguir; a lei de bases do ambiente (Lei n.º 11/1987) e das Organizações de Defesa do Ambiente (Lei n.º10/1987), inauguraram a criação de um marco legal e de políticas públicas na área ambiental no país. Verificou-se a formação e/ou institucionalização de várias associações e também a formação do hoje denominado Partido Ecologista Os Verdes, em 1982. Todavia, apesar da Constituição da República Portuguesa definir no artigo 66º o direito ao ambiente, os impactos ambientais das políticas de modernização do país estiveram fora da agenda governamental até então.

A entrada na CEE contribuiu para abrir algumas instâncias de ação e luta, registando-se a emergência gradual de movimentos locais contra situações ou ações envolvendo algum grau de injustiça, violação de direitos ou o bem-estar das populações (Santos e Nunes, 2004). Um conflito longo, e que ficou conhecido como a “guerra dos caulinos”, teve início em 1987, quando foi concedida uma licença para exploração de caulinos em Barcelos. Liderado por um movimento local, o Movimento Cívico de Barqueiros, com apoio das associações nacionais Quercus e GEOTA, principalmente, conseguiu suspender uma das explorações de caulinos por mais de 20 anos (EJAtlas - Kaolin mining by Mibal company, 2015).

Na fronteira com a Espanha, em Aldeadávila de la Ribera, a tentativa de instalação de um depósito de resíduos nucleares gerou protestos e foi suspensa (EJAtlas Nuclear waste storage near the Spanish frontier, 2015). O aumento e concentração da indústria de suínos na bacia do rio Lis, denominada pelos jornalistas como o “desastre de *Suinoby!*”, levou a protestos em várias localidades afetadas pelas descargas (EJAtlas - Pollution from hog farming in Leiria, 2015). Ao mesmo tempo, a defesa de modos tradicionais e comunitários de vida iniciaram conflitos contra a indústria do papel e a “eucaliptação” do território em vários locais do país em 1989 (EJAtlas eucalyptus monoculture and common lands, 2015), com

²⁰ Há casos de conflitos ambientais mais antigos, como por exemplo contra a florestação dos baldios, entre 1939 e 1945 (Baptista, 1994); na mineração, desde meados do século XIX até ao Estado Novo (em Aljustrel e São Domingos) (Guimarães, 2013).

especial destaque para o caso da Serra da Aboboreira e de Valpaços (1989), onde uma ação de desobediência civil gerou a destruição de de três mil eucaliptos (Baptista, 2010).

Já na última década do século 20, os conflitos ambientais multiplicaram-se e diversificaram-se. Subjacente a este cenário está, sobretudo, um contexto de políticas de desenvolvimento baseadas na construção de estradas e de infraestruturas de energia. O projeto de construção da ponte Vasco da Gama levou à mobilização pela proteção da biodiversidade local (EJAtlas - Movement against the location of the Vasco da Gama bridge, 2015) e o projeto da barragem de Foz Côa, que foi interrompido, provocou oposição por conta do património arqueológico local (EJAtlas - Foz Côa dam at Guarda, 2015). É também neste período que se iniciou a criação de coligações temáticas da sociedade civil como, por exemplo, a “Plataforma Transgênicos Fora”, criada em 1999, que inaugura a oposição a organismos geneticamente modificados (OGM) no país (EJAtlas - Anti-GMO Struggle, 2015). Outros conflitos relacionados com a construção de barragens, mini hídricas e linhas de alta tensão surgem neste período (EJAtlas multiple struggles against new large dams, 2015), um conflito relacionado com a construção da autoestrada A2 Lisboa-Algarve (EJAtlas - A2 motorway, 2015) e os conflitos sobre aterros de resíduos urbanos e industriais (co incineração) em várias localidades (EJAtlas - Multiple landfill sites, 2015; EJAtlas - Co-incineration in Cimpor and Secil cement kilns, 2015). Apesar da polifonia de vozes em contraponto ao modelo económico que se ia implementando, vários protestos foram desvalorizados pelos media, por técnicos e cientistas que, com discursos localistas do tipo “No meu quintal não”, acabaram por colocar em causa a legitimidade das formas de expressão manifestadas pelos cidadãos em protesto. A par deste contexto, é também nesta fase que o país adota uma maior regulação ambiental como a lei que regula os estudos de impacto ambiental (Decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro).

No século XXI, entre 2001 e 2015, os conflitos mais intensos representam a continuidade das resistências iniciadas na década anterior. Novos casos de luta contra a construção de grandes barragens, mini hídricas do Plano Nacional de Barragens (EJAtlas - Multiple struggles against new large dams, 2015) e novas linhas de alta tensão avançaram (EJAtlas - High voltage electricity transmission lines, 2015). Neste período surgem também conflitos marcados por problemas ambientais e com graves consequências ao nível da saúde humana com causas mais remotas, dilatadas no tempo, decorrentes da exposição ao urânio nas minas da Região Centro (EJAtlas - Abandoned uranium mines, 2015), e outros conflitos que reivindicam a remoção de estruturas com amianto em escolas (EJAtlas - Asbestos removal from the built environment, 2015).

Um novo conflito de oposição aos OGM, realizado por agricultores e grupos ambientalistas iniciou-se em 2007, quando alguns ativistas realizam uma ação de desobediência civil e destroem um campo de milho OGM no Alentejo (EJAtlas - Anti-GMO Struggle, 2015). Mais conflitos relacionados com “eucaliptação” do território e a apropriação de terras comuns – baldios (EJAtlas - Eucalyptus monoculture and common lands, 2015) – e de linhas de alta tensão (EJAtlas - High voltage electricity transmission lines, 2015) surgiram. Mais um conflito transfronteiriço surge ainda, com a tentativa de exploração de uma mina de urânio em Retortillo-Santidad, Espanha (EJAtlas - Nuclear waste storage near the Spanish frontier, 2015).²¹

²¹ Aldeadávila de la Ribera e Retortillo-Santidad são casos de conflito denominados transfronteiriços, já que se localizam em Espanha. A valorização portuguesa nestes casos, e sua interligação, foi ressaltada no inquérito desenvolvido na primeira fase, tendo havido a associação dos dois casos. Seguindo-se esta sugestão, construímos um único conflito no mapa português.

Notas conclusivas e questões emergentes

Considero este o início de um processo, ainda pouco sistematizado, mas que poderá produzir conhecimento novo sobre ecologia política e conflitos ambientais em Portugal e que, com potencial que detém na academia, pode conduzir à reflexão e práticas de uma ciência mais cidadã, envolvida e sensível. Até ao momento, o conhecimento gerado não é só o conhecimento produzido na academia, mas inclui aspetos mais abrangentes, provenientes do contato com as pessoas, das vivências resultantes, das opiniões e diferentes visões em presença.

O que considero como principais resultados atingidos até ao momento, além dos dois sites (*EJAtlas Portugal* e *Portugal: Ambiente em Movimento*) que permitem dar visibilidade e promover o debate sobre o assunto em Portugal e no mundo, foi o início de um resgate de memórias de lugares, pessoas e movimentos, e o estabelecimento de ligações e vínculos cognitivos, políticos, afetivos e emocionais entre pessoas, instituições, movimentos e plataformas protagonistas dos casos de conflito do presente e do passado (ativistas, ONGs, movimentos, plataformas, académicos/as, técnicos/as, parlamentares, jornalistas e investigadores/as). Este processo poderá contribuir para o início de novas iniciativas e trabalhos conjuntos no futuro.

O modelo de desenvolvimento adotado nos projetos que motivaram e continuam a motivar as lutas acarreta frequentemente a destruição ou modificação do ambiente natural e impede que os modos de vida das comunidades locais tenham voz na definição do futuro do uso dos territórios, o seu local de habitação, de trabalho e de lazer. São dois efeitos intimamente relacionados, mas que são apresentados separadamente, ignorando-se a relação cultura/natureza construída nestes locais.

O vínculo ao lugar, um sentimento de pertença e enraizamento, expresso em diferentes sistemas – simbólicos, históricos e culturais (Escobar, 1993) – apresenta-se como um elemento comum a muitas das lutas. Por outro lado, a luta antinuclear em Portugal, por conta da não existência deste tipo de atividade em Portugal, não tem um vínculo somente ao lugar, mas também a uma causa: o “não à energia nuclear”. O lugar é uma referência física, mas que também assume aspetos simbólicos e imateriais, relacionados como exercício da vida quotidiana de diversas maneiras: enquanto local de residência, a fonte de alimentos e outros recursos, a fonte de abrigo, de trabalho e de lazer. Os lugares são territórios de liberdade, de autonomia, onde as diferentes pessoas, comunidades, identidades e horizontes emancipatórios coexistem.

A quantidade de conflitos inventariados e a diversidade de áreas e temas abrangidos dão indicações de que não existe consenso sobre a modificação, a dominação e a expropriação dos territórios propostos pelas agendas que orientam as políticas públicas em diferentes áreas (energética, agrícola, mineral, de ordenamento urbano). Por seu turno, as lutas registadas são motivadas pelas oposições ao funcionamento (exigindo medidas para a minimização dos seus impactos e riscos para a saúde, ambiente, economia, cultura, qualidade de vida) e/ou tentativa de implantação de atividades económicas diversas em áreas como a agricultura, energia, indústria, mineração, os resíduos, megaprojetos e a gestão do território e estão relacionados com variadas questões: formas de uso da terra, da água e do mar, soberania alimentar, conceção de exploração de recursos, territórios e de desenvolvimento local. Alguns casos questionam os processos de mercantilização e privatização dos recursos, territórios e conhecimentos e a desigual distribuição dos riscos e benefícios das atividades económicas em causa. Podemos considerá-los parte das lutas pela justiça ambiental, sendo baseados no direito de participação nas decisões e na discussão de propostas de visões de mundo e de desenvolvimento alternativo.

A não construção da infraestrutura, o fortalecimento das resistências locais e/ou a mudança institucional/abertura de canais para a colocação de demandas das comunidades, associações e pessoas são resultados das lutas que podemos encontrar de diversas maneiras nos casos. É o caso, por exemplo, da luta sobre as minas de urânio do Centro, da barragem de Foz Côa e da “guerra dos caulinos”. Também o diálogo, e as ligações entre diferentes lutas e movimentos, pode ser identificado, como é o caso do urânio e do nuclear, dos resíduos urbanos e industriais nos anos 1990 e 2000.

O maior foco em abordar alguns temas/casos nos discursos exibidos em documentos e ações e a participação mais frequente de alguns intervenientes (institucionais ou individuais) é um aspeto a explorar no futuro, procurando compreender se existe uma dinâmica e como podemos tentar analisá-la. O Estado e os media são opositores e/ou apoiadores nas diferentes fases e contextos dos conflitos, o que é também um aspeto com interesse a analisar.

A temática do trabalho e os trabalhadores estão pouco presentes nas lutas. O urânio na Região Centro, as lutas sobre a retirada do amianto das escolas, com envolvimento da CGTP-IN e Fenprof, são os casos recentes onde há mais trabalhadores e associações de trabalhadores e organizações sindicais envolvidas. Também o papel das mulheres é outra questão a aprofundar, só tendo sido identificado um protagonismo notável no caso das viúvas dos trabalhadores das minas de urânio na Região Centro e no caso das mobilizações contra os OGMs.

Percebe-se a presença de dinâmicas que buscam novas estruturas, práticas e valores de conservação dos ecossistemas e de produção e consumo de alimentos, o resgate/reconstrução de práticas ancestrais desenvolvidas localmente (inspirados pela Transição e Permacultura, por exemplo), distintos daqueles que estão na base da organização do sistema produtivista. Estas práticas estão presentes numa grande diversidade de territórios como, por exemplo, nos campos, nas florestas e nas cidades de norte a sul do país.

A continuidade da discussão sobre a definição de conflito ambiental e de trabalho, a partir de uma perspetiva sobre as desigualdades no acesso aos recursos naturais e ao território e a desigual distribuição dos riscos e das consequências da poluição industrial é uma das questões que continua a ser co-construída pelos diversos intervenientes na continuidade deste trabalho.

Referências bibliográficas

Acsehrad, Henri (Org.) (2004), *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Ambiente em Movimento (2016), “Website do projeto exploratório”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <http://www.ambientemovimento.org>.

Baptista, Fernando Oliveira. (1994), “A agricultura e a questão da terra - do Estado Novo a Comunidade Europeia”, *Análise Social*, 128 (XXIX), 907-921.

Baptista, Gualter Barbas (2010), *Environmental Conflicts with Social Metabolism. Florestry Expansion and Socioeconomic Change*. Tese de doutoramento. Lisboa: FCT-Faculdade de Ciências e Tecnologia, UL-Universidade de Lisboa.

Barca, Stefania; Delicado, Ana (2016), “Anti-nuclear Mobilisation and Environmentalism in Europe: A view from Portugal (1976-1986)”, *Environment and History*, 22(4), 497-520.

Boeije, Hennie (2002), “A purposeful approach to the constant comparative method in the analysis of qualitative interviews”, *Quality e Quantity*, 36, 391-409.

Corburn, Jason (2005), *Street Science: Community Knowledge and Environmental Health Justice*. Cambridge: MIT Press.

EJAtlas - A2 motorway (2015), “A2 motorway, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/a2-motorway-portugal>

EJAtlas - abandoned uranium mines (2015), “Abandoned uranium mines, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/uranium-mining-canas-de-senhorim-portugal>.

EJAtlas - Algarve livre de petróleo (2016), “Algarve livre de petróleo, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/algarve-livre-de-petroleo>.

EJAtlas - Alviela River Pollution (2015), “Alviela river pollution by tanning industry and other activities, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/poluicao-por-curtumes-rio-alviela-pernes-portugal>.

EJAtlas - anti-GMO Struggle (2015), “Anti-GMO Struggle, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/anti-gmo-mouvement-portugal>.

EJAtlas - Asbestos removal from the built environment (2015), “Asbestos removal from the built environment, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/asbestos>.

EJAtlas - Co-incineration in Cimpor and Secil cement kilns (2015), “Co-incineration in Cimpor and Secil cement kilns, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/co-incineration-in-cimpor-and-secil-cement-kilns-portugal>.

EJAtlas - Espanha (2015), “Environmental Justice Atlas Spain”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/country/spain>.

EJAtlas - Eucalyptus monoculture and common lands (2015), “Eucalyptus monoculture and common lands, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/print/eucalyptus-monoculture-and-common-lands-portugal>.

EJAtlas - Foz Côa dam at Guarda (2015), “Foz Côa dam at Guarda, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/foz-coa-dam-guarda-portugal>.

EJAtlas - high voltage electricity transmission lines (2015), “high voltage electricity transmission lines, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/high-voltage-transmission-lines-portugal>.

EJAtlas - Kaolin mining by Mibal company (2015), “Kaolin mining by Mibal company, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/kaolin-mining-by-mibal-company-braga-portugal>.

EJAtlas - Movement against the location of the Vasco da Gama bridge (2015), “Movement against the location of the Vasco da Gama bridge, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/featured/portugal>.

EJAtlas - multiple landfill sites (2015), “multiple landfill sites, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/landfills-portugal>.

EJAtlas - Nuclear power station in Ferrel (2015), “Nuclear power station in Ferrel, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/nuclear-power-station-in-ferrel-peniche-portugal>.

EJAtlas - Nuclear waste storage near the Spanish frontier (2015), “Nuclear waste storage near the Spanish frontier”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/nuclear-waste-storage-near-the-spanish-frontier-of-portugal>.

EJAtlas - Pollution from hog farming in Leiria (2015), “Pollution from hog farming in Leiria, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/pig-industry-in-lis-river-portugal>.

EJAtlas - Portugal featured map (2015), “Map of Environmental Conflicts and Mobilization in Portugal”, Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/featured/portugal>.

EJOLT (2016), “EJOLT project site”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em www.ejolt.org.

Firth, Rhiannon (2014), “Critical Cartography as Anarchist Method? Utopian Extrapolation and Pedagogy”, *Interface: A journal by and for Social Movements*, Special issue on pedagogy and social movements, 6 (1), 156-184.

Freire, Paulo (1994), *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra [3ª edição].

Funtowicz, Silvio; Ravetz, Jerome (1990), *Uncertainty and quality in science for policy*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

Funtowicz, Silvio; Ravetz, Jerome Raymond (1993), "Science for the post-normal age", *Futures*, 25 (7), 739-755.

Haiven, Max; Khasnabish, Alex (2014), *The Radical Imagination: Social Movement Research in the Age of Austerity*. Londres: Zed Books.

Haraway, Donna (1988), “Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective”, *Feminist Studies*, 14 (3), 575-99.

Illich, Ivan (1976), *A convivencialidade*. Lisboa: Editora Publicações Europa América.

Irwin, Alan (1995), *Ciência cidadã um estudo das pessoas: especialização e desenvolvimento sustentável*. Lisboa: Instituto Piaget.

Jasanoff, Sheila (2004), *States of knowledge: the co-production of science and social order*. Londres: Routledge.

Mansinho, Inês; Schmidt, Luísa (2008), “A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico”, *Análise Social*, 125/126 (XXIX), 441-481.

Martinez-Alier, Joan (2007), *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto.

Porto, Marcelo Firpo de Souza (2012), *Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ-Fundação Oswaldo Cruz [2ª edição].

Santos, Boaventura de Sousa; Nunes, João Arriscado (2004), “Introduction: Democracy, Participation and Grassroots Movements in Contemporary Portugal”, *South European Society and Politics*, 9 (2), 1-15.

Van Der Sluijs, Jeroen; Craye, Mathieu; Funtowicz, Silvio; Kloprogge, Penny; Ravetz, Jerry; and Risbey, James (2005), “Combining quantitative and qualitative measures of uncertainty in model based environmental assessment: the NUSAP system”, *Risk Analysis*, 2 (25), 481-492.

A AZU e a recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas em Portugal

Associação Ambiente em Zonas Uraníferas¹ ambiente.zonas.uraniferas@gmail.com

Resumo: Neste relato, a Associação Ambiente em Zonas Uraníferas (AZU) aborda os problemas ambientais e a evolução do processo de requalificação das minas de urânio feita pelo Estado português, após as inúmeras reivindicações da associação. Há casos de minas ainda sem intervenção e que apresentam problemas ambientais graves, sendo que o prazo determinado para a requalificação das 61 minas de urânio abandonadas terminou no ano de 2013.

Palavras-chave: minas, urânio, recuperação ambiental, Urgeiriça, AZU.

Introdução

Vencido o tempo áureo do urânio (no qual o urânio aparece como motor de desenvolvimento local, como suporte de projetos de vida e numa altura em que se pode falar da quase inexistência da questão ambiental), é no tempo contestado do urânio que hoje nos situamos. Momento esse em que a exploração e o tratamento do urânio cessam, e se tornou mais premente ainda a questão ambiental, ou seja, a necessidade de atender ao passivo ambiental gerado pela atividade mineira em Portugal. (Mendes e Araújo, 2013: 79)

A Associação Ambiente em Zonas Uraníferas (AZU) surge a 11 de fevereiro de 2003, na Urgeiriça, após o encerramento da Empresa Nacional de Urânio (ENU), em 2001, e da exploração dos jazigos urano-radíferos em minas da Região Centro – por exemplo, nas minas da Urgeiriça, Bica, Castelejo, Cunha Baixa, Quinta do Bispo e Pinhal de Soto (Romão *et al.*, *apud* Mendes e Araújo, 2013). Foi na sequência de um Simpósio realizado na Casa de Pessoal da ENU, na Urgeiriça, em 2003 – onde estiveram presentes, entre outros, vários professores catedráticos das Universidades de Coimbra e de Lisboa, ligados quer ao Departamento de Geologia, quer ao antigo Instituto Tecnológico Nuclear (que desde 2011 passou a fazer parte do Instituto Superior Técnico), em que se debateu o futuro das áreas mineiras deixadas ao abandono e dos resíduos de urânio nelas contidos – que um grupo de cidadãos e cidadãos locais resolveu reunir-se para conversar sobre aqueles problemas. Posteriormente, em reunião pública realizada no mesmo local, foi criada e formalizada a

¹Associação fundada em 2003 para acompanhar e garantir que o trabalho de requalificação das antigas minas de urânio da Região Centro é realizado, tendo um particular foco na segurança para a saúde e o ambiente e, em alguns momentos, tem também denunciado as irregularidades ocorridas no cumprimento do que foi previsto. A Associação articula os seus objetivos com outras lutas relacionadas como urânio, por exemplo, em Nisa (Portugal) e Almaraz (Espanha), e outras questões ambientais, como a gestão da água no Rio Tejo. O artigo reflete o trabalho e visão da associação sobre sua atuação, por este motivo não é assinado por algum dos seus integrantes, o que foi concordado com Joana Travessas, que foi a oradora do evento.

AZU, que assume como símbolo a radioatividade (AZU, 2011). A mobilização deste grupo de pessoas teve como resultado a exigência de que as entidades legalmente responsáveis pela recuperação ambiental das áreas afetadas às minas de urânio abandonadas na Região Centro (concelhos de Viseu, Guarda, Coimbra) efetivassem de forma adequada esse mesmo trabalho de recuperação.

As minas de urânio na Urgeiriça: um problema ambiental e de saúde pública

Durante décadas, a exploração do urânio na Barragem Velha da Urgeiriça, concelho de Nelas (Viseu), bem como em todas as minas da zona, levou à deposição dos resíduos radioativos em escombrelas, bem como à formação de bacias de decantação resultantes do processo de lixiviação *in situ* do minério. Na sequência do encerramento da ENU na zona da Urgeiriça, as 56 concessões mineiras que aí se estabeleceram geraram um passivo estimado em 7,8 milhões de metros cúbicos de efluentes líquidos e resíduos sólidos, resultantes da extração ou do tratamento desses minérios (Carvalho, 2011).

A forma como o processo de encerramento das minas se desenrolou na Urgeiriça, com o abandono dos locais afetados às minas, levou a AZU a questionar o destino destes resíduos perigosos deixados na Barragem Velha, em Canas de Senhorim, tendo por base a identificação de situações graves de risco ambiental e de saúde pública. Reivindicou também que fossem realizadas decapagens de arruamentos, saneamentos e recomposições de terrenos de modo a que ficassem com valores admissíveis de radioatividade.

Mas o problema não se encontrava só em Urgeiriça, onde começou a ação da AZU. De acordo com o estudo de 2001, do Departamento de Proteção Radiológica e Segurança Nuclear, intitulado “Contaminação Radioativa nas Áreas Mineiras Uraníferas”, constatou-se que os impactos ambientais das minas da Região Centro devem-se, principalmente, às escombrelas e aos resíduos de tratamento químico do urânio (Carvalho *et al.*, 2001). O estudo concluiu ainda que os locais apresentavam: 1) nível radiológico acima do permitido por lei, devido à existência de material contaminado à superfície; 2) águas ácidas contaminadas pelo rádio e por metais pesados; 3) contaminação radioativa do solo, dos cursos de água e lençóis freáticos; 4) poeiras com material contaminado que facilmente dispersavam por ação do vento.

Além dos riscos ambientais e de saúde pública foram também identificadas graves deficiências ao nível da segurança: 1) inexistência de perímetros de segurança devidamente delimitados; 2) entrada das minas subterrâneas sem qualquer restrição ou controlo à entrada; 3) sinalização deficiente e deixada ao abandono; 4) escombrelas com falta de estabilidade; 6) alterações negativas provocadas na paisagem; 7) utilização da água da mina pelas populações para a rega dos locais de cultivo; 8) utilização, por crianças, dos lagos formados pela água contaminada, para aí tomarem banho e brincarem.

O longo percurso de luta da população pelo correto encerramento das minas

Perante todas as situações anteriormente identificadas, e posterior denúncia mediante intervenções junto da Assembleia da República, exigindo a recuperação ambiental de todas as minas, o Parlamento Português aprovou, em 2001, a Resolução da Assembleia da

República nº 34/2001, obrigando à realização de ações de recuperação ambiental pela ENU em todas as minas de urânio abandonadas.

Para o cumprimento desta recomendação, é também aprovado o Decreto-Lei nº 198-A/2001, de 6 de julho de 2001, que legisla sobre a concessão à Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM) da recuperação ambiental das minas, e em que o Estado reconhece que:

Após várias décadas de exercício da atividade mineira em Portugal, gerou-se um passivo ambiental muito significativo, agravado, ainda, pelos riscos potenciais, decorrentes da falta de um adequado processo de recuperação ambiental das áreas abrangidas, que pode trazer para as populações e para os ecossistemas envolventes. O reconhecimento da gravidade da situação e da urgência em encontrar meios adequados de reposição do equilíbrio ambiental destas áreas constituiu um importante fundamento da iniciativa legislativa. (Decreto-Lei nº 198-A/2001: 4084-2)

Em 2004, perante a passividade dos órgãos estatais portugueses no cumprimento do referido Decreto-Lei, a AZU procede à instauração de uma queixa-crime contra o Estado português junto da Comissão Europeia. Na sequência da qual “o comissário europeu do ambiente, Stavros Dimas, em março de 2005, ameaça apresentar queixa contra Portugal devido aos atrasos nas obras de requalificação ambiental previstas para as minas de urânio desativadas na região Centro” (Ambiente Online, 2005, *apud* Mendes e Araújo, 2010). Esta ameaça não se concretizou.

Durante anos, a AZU mantém a pressão perante os responsáveis pela recuperação ambiental, chamando a atenção para a necessidade urgente do início dos trabalhos, tal como definido no Decreto-Lei nº 198-A de 2001. Atualmente, passados quase 15 anos desde a publicação da legislação, e apesar do trabalho já efetuado pela EDM, ainda permanecem minas por requalificar, ainda que anteriormente tenha sido estipulado o ano de 2013 para o término dos trabalhos de recuperação, acabando por o mesmo ter sido protelado para 2020.

Várias ações foram levadas a cabo pela AZU desde então, no sentido de sensibilizar as populações e de pressionar os órgãos responsáveis: a 8 de dezembro de 2012, realizou-se um evento comemorativo “AZU - 10 anos de existência ao serviço do ambiente” que contou com uma visita à recuperação ambiental da zona da Urgeiriça e Barragem Nova; uma sessão pública em defesa do ambiente junto à Barragem de Valinhos e Ribeira da Pantanha; um colóquio “Relato dos 10 anos da atividade da AZU em defesa do ambiente”, seguido de um debate sobre questões ambientais mais gerais entre as organizações ambientais convidadas, nacionais e internacionais, sob o tema “A defesa da água como um bem público”. A 12 de maio de 2013, a Associação realizou a “Caminhada em defesa do ambiente – da nascente até à foz – contra a poluição da Ribeira da Pantanha”, mostrando o alargamento do seu âmbito de atuação na área ambiental, neste caso, à questão da poluição da Ribeira da Pantanha, Nelas, pelos efluentes industriais da Empresa Borgstena, situação que põe em causa o ecossistema local, bem como o rio Mondego.

A 14 de junho de 2014, no âmbito da comemoração do Dia do Ambiente, a AZU realizou o “Roteiro das Minas de Urânio” que, para além de dar a conhecer a realidade das minas dos concelhos de Nelas, Mangualde e Tábua, teve também o objetivo de chamar, mais uma vez, a atenção para as minas ainda não recuperadas e para a urgência das intervenções de recuperação, as quais têm sido sucessivamente adiadas, como por exemplo as minas de Mondego Sul e Quinta do Bispo, que só verão essa obra efetuada em 2015/2020. Em 2015, a AZU realizou a Sessão Pública “Solução para a Poluição da Ribeira da Pantanha e do Rio Mondego”, novamente atuando sobre outras questões ambientais não relacionadas com a mineração de urânio na Região Centro, o seu principal foco de ação.

A organização tem articulado a sua atuação com a da Associação dos Ex-Trabalhadores das Minas de Urânio (ATMU), já que António Minhoto é presidente de ambas as associações e intervindo assim sobre os problemas ocupacional/laboral e ambiental que, apesar de serem tratados de maneira separada pelas duas associações, são vistos por ambas como questões interligadas e que podem ser trabalhadas em alguns momentos de maneira conjunta.

A Associação também participa e está articulada a outros movimentos e lutas em Portugal, nomeadamente o Movimento Urânio em Nisa Não (MUNN), de Nisa, conforme texto de José Janela neste volume da Cescontexto, que explicita ações conjuntas realizadas. Articula-se e apoia os movimentos Pró-Tejo, nas questões relacionadas à gestão da água e poluição deste rio, e os movimentos espanhóis que atuam sobre questões relacionadas ao urânio, por exemplo, na luta pelo encerramento da central nuclear em Almaraz (desde 2013, conforme elucida a Imagem 1) e contra a abertura da mina de urânio perto de Retortillo e Villavieja de Yeltes, na província de Salamanca.



Imagem 1. Manifestação pelo encerramento da central nuclear de Almaraz, Cáceres, a 11 de junho de 2016.

Fonte: AZU.

Em 2016, a Associação continuou a insistir na urgência do processo de recuperação das minas, tendo promovido uma concentração nas minas de urânio de Mondego Sul em Ázere/Tábua no dia 4 de junho, na sequência da qual voltou a enviar ao Ministério do Ambiente uma exposição reclamando o encerramento do dossier.

Manterá, pois, as reivindicações e as ações de protesto junto ao Estado e a EDM até que se certifique de que todas as ações previstas de recuperação das minas estejam concluídas, para a garantia da proteção à saúde e ambiente da Região Centro.

Referências bibliográficas

Associação Ambiente em Zonas Uraníferas (2011), “O que é a AZU?”, Página consultada a 05.07.2016, disponível em <http://azu-ambiente.blogspot.pt/2011/08/o-que-e-azu.html>.

Carvalho, Fernando da Piedade (2011), “Past Uranium Mining in Portugal: Legacy, Environmental Remediation and Radioactivity Monitoring”, *International Atomic Energy Agency, The Uranium Mining Remediation Exchange Group (UMREG)*, selected papers 1995-2007, 145-1155. Versão eletrónica consultada a 05.07.2016, disponível em http://www-pub.iaea.org/MTCD/Publications/PDF/P_1524_CD/PDF/STI_PUB_1431.pdf.

Madrugá, Maria José; Carvalho, Fernando; Reis, Mário; Alves, João; Corisco, José; Lopes, Irene; Abrantes, João; Oliveira, João Maria; Silva, Lídia; Portugal, Luís; Malta, Margarida; Santos, Marta; Romanets, Yuriy; Libânio, Albertina; Mourato, Anabela; Silva, Gabriel; Batista, Alfredo; Gomes, Ana Rita; Andrade, Eva; Carvalhar, Gonçalo; Pereira, Miguel (2001), *Contaminação radioativa de áreas mineiras uraníferas, Instituto Tecnológico e Nuclear*. Sacavém: Departamento Proteção Radiológica e Segurança Nuclear.

Decreto-Lei nº 198-A/2001 de 6 de julho. Diário da República nº 155 – Série I-A, Suplemento. Ministério da Economia. Lisboa.

Mendes, José; Araújo, Pedro (2013), “As minas de urânio em França e em Portugal”, *CEScontexto-Estudos*, 3, 55-109.

Resolução da Assembleia da República nº 34/2001 de 2 de Maio. Diário da República nº 101 – I Série A. Assembleia da República. Lisboa.

O caso das minas da Urgeiriça e a luta dos ex-trabalhadores da ENU

António Minhoto,^{1,2} Associação dos ex-Trabalhadores das Minas de Urânio (ATMU)
antonio.minhoto@gmail.com

Resumo: Do reconhecimento de seus direitos como ex-trabalhadores contaminados pela radiação do urânio ao longo de 38 anos da exploração deste mineral na Urgeiriça à reivindicação do tratamento ambiental das 61 minas fechadas no país, a história desta luta é aqui relatada. Rememora-se a falta de proteção a que foram expostos os profissionais que trabalharam nas minas e em seus arredores, assim como seus familiares, e a luta para que o Estado português reconhecesse sua responsabilidade sobre o caso. Todas as conquistas alcançadas resultam de um trabalho perseverante de 15 anos dos ex-trabalhadores e da população, que têm mobilizado a sua causa de formas diversas e tendo inclusive dado origem à criação de diversas associações de cidadãos.

Palavras-chave: urânio, mineração, trabalhadores, contaminação, Estado português.

As minas de urânio na Urgeiriça: a emergência de uma comunidade doente sem direitos reconhecidos

A história do urânio em Portugal começou em 1907, com a descoberta dos primeiros jazigos na região da Guarda, e a exploração do rádio dá-se em 1908. Em 1913, começou nas minas da Urgeiriça a exploração. No entanto, nesta região, até 1944 a exploração dedicava-se exclusivamente ao rádio, tendo como subproduto o urânio. Em 1951, os Ingleses dão início à exploração de concentrado de óxido de urânio. Em 1962, e após o Estado português ter terminado o acordo com os ingleses, tomou esta a decisão de continuar com a exploração através da JEN (Junta de Energia Nuclear), depois através da ENU (Empresa Nacional de Urânio), criando uma grande exploração industrial mineira que concentrava todo o processo de transformação do mineral.

Na procura de uma vida melhor, deslocaram-se para ali trabalhadores de todo o país, muitos analfabetos, sem qualificações literárias, pois a subsistência a partir da agricultura nas zonas do interior era uma realidade dura. Com a sua fixação na localidade onde estava

¹ Começou a atividade mineira, na década de 1970, nas Minas da Panasqueira e depois, em 1976-1989, nas Minas da Urgeiriça, sendo despedido por motivos políticos. Pertenceu a todos órgãos dos trabalhadores (Comissão de Trabalhadores, Segurança, Casa do Pessoal) da JEN e ENU. Pertenceu a vários movimentos cívicos na defesa da saúde e serviços públicos e várias associações culturais. É fundador da ATMU e AZU, sendo seu presidente atual.

² Um agradecimento especial à Sara Rocha que estruturou a primeira versão do texto a partir da transcrição da intervenção do autor no Seminário e Fórum público “Diferentes formas de dizer não: conflitos mineração”.

sediada a exploração nasce a povoação de Urgeiriça. Por vários motivos como, por exemplo a baixa de cotação e os acidentes de Chernobil, a ENU vem em 2004 encerrar a sua atividade. Esta foi uma época de prosperidade, mas com custos humanos muitos elevados, pois os trabalhadores começavam a sua atividade de madrugada e saíam à noite, num ritmo intenso e sob condições difíceis. Era frequente ocorrerem muitos acidentes de trabalho e surgiram várias doenças associadas ao trabalho na exploração mineira, como a silicose e também vários tipos de cancro, em particular, o pulmonar e das vias respiratórias. Na altura, os médicos associavam estes problemas aos maus hábitos alimentares dos trabalhadores e ao elevado consumo de tabaco, mas nunca às más condições de trabalho nas minas.

No entanto, olhando os registos fotográficos existentes sobre o trabalho quotidiano na mina, vêem-se mineiros a trabalhar de calções, sem qualquer proteção, sem máscaras, sem botas, sem fato adequado, apenas com as suas próprias roupas. A concentração de radiação junto às minas era 15 vezes superior ao que o corpo humano consegue suportar e estes trabalhadores estavam expostos de forma desprotegida todos os dias.

A contaminação ocorreu também, e ainda ocorre, através de outros materiais. Por exemplo, não havendo acesso a estruturas de apoio para troca e lavagem de roupa, os trabalhadores lavavam em casa as suas roupas, expondo as suas famílias à radiação. A madeira que saía do interior das minas era com frequência dada aos trabalhadores para aquecimento das casas, madeira essa contaminada, tal como os agriões que existiam junto às minas e que eram servidos aos mineiros nos refeitórios. De forma a ter mão-de-obra mais barata foram criados bairros sociais sediados ao pé da mina, os quais, assim como o jardim-escola, foram construídos com materiais provenientes do fundo da mina. Por outro lado, uma forma das empresas criarem uma ligação com as comunidades de trabalhadores, era através da criação de várias equipas de futebol de trabalhadores. Apesar da prática de atividade física e do seu porte robusto, mais de metade dos membros de algumas destas equipas já morreu com neoplasias malignas.

A verdade é que dos 500 trabalhadores da mina, cerca de 170 faleceram até 2016. Estas mortes abrangem todas as profissões ligadas à exploração, desde os dirigentes das companhias, aos engenheiros, eletricitistas, empregadas de limpeza, até aos trabalhadores das minas. Estes 500 trabalhadores da ENU tinham diversos tipos de vínculos, desde contratados pelo Estado, assalariados e assalariados por mero ajuste verbal, mas nunca foram considerados e reconhecidos como funcionários públicos. Neste sentido, não viram também reconhecidos os seus direitos, nomeadamente, em relação aos efeitos do trabalho na mina sobre a sua saúde e das respetivas famílias.

No ano de 2003 foi reconhecida a necessidade de fazer um estudo epidemiológico para compreender a maior incidência de cancro na região onde existiam as minas. Ele foi coordenado pelo Instituto Ricardo Jorge – INSA, com a designação “Minas de urânio e seus resíduos. Estudos na saúde da população (MinUrar)” e no qual os trabalhadores mineiros da Urgeiriça foram proibidos de participar, pois isto iria alterar os resultados estudo, uma vez que já estavam contaminados pela radiação. Depois de várias lutas, em 2007 é reconhecida a necessidade de se realizar um estudo próprio só para os mineiros - ainda hoje em execução – para analisar a evolução da saúde dos trabalhadores e das suas famílias. É neste ano que o Estado português reconhece o dever de acompanhá-los, atribuindo-lhes um programa que prevê o acompanhamento de saúde aos trabalhadores e suas famílias. Em 2010 é publicada a Lei n.º 10/2010, de 14 de junho, que estendeu aos trabalhadores das minas da ENU o direito à antecipação da idade de reforma, independentemente do momento do seu vínculo laboral, medida prevista no decreto-lei 195/95, que trata de pensões antecipadas por invalidez aos ex-trabalhadores.

Um abandono humano e ambiental

Após a Guerra Fria, a exploração do urânio começou a perder interesse económico. Houve então necessidade de acelerar o processo de transformação do minério, uma vez que se previa que até 2000 a cotação do urânio iria diminuir. Neste sentido, a exploração passou a ser feita a céu aberto (em vez do método clássico de galerias interiores), tendo como consequência uma maior destruição da paisagem e a criação de lagos a céu aberto com acumulação de metais pesados. Diversos concelhos da zona centro ficaram, assim, cheios destas lagoas.

Após o encerramento de atividade da ENU, em 2000, foram abandonadas 61 minas no país sem qualquer intervenção de reparação, representando um grande perigo para a saúde pública devido à contaminação das águas e dos solos. Os trabalhadores declararam guerra a esta situação, não só em defesa dos seus postos de trabalho, mas também do interesse público, dado o encerramento das minas sem as devidas condições de recuperação ambiental, alertando para o problema das minas de Urânio em Portugal. A dinâmica criada em torno do assunto veio, mais tarde, a gerar a AZU, na reivindicação pelo devido encerramento das minas. Um exemplo gritante deste abandono negligente é a sinalização de minas fechadas que indicam espaços “eventualmente contaminados”, pelo que, deixando a possibilidade de contaminação em aberto, fez com que empreiteiros fossem ao local recolher materiais para utilizar na construção civil.

O passivo ambiental era muito grande, mas também o passivo humano, de pessoas que trabalharam numa empresa totalmente detida pelo Estado Português, mas que nunca viram reconhecidos os seus direitos.

Do silêncio ao protesto, uma realidade em debate público

Para as autarquias, não existia interesse em denunciar estas situações, pois temiam as consequências de admitir a existência destes problemas nos seus municípios. Em questão estava um passivo ambiental de 4 milhões de toneladas de materiais perigosos a 500 metros da população, do comércio local e de estruturas hoteleiras que poderiam assim ver ameaçadas as suas atividades. De igual modo, o silêncio arrastava-se também pelos meios de comunicação social.

Todas as conquistas alcançadas em termos de reconhecimento dos direitos dos ex-trabalhadores e do tratamento dos impactos ambientais das minas fechadas resultam de um trabalho perseverante de 15 anos dos ex-trabalhadores e da população, que têm mobilizado a sua causa de formas diversas e tendo inclusive dado origem à criação de diversas associações de cidadãos. Os trabalhadores têm feito vários protestos e foi feito também um memorando com um estudo empírico sobre as situações e locais de risco, para levar ao parlamento. Em certa ocasião, a propósito da visita da Comissão Europeia a Portugal, foi feito um protesto para assinalar esta situação, denunciando o Estado português como culpado. No centenário da exploração mineira, em 2014, em Portugal, foi feito um fórum onde foram expostas as condições de vida destes trabalhadores.

Hoje em dia, os ex-trabalhadores estão dispersos pelo território, mas o movimento tem demonstrado uma união fundamental à prossecução das suas lutas. Só assim, pela mobilização dos trabalhadores, das suas famílias e da sociedade civil foi possível trazer a questão para o debate público nacional. Em 2014, o lançamento do livro “A vida dos trabalhadores do urânio. Trabalho ruim”, ao retratar as duras condições de vida destes mineiros, suportou o debate público nacional sobre o tema, tendo originado a exposição do

tema em universidades, junto da população em geral e a realização de teses de mestrado sobre o caso.

Uma delegação de 25 trabalhadores das minas foi ouvida pela Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais no Parlamento Europeu, em fevereiro de 2014, para levar o protesto também à Europa, reivindicando apoio para as questões da saúde e para a recuperação ambiental das minas. Hoje, a questão está assente junto do governo, estando cientificamente provada a relação causa-efeito da exploração mineira e as mortes dos trabalhadores. O assunto está em discussão na Assembleia da República, em Comissão de Trabalho para subir a Plenário para aprovação. Se assim for, são 15 anos de luta reconhecida e de respeito pela dignidade humana destes trabalhadores e das suas famílias.

Referências bibliográficas

Lei n.º 10/2010 de 14 de junho. Diário da República n.º 113/97 – I Série. Assembleia da República. Lisboa.

LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (2014), “Ex-trabalhadores da ENU mantêm intenção protesto início presidência portuguesa EU”. RTP Notícias. Página acedida a 17.06.2014, disponível em: http://www.rtp.pt/noticias/pais/ex-trabalhadores-da-enu-mantem-intencao-protesto-inicio-presidencia-portuguesa-ue_n46175.

LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (2014), “Antigos mineiros vão hoje ao Parlamento Europeu reclamar indemnizações”. RTP Notícias. Página acedida a 19.02.2014, disponível em: http://www.rtp.pt/noticias/pais/antigos-mineiros-vao-hoje-ao-parlamento-europeu-reclamar-indemnizacoes_n717911#.

Contra a exploração do urânio em Nisa: uma luta vitoriosa

José Janela,¹ Departamento do Desenvolvimento Sustentável, Ambiente, Economia Social e Consumidores da CGTP-IN
josejanela@yahoo.com.br

Resumo: Um conjunto alargado de associações e de entidades locais e regionais, dos mais diversos âmbitos, económicos, sindicais, ambientais, de desenvolvimento local, autárquicos ou partidários realizaram várias iniciativas convergentes na contestação à exploração do urânio em Nisa, no distrito de Portalegre, Alentejo, Portugal, o que terá contribuído para que, desde 2007 até ao presente, não tivesse havido essa exploração.

Palavras-chave: urânio, Nisa, Movimento Urânio em Nisa Não, contestação, mobilização popular.

A mobilização que deu origem ao MUNN

Em 2007, vieram a público notícias sobre a exploração de urânio em Nisa, o que fez com que um grupo de cinco cidadãos contactasse a Quercus (Associação Nacional de Conservação da Natureza), a 16 de junho. Promoveu-se um debate público a 29 de junho, invocando que os habitantes tinham o direito não só de saber o que se passava como de garantir o seu bem-estar, nesse momento e no futuro, bem como o direito de participar nas decisões que fossem tomadas. O objetivo consistia em formar um movimento cívico, na altura designado por Nisa Vida (Moura, 2007), tendo originado mais tarde o MUNN (Movimento Urânio em Nisa Não).

Aconteceu que o Estado português anunciara, nesse ano de 2007, a intenção de abrir um concurso internacional para os direitos de prospeção e pesquisa do urânio em Nisa, tendo várias empresas internacionais manifestado interesse em explorar o jazigo (Portugal: Ambiente em Movimento, 2016).

Antes disso, em abril de 2005, a empresa *Iberian Resources* apresentara uma proposta ao Ministério da Economia para fazer prospeção e pesquisa no jazigo de Nisa. Depois, logo outras apresentaram projetos. Em 2006, Luís Martins, diretor do Departamento de Prospeção de Rochas e Minerais Não Metálicos do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, reconheceu que o facto de parte da jazida de Nisa se situar em áreas das Reservas Ecológica e Agrícola Nacional poderia pôr em causa a aprovação do pedido da *Iberian Resources*, mas que esse aspeto seria insuficiente para rejeitar o projeto. O geólogo dizia que não aproveitar essa oportunidade por questões ambientais seria “obstar ao desenvolvimento económico”. O preço do óxido de urânio triplicara desde 2000. Previa-se

¹ Mestrando em Cidadania Ambiental e Participação na Universidade Aberta, Licenciado em Biologia pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, professor do Ensino Básico e Secundário, dirigente do Sindicato dos Professores da Zona Sul e da União dos Sindicatos do Norte Alentejano, membro do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, dirigente do Núcleo Regional de Portalegre da Quercus-Associação Nacional de Conservação da Natureza.

que o empreendimento de Nisa viesse a ocupar uma área de 70 hectares e que empregasse mais de 70 pessoas. A laboração estender-se-ia por seis anos, ao longo dos quais exploraria cerca de um milhão de toneladas por ano (Diário de Notícias, 2006). Após contactos e reuniões entre os cidadãos de Nisa e o Núcleo Regional de Portalegre da Quercus, organizou-se um debate a 4 de julho de 2007. O moderador foi Nuno Sequeira do Núcleo Regional de Portalegre da Quercus. O evento contou com intervenções de: Lurdes Cravo (Quercus); João Fragoso de Almeida (presidente da Associação de Agricultores do distrito de Portalegre), António Eloy (consultor de energia e ambiente); António Minhoto (Associação Ambiente em Zonas Uraníferas - AZU); Pilar Fuentes (Asociación de Defensa de la Naturaleza de Extremadura - ADENEX); Gabriela Tsukamoto (presidente da Câmara Municipal de Nisa). Não esteve presente nem Miguel Barreto, então Diretor geral da Direção-Geral de Energia e Geologia, nem João Rosmaninho de Menezes, presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) que tinham confirmado a sua presença (Janela, 2007).

O debate foi muito participado e a partir daí foi formado o MUNN, um movimento cívico e informal contra a exploração de urânio em Nisa, que não chegou a ter uma estrutura formal. Espera-se que não, mas se a ameaça de exploração de urânio em Nisa voltar a ser um tema a abordar, estas questões serão discutidas.

A 19 de outubro de 2008 realizou-se uma tribuna cívica (um julgamento simbólico reprovando o início da atividade de exploração de urânio), seguida de uma grande marcha contra a exploração de urânio em Nisa. A iniciativa juntou um vasto leque de associações e de instituições: Associação Comercial do Concelho de Nisa (Nisa.Com); Associação de Desenvolvimento Rural de Nisa (TERRA); Núcleo Regional de Portalegre da Quercus; Associação para o Desenvolvimento de Nisa (ADN); Câmara Municipal Nisa; Comissão dos Ex-Trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio; e MUNN.

Houve intervenções do sociólogo José Manuel Mendes, do Observatório do Risco do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; de António Minhoto, que leu o libelo acusatório condenando a mineração de urânio; de Maria Adelina, viúva de um antigo trabalhador das minas da Urgeiriça; de Diogo Serra, da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional (CGTP-IN) e de António Eloy. Falaram ainda representantes dos partidos Os Verdes, do Partido Comunista Português e do Bloco de Esquerda. A marcha contra a exploração do urânio realizou-se com cerca de 400 pessoas, que rumaram até ao local previsto para a exploração mineral, a 2,5 km de Nisa, onde foram colocadas cruzes brancas, símbolo da opção para não explorar o urânio, deixando-o enterrado, como se pode ver na Imagem 1. No local falaram representantes das organizações organizadoras da marcha, bem como da Associação de Agricultores do Norte Alentejano, da ADENEX e da associação *Friends of the Earth* (Janela, 2008).



Imagem 1. Marcha realizada a 19 de outubro de 2008.

Fonte: MUNN.

A 22 de janeiro de 2009 realizou-se um debate organizado pelo MUNN com o tema “Contexto Internacional da Exploração de Urânio - Apresentação dos casos da Namíbia e do Brasil”. No debate discutiu-se a situação em Portugal, nomeadamente a situação de Nisa. Referiu-se que o Estado português ainda só “tapara” um grande buraco de uma mina junto de Canas de Senhorim, e que o custo dessa intervenção terá sido de 6,2 milhões de euros. Todos os outros buracos, de 61 minas, ainda estavam por “tapar”. Tendo em conta que em Nisa se poderia obter 75 milhões de euros, dos quais só dois milhões ficariam em Nisa, e que haveria no mínimo de três buracos a “tapar” após a exploração, constatou-se que nem do ponto de vista económico a exploração seria viável, já que os custos inerentes a uma reabilitação consistente seriam superiores aos benefícios. Por outro lado, os problemas ambientais e para a saúde seriam incompatíveis com o desenvolvimento sustentável da região. Os presentes na assistência pautaram as suas intervenções por uma oposição à instalação de uma indústria de extração de urânio no concelho, tendo ficado claro que, caso o Executivo decidisse avançar, haveria uma onda de contestação popular (EcoDebate, 2009).

Entre 22 e 25 de janeiro de 2009 o casal Márcia Gomes, socióloga, e Norbert Suchanek, jornalista, vieram do Brasil e estiveram em Nisa para realizar o documentário “Urânio em Nisa, Não!”. O filme relata a forma única e especial, palavras dos autores, como a população nisense se mobilizou para dizer não à exploração da jazida de urânio, tendo como título as palavras que deram nome ao movimento local de contestação. Destacam as riquezas naturais do concelho ameaçadas, caso a extração de urânio avançasse (Melato, 2012).

A luta contra a exploração do urânio em Nisa ganhou visibilidade e reconhecimento quando o MUNN e Gabriela Tsukamoto foram distinguidos com o “*Nuclear-Free Future Award*”² de 2012, prémio entregue a 29 de setembro em Heiden, na Suíça (Câmara Municipal de Nisa, 2012).

Notas finais

A participação de movimentos de outras zonas do país, como a Associação Ambiente em Zonas Uraníferas – AZU, a Associação de Ex-Trabalhadores das Minas de Urânio – ATMU, relacionados com as explorações de urânio na Região Centro, deu outra dimensão ao assunto, passando da escala local para ser de âmbito nacional. Deu, além disso, ânimo para a luta contra o urânio em Nisa, ao mesmo tempo que conferiu destaque às reivindicações dos antigos trabalhadores, que também prosseguiram na luta pelo reconhecimento dos seus direitos, o que está descrito no artigo de António Minhoto deste número da Cescontexto. Criaram-se laços orgânicos e afetivos entre esses movimentos, que perduram no tempo. A participação de associações de outros países europeus também fortaleceu a visibilidade da luta em Nisa na comunicação social e propiciou o contato e a partilha de experiências com ativistas de outros países.

Por fim, cabe dizer que o facto das ações terem juntado entidades tão diferentes como a Associação de Agricultores do distrito de Portalegre, filiada à CAP, à CGTP-IN, as autarquias, os partidos políticos e as associações ecologistas, contribuiu para criar um intenso eco na comunicação social, auxiliando para que a exploração do urânio em Nisa não avance até ao momento.

² Este é um prémio internacional atribuído pela Fundação Franz Moll para as Futuras Gerações a ativistas, personalidades ou instituições que se tenham distinguido na luta por um mundo sem o desenvolvimento da energia nuclear, em qualquer das suas componentes, e que em alternativa se tenham empenhado pela cidadania e sustentabilidade

Referências Bibliográficas

Câmara Municipal de Nisa (2012), “Por oposição à exploração de urânio em Nisa e defesa da sustentabilidade Movimento Urânio em Nisa, Não! e Presidente da Câmara de Nisa galardoados com prémio Internacional”, Nota de imprensa n.º 32. Página consultada a 11.03.2016, disponível em http://www.cm-nisa.pt/informacaomunicipalpublicacoes/imagensnotasdeimprensa/2012/nota_32_2012.pdf.

Diário de Notícias (2006), "Urânio em alta dá novo fôlego a jazidas nacionais". Página consultada a 04.03.2016, disponível em <http://www.dn.pt/arquivo/2006/interior/uranio-em-alta-da-novo-folego-a-jazidas-nacionais-634555.html>.

EcoDebate (2009), "Exploração de urânio no mundo debatida em Nisa, Portugal". Página consultada a 04.03.2016, disponível em <http://www.ecodebate.com.br/2009/02/10/exploracao-de-uranio-no-mundo-debatida-em-nisa-portugal/>.

Janela, José (2007), "Debate: exploração de urânio em Nisa? Consequências e impactos". Página consultada a 03.07.2016, disponível em <https://mail.uevora.pt/pipermail/ambio/2007-June/007666.html>.

Janela, José (2008), "Urânio- No Norte Alentejano, NÃO!". Página consultada a 03 03 2016, disponível em <http://portalegresindical.blogspot.pt/2008/10/urnio-no-norte-alentejano-no.html>.

Melato, Teresa (2012), “Urânio em Nisa, Não! em evidência”. *Jornal de Nisa*, 24.02.2012.

Moura, José Maria (2007), “Debate Urânio Nisa” [Correspondência privada] (16.06.2007).

Portugal: Ambiente em Movimento (2016), “Urânio em Nisa, Não!”. Página consultada a 06.08.2016, disponível em <http://www.ambientemovimento.org/#!nisa-alto-alentejo/cofe>.

Monchique diz não à mineração: “Salve Monchique de mãos gananciosas”

Stephen Hugman,¹ Dieter Malter,² Mathilde Mira,³ A Nossa Terra
info@anossaterra.org

Resumo: Uma proposta de prospeção e exploração de feldspato em Corte Grande e Carapitotas, uma área da Rede Ecológica Nacional (REN) e Rede Natura 2000, em Monchique, no Algarve, resultou em oposição por parte dos residentes e entidades locais. A concretização da exploração mineral prejudicaria o crescimento do turismo identificado como meio de desenvolvimento local. Juntaram-se residentes e entidades locais em ações de debate e sensibilização. Em 2013, foi organizado um abaixo-assinado. A Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, as Juntas de Freguesia envolvidas e os Deputados na Assembleia da República pelo Algarve registaram assim a sua oposição e a imprensa local divulgou estas atividades. As atividades de prospeção não estão autorizadas no momento, mas há uma ameaça de que a atividade possa se iniciar no futuro.

Palavras-chave: Rede Natura; mineração; pedreira; Monchique, feldspato.

Antecedentes da mobilização

Além de ser habitada, a área de Picota, em Monchique, pertence à Rede Ecológica Nacional (REN) e à Rede Natura 2000. O Concelho abriga o maior sobreiro do Algarve (Árvores de Portugal, 2011) e espécies raras, como a águia de Bonelli e o lince-ibérico (Nabais, 2011). Contém as únicas nascentes termais do sul de Portugal. Natureza única (Malato Beliz, 1982) e seres humanos convivem neste território (Jenkins, 1979). A população da região inclui, além dos cidadãos naturais de Monchique, um número significativo de cidadãos estrangeiros de diversas nacionalidades que optaram por viver nesta zona por causa do seu património natural ainda bem conservado.

Durante os últimos 50 anos, houve o declínio da prática da agricultura de subsistência associada à produção florestal. O turismo termal existe desde o tempo dos romanos. A sua importância económica cresceu no século passado e, mais recentemente, foi complementado pelas atividades de turismo associado à natureza – um dos focos de desenvolvimento

¹ Stephen Hugman é presidente da associação “A Nossa Terra” e membro da direção desde 2002. Formado em química, especializado em engenharia da gestão hidrológica e gestão empresarial. Membro da LPN e APAIA. Ativo no programa de voluntariado pelo ambiente da APA-ARHA.

² Dieter Malter, alemão, residente em Monchique desde 1986, sócio da associação “A Nossa Terra”, tem formação como mecânico e atualmente trabalha como Webdesigner.

³ Mathilde Mira, sócia da associação “A Nossa Terra”, natural do Canadá, vive em Monchique desde a sua infância. Licenciou-se em Teatro pela Universidade de Évora, em 2015, e continua a fazer espetáculos teatrais. Mathilde Mira e Stephen Hugman não participaram do evento, mas contribuíram na produção deste texto que reflete a fala de Dieter Malter no evento.

socioeconómico do Algarve e do município. Agora existem mais de 29 empresas de alojamento local (CMM, 2015a) espalhadas pela serra. A Via Algarviana, uma Grande Rota Pedestre europeia, passa pelo concelho onde agora há mais de 400 km de veredas marcadas para passeios pedestres (CMM, 2015b).

A serra de Monchique abrange os dois pontos mais altos da região: a Fóia (902 metros) e a Picota (774 metros). A rica biodiversidade da serra resulta desta geologia única no Algarve, e é uma atração para o desenvolvimento do turismo de natureza. A geologia da serra inclui recursos de sienito nefelínico (Rock, 1982), que é uma importante rocha ornamental, e que há anos é explorada como um produto de alto valor, gerando subprodutos de valor acrescentado (Correia, 2016). Porém, a Picota também inclui rochas feldspáticas.

Origem do conflito

O feldspato é um minério relativamente abundante em Portugal, utilizado em vários ramos da indústria, principalmente na fabricação de vidros e cerâmica, e tem um valor económico relativamente baixo (Antunes, 2015). Em 1996, empresas alemãs e norte-americanas manifestaram interesse em iniciar a sua exploração na região e começaram os trabalhos no terreno sem o licenciamento prévio requerido.

Indivíduos que fizeram parte dos protestos na ocasião, lembram-se de que houve referência à emissão de um parecer oficial, considerando a exploração mineral uma questão de interesse nacional (Donn, 2011b) como forma de não haver a necessidade de licenciamento para esta atividade. Entretanto, os partidos políticos representados na Assembleia Municipal questionaram o projeto e o autarca, na ocasião, também se mostrou contrário, tendo procedido ao embargo das obras (Jornal de Monchique, 2016). Nesse ano, durante a campanha contra esta pedreira, foi organizado um encontro público na Casa de Povo de Monchique, com a presença de 49 pessoas, que decidiram fundar uma associação ambiental “A Nossa Terra”. A associação protestou contra a atividade de exploração de feldspato e tem vindo a denunciar a extração ilegal de pedras na serra, além de outras atividades, tal como a descarga ilegal de efluentes (A Nossa Terra, 2016).

Os planos de desenvolvimento económico regional, PROTAL (CCDR, 2007) e municipal, (Plano Director Municipal de Monchique, 2008), não consideram a extração de feldspato. A visão do desenvolvimento socioeconómico da serra de Monchique é focada nas temáticas da floresta, agricultura e turismo de natureza. A designação da zona como área de Natura 2000, Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional reforça estas opções.

Em 2010 ocorreu uma nova tentativa de exploração mineral, localizada também em Picota. Deram entrada na Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) dois pedidos de licenciamento de pesquisa de feldspatos, numa área de 1,6 km² situada na Corte Grande (mais propriamente, na encosta sul de Picota, entre a Fornalha e o Alto de Baixo) em favor da empresa Felmica Minerais Industriais; seguido logo depois por outro em nome da empresa Sifucel Sílicas S.A., para 1,0 km² da zona de Carapitota.

A resposta: a sociedade mobiliza-se

Houve publicação de um edital no Diário da República em janeiro de 2011 (Portugal, 2011), e o prazo para apresentação de objeções à proposta foi de 30 dias. Os moradores afirmaram que o projeto parecia ter surgido do nada e temiam que fosse um facto já consumado (Donn, 2011a).

Uma parte significativa da população residente na serra não acredita que o projeto proposto possa trazer benefícios locais (Portugal, 2011). Os cidadãos alegam que a mineração descaracterizaria Monchique, ao envolver uma área muito extensa, além de causar poluição e danos para as pessoas e animais que vivem na área (Marques, 2011). Porém, a principal preocupação que exprimem contra a atividade é com a preservação dos aquíferos, pelos quais a região de Monchique é conhecida há séculos. Muitas famílias no local não têm acesso à rede de água potável e as fontes naturais são a única possibilidade que dispõem para obtenção de água (Port, 2011). O sistema de água da povoação de Alferce é também abastecido por fontes de água provenientes de perto de Carapitotas, tendo o Presidente da Comissão de Moradores de Alferce alertado sobre o risco de poluição dos aquíferos e de destruição dos caminhos rurais pela passagem frequente dos camiões que transportariam o mineral (Palma, 2011; Donn, 2011b).

Residentes que seriam diretamente afetados pelas pedreiras propostas juntaram-se à associação ambiental “A Nossa Terra” para impedir de forma mais eficaz o início da exploração de feldspato (anteriormente, muitos dos residentes da serra já eram associados). “A Nossa Terra” organizou uma reunião pública no dia 16 de abril de 2011 na Casa de Povo de Alferce, com a presença dos Presidentes da Câmara de Monchique e da Junta de Freguesia do Alferce, bem como da associação ambiental A Rocha.

Foi criada uma petição *on-line*, intitulada “Salve Monchique de mãos gananciosas”, que solicitava à Comissão Europeia que realizasse uma investigação preliminar sobre os vários aspetos do problema e que obteve duas mil assinaturas entre os seis mil habitantes do concelho (Correio da Manhã, 2011). A Comissão Europeia respondeu em 2016. Centenas de reclamações foram também dirigidas pelos residentes à DGEG, para que vetasse o projeto de prospeção mineral. Foram enviados também comunicados à imprensa e distribuídos panfletos (Donn, 2011a e b). As iniciativas populares contaram com apoio do autarca local, que prometeu recorrer a todos os meios legais para impedir o projeto e proteger o ambiente (Palma, 2011; Donn, 2011b). Quatro dos partidos políticos no Algarve com representação na Assembleia da República, o Partido Social Democrático (PSD), Partido Socialista (PS), Bloco Esquerda (BE) e Partido Comunista Português (PCP), tomaram posição contra o licenciamento. Deputados do PCP, Os Verdes (PEV) e do PSD apresentaram várias perguntas na Assembleia da República (PCP- ORA, 2011; PEV, 2011; GPPSD, 2011).

Sessão Pública de Esclarecimento
**EXPLORAÇÃO DE FELDSPATOS
 NO CONCELHO DE MONCHIQUE**
 23 Junho 2011 às 15h00
 Caixa Agrícola de Monchique

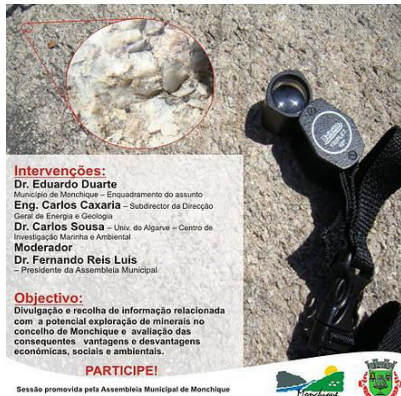


Imagem 1. Cartaz de divulgação da sessão de esclarecimento na Caixa Agrícola de Monchique, 23 de junho de 2011.



Imagem 2. Sessão de esclarecimento sobre a exploração de feldspatos em Monchique, a 23 de junho de 2011.

Ambas, a Câmara e a Assembleia Municipal de Monchique, adotaram moções contra o licenciamento das pesquisas do feldspato. A Assembleia Municipal organizou uma sessão de esclarecimento com a presença do Diretor da DGEG, na Caixa Agrícola de Monchique no dia 23 de junho de 2011 (Imagem 1). Na sessão (Imagem 2), empresas locais de turismo apontaram a possibilidade de haver menos oportunidades de emprego no setor para Monchique, caso os planos de exploração mineral fossem aprovados, colocando em risco uma fatia da paisagem rural intocada da vertente sul de Picota. Quase três milhões de metros quadrados da encosta poderiam vir a ser escavados, comprometendo o abastecimento de água da área, ao reduzir e contaminar as cinco principais linhas de água, além de provocar poluição sonora e atmosférica, destruição da flora e fauna, o que, indiretamente, elevaria os riscos de incêndio (Donn, 2011b). Ao ser contraposto sobre o temor da população, o porta-voz do grupo Mota assegurou que o projeto não afetaria o ambiente e que a empresa estava a estudar o que seria viável dentro dos regulamentos da Rede Natura 2000, de modo a minimizar qualquer dano para o ambiente. Afirmou igualmente que as pessoas não deveriam ficar assustadas, pois o projeto só avançaria com aprovação de todas as partes: moradores, Câmara e Juntas de Freguesia (Portugal, 2011). Por sua vez, o autarca de Monchique temia que o Governo estivesse a ser alvo de pressões de lóbis para que a exploração de feldspato avançasse no concelho.

Atualização do caso

Entre 2011 e 2014 não houve desenvolvimentos. Em 2014, um representante da DGEG observou que os projetos estavam com pouca prioridade porque “não se enquadraram nos padrões estabelecidos”. Porém, verificou que um dos operadores, a SIFUCEL, procurava ajustar o seu projeto a estes padrões, que incluem a redução da área total (Portugal Resident, 2014).

Em outubro de 2015, a SIFUCEL iniciou a remoção de terra e pedras em Carapitotas sem licença (Imagem 3). Residentes, incluindo associados da associação “A Nossa Terra”, reclamaram às autoridades. A Junta de Freguesia apresentou uma moção de protesto na

Assembleia Municipal, que foi aprovada por unanimidade (Jornal de Monchique, 2016). A Comissão para a Coordenação e Desenvolvimento do Algarve (CCDR) e a Câmara Municipal de Monchique embargaram a obra. Em fevereiro 2016, preparavam-se novas remoções, também impedidas pelo Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana (SEPNA) (Costa, 2016; Donn, 2016).

Posteriormente, representantes da associação “A Nossa Terra” participaram no evento sobre conflitos da mineração no dia 2 de fevereiro de 2016. Até maio de 2016 ainda não se encontrava emitido o licenciamento das pesquisas, mas uma parte do terreno já foi adquirido pela empresa SIFUCEL.

Conclusão

Os pedidos de licenciamento para pesquisa e potencial exploração de feldspato na Picota, parte da Serra de Monchique, não tiveram em conta a posição da comunidade local, nem a planificação territorial e os modelos de desenvolvimento socioeconómico selecionados localmente. Além disso, existe uma descoordenação entre os processos de planificação local e regional deste território e o processo central de planificação do desenvolvimento da indústria mineira, que é efetuado centralmente.

Esta falta de coordenação e a falta de abertura e de espaços para a participação dos diferentes atores locais no processo decisório resultou num conflito entre as empresas de mineração e a população, associações e instituições locais. O conflito podia ter sido evitado se os planos de desenvolvimento mineral estivessem coordenados com os planos locais e regionais – um processo que tem tido lugar em outros planeamentos setoriais, tal como da Natura 2000, REN, RAN, e Floresta – e se tivesse havido lugar à participação de todos.

Neste caso, o assunto foi resolvido temporariamente, com o não avanço da exploração fruto de uma reação da população residente, das associações locais e do trabalho dos seus representantes eleitos nas Freguesias, no Município e na Assembleia da República. Porém, até que haja uma alteração da Lei referente à extração mineral, as autoridades centrais continuarão a planear o desenvolvimento desta indústria sem participação das autoridades regionais e locais, das populações afetadas e sem coordenação com os outros planos de desenvolvimento. Uma receita para novos conflitos no futuro!



Imagem 3. Obras sem licença em Carapitotas, outubro de 2015.
Fonte: A Nossa Terra.

Referências bibliográficas

A Nossa Terra (2016), “Historial da associação”. Página consultada a 22.05.2016, disponível em <http://anossaterra.org/sobre/historical-da-associacao>.

Antunes, Fábio (2015), *Caracterização de um depósito de quartzo e feldspato. Casal do Frade (Arganil)*. Tese de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências da Terra. Versão eletrónica consultada a 22.5.2016, disponível em https://www.researchgate.net/publication/299337475_Caracterizacao_de_um_deposito_de_quartzo_e_feldspato_Casal_do_Frade_Arganil_Areias_Quartzo_Feldspato_Geofisica_Modelacao_3D.

Árvores de Portugal (2011), “Pedreira Ameaça o Maior Sobreiro do Algarve – Carta da AP à Direção Geral de Energia e Geologia”. Página consultada a 22.5.2016, disponível em <http://www.arvoresdeportugal.net/2011/05/pedreira-ameaca-o-maior-sobreiro-do-algarve-carta-da-ap-a-direccao-geral-de-energia-e-geologia/>.

Câmara Municipal de Monchique (2015a), “Empreendimentos Turísticos de Monchique”. Página consultada a 27.04.2016, disponível em <http://www.arcgis.com/apps/StorytellingTextLegend/index.html?appid=6afeacd386b346b7ae3510a02508cff7>

Câmara Municipal de Monchique (2015b), “Veredas de Monchique”. Página consultada a 27.04.2016, disponível em <http://pt.wikiloc.com/wikiloc/user.do?id=893982&from=0&to=10>.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (2007), “Download de documentos: PROT Algarve -Versão aprovada em Conselho de Ministros - 24 maio 2007”. Página consultada a 22.05.2012, disponível em <http://www.prot.cedr-alg.pt/Download.aspx>.

Correia, Victor (2016), “VALEMON - Valorização Económica e Ambiental do Maciço Alcalino de Monchique”. Consultado a 26.10.2016, disponível em http://www.cima.ualg.pt/piloto/cimaualg_old/VALEMON/.

Correio da Manhã (2011), “Monchique: Petição contra minas. Página consultada a 22.05.2016, disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/portugal/detalhe/monchique-peticao-contra-minas.html>.

Costa, Nuno (2016), “Rui André diz que manda prender quem fizer prospeção de feldspato sem autorização”, *Sul Informação*, 18 de fevereiro, 2016. Versão eletrónica, consultada a 22.05.2016, disponível em <http://www.sulinformacao.pt/2016/02/ru-andre-diz-que-manda-prender-quem-fizer-prospecao-de-feldspato-sem-autorizacao/>.

Grupo Parlamentar Partido Social Democrata (2011), “Mendes Bota questiona o Governo sobre exploração de feldspato em Monchique”. Página consultada a 22.05.2016, disponível em http://www.psd.parlamento.pt/news_v.asp?id=2242&dossier=0.

Donn, Natasha (2011a), “Projeto mineiro em Monchique enfurece residentes”, *Jornal Algarve 123*, edição 665, 16 de fevereiro de 2011.

Donn, Natasha (2011b), “Guerra ambiental em Monchique”. *Jornal Algarve 123*, edição 667, 2 de março de 2011.

Donn, Natasha (2016), “GNR closes down unauthorised activity on Monchique ‘feldspar site’”, *Jornal Portugal Resident*, 17 de fevereiro, 2016. Página consultada a 22.05.2016, disponível em <http://portugalresident.com/gnr-closes-down-unauthorised-activity-on-monchique-%E2%80%98feldspar-site%E2%80%99>.

Jenkins, Robins (1979), *Morte de uma aldeia portuguesa*. Lisboa: Quercó, Coleção Conhecer Portugal.

Jornal de Monchique (2016). “Moções contra portagens e exploração de feldspato aprovadas em assembleia municipal”. Versão eletrónica, consultada a 22.05.2011, disponível em <http://www.jornaldemonchique.pt/index.php/2016/01/18/moco-es-contra-portagens-e-exploracao-de-feldspato-aprovadas-em-assembleia-municipal/>.

Malato Beliz, J. (1982), *A Serra de Monchique: Flora e Vegetação*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico.

Marques, José Carlos (2011), “Preservar a Serra de Monchique”. Página consultada a 22.05.2016, disponível em <https://mail.uevora.pt/pipermail/ambio/2011-February/019053.html>.

Nabais, Ricardo (2011), Serra de Monchique preservar e desfrutar, *Blogue Floresta do Interior*. Página consultada a 22.05.2016, disponível em: <http://florestadointerior.blogspot.pt/2011/02/serra-de-monchique-preservar-e.html>.

Palma, A. (2011), “População não quer pedreiras”, *Correio da Manhã*, 24 de fevereiro, 2011. Versão eletrónica, consultada a 22.05.2016, disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/portugal/detalhe/populacao-nao-quer-pedreiras.html>.

Partido Comunista Português – Organização Regional do Algarve (2011). *Exploração de feldspato em minas a céu aberto em plena Serra de Monchique - Comunicado de Imprensa*. Página consultada a 22.5.2016, disponível em <http://www.algarve.pcp.pt/index.php/assembleia-da-republica/72-comunicados-de-imprensa/354-exploracao-de-feldspato-em-minas-a-ceu-aberto-em-plena-serra-de-monchique>.

PEV - Partido Ecologista “Os Verdes” (2011). *Monchique - exploração de feldspato em zona protegida motiva pergunta de “Os Verdes” na Assembleia da República*. Comunicados 2011. Página consultada a 22.5.2016, disponível em <http://www.osverdes.pt/pages/posts/monchique-exploracao-de-feldspato-em-zona-protegida-motiva-pergunta-de-93os-verdes94-na-assembleia-da-republica-650.php?p=100>.

Plano Diretor Municipal de Monchique de 5 de novembro. Diário da República nº 215/2008, II Série. Câmara Municipal de Monchique.

Port, Len (2011), An environmental battle looms in the Monchique hills, *Portugal Newswatch*, 13 de fevereiro, 2011. Página consultada a 22.05.2016, disponível em http://algarvenewswatch.blogspot.pt/2011_02_01_archive.html.

Portugal Resident (2014), “Portuguese mines attract Chileans”, *Portugal Resident*, 17 de Abril, 2014. Página consultada a 22.05.2016, disponível em <http://portugalresident.com/portuguese-mines-attract-chileans>.

Portugal: Ambiente em Movimento (2016), *Monchique diz não à mineração: «Salve Monchique de mãos gananciosas»*. Página consultada a 22.05.2016, disponível em <http://www.ambientemovimento.org/#!/feldspato/cjou>.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 de 21 de julho. Diário da República, I Série, N.º 139. Presidência do Conselho de Ministros.

Rock, Nicholas (1982), Chemical mineralogy of the Monchique alkaline complex, Southern Portugal, *Contributions to mineralogy and petrology*, 81(1), 64-78. Versão eletrónica consultada a 01.03.2017, disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/BF00371160>.

A luta contra a ameaça de exploração de caulino em Bonitos (Soure)

José Miguel Oliveira,¹ Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure (ADPCNS); Comissão de Luta contra o caulino de Bonitos/Soure CLCCBS
info@adpcnsoure.org

Fátima Pinhão,² Comissão de Luta contra o caulino de Bonitos/Soure CLCCBS
caulinonao@sapo.pt

Resumo: Um pedido de exploração de caulino numa área de 440 hectares, rodeada por 11 povoações de Soure e Pombal, conduziu ao protesto de residentes e entidades locais. Foi formada uma comissão com residentes das populações próximas, a “Comissão de luta contra o caulino de Bonitos/Soure”. A Comissão promoveu sessões de esclarecimento, contactos com a comunicação social e ações de protesto. Preparou um abaixo-assinado e uma petição, para discussão na Assembleia da República. A Direção-Geral de Energia e Geologia indeferiu a exploração, nos moldes solicitados, reconhecendo “um vasto número de reclamações cujo teor encerra uma manifesta oposição à exploração de caulinos na área de Bonitos”. Estipulou três anos para novo pedido, após os quais o processo de atribuição de direitos de exploração se extinguirá definitivamente. Até que termine o prazo, as populações representadas na Comissão declararam manter-se alerta e em ativa oposição ao projeto.

Palavras-chave: mineração, caulino, Bonitos, Soure, Pombal.

Introdução

No início de fevereiro de 2014, a Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure (ADPCNS) foi informada pela vereadora da Câmara Municipal de Soure, Manuela Santos, sobre a existência de um pedido de concessão de exploração de depósitos minerais de caulino no concelho de Soure. Após ter sido alertada por uma técnica da autarquia que identificou o pedido de concessão no Diário da República (Aviso nº 15786/2013, de 30 de dezembro), a vereadora iniciou de imediato contactos internos na autarquia e com a ADPCNS, pois a possibilidade da exploração vir a tornar-se uma realidade era iminente. A Autarquia, bem como a ADPCNS, foram “apanhadas de surpresa” por este pedido. Adiante discutir-se-á em maior detalhe esta questão.

¹ Biólogo, é atualmente consultor ambiental, com atividade centrada no estudo e monitorização de vários grupos faunísticos. Participa em movimentos/organizações de intervenção cívica, sobretudo de índole ambiental. Integra a Direção da ADPCNS.

² Licenciada em Educação de Infância. Eleita pela CDU na Assembleia de Freguesia de Soure. Sócia da Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure.

De imediato, em face dos prazos curtos para reclamar sobre o pedido de concessão (30 dias após a publicação do Aviso), a autarquia solicitou um parecer técnico ao Geógrafo Doutor Carlos Silva (Silva, 2014). Era fundamental recolher informação e analisar adequadamente o problema de modo a tomar uma decisão que fosse sustentada no melhor conhecimento disponível. Em simultâneo, a ADPCNS, após reunião na CMS, iniciou uma análise aprofundada do que envolveria uma exploração de caulino como a que se estava a preparar. À data faltariam pouco mais de sete dias até ao fim do prazo legal estipulado para reclamar do pedido efetuado, publicado em 30 de dezembro de 2013. Até essa data, a ADPCNS e a Autarquia de Soure prepararam e enviaram reclamações. Era o início de um processo de contestação que duraria (pelo menos) mais três anos.

O problema

Os caulinos são minerais da família das argilas, “cuja composição é formada por um grupo de silicatos hidratados de alumínio, principalmente caulinite e haloisite. O caulino contém outras substâncias sobre a forma de impurezas, como partículas de areia, quartzo, palhetas de mica, grãos de feldspato, óxidos de ferro e titânio, etc.” (Silva, 2014: 2). Na natureza, apresenta-se em “depósitos com o aspeto de um barro fino quando ensopado em água ou como uma substância mineral de cor clara e pulverulenta fina quando seco” (*Ibid.*). Os seus usos são múltiplos nomeadamente na indústria do papel, cerâmica, vidreira ou farmacêutica.

Após conhecimento da área alvo do pedido de concessão, foi realizada uma visita à mesma, e em face da informação disponível sobre a problemática associada à exploração deste tipo de mineral, a ADPCNS elaborou um parecer que enviou, enquanto reclamação, para a DGE (entidade que atribui as licenças de exploração dos recursos minerais) (ADPCNS, 2014).

O pedido de concessão, apresentado por uma empresa de mineração industrial à DGE, centrava-se numa área de 440 hectares localizada nos concelhos de Soure (60% da área) e Pombal (40%) (Imagem 1).

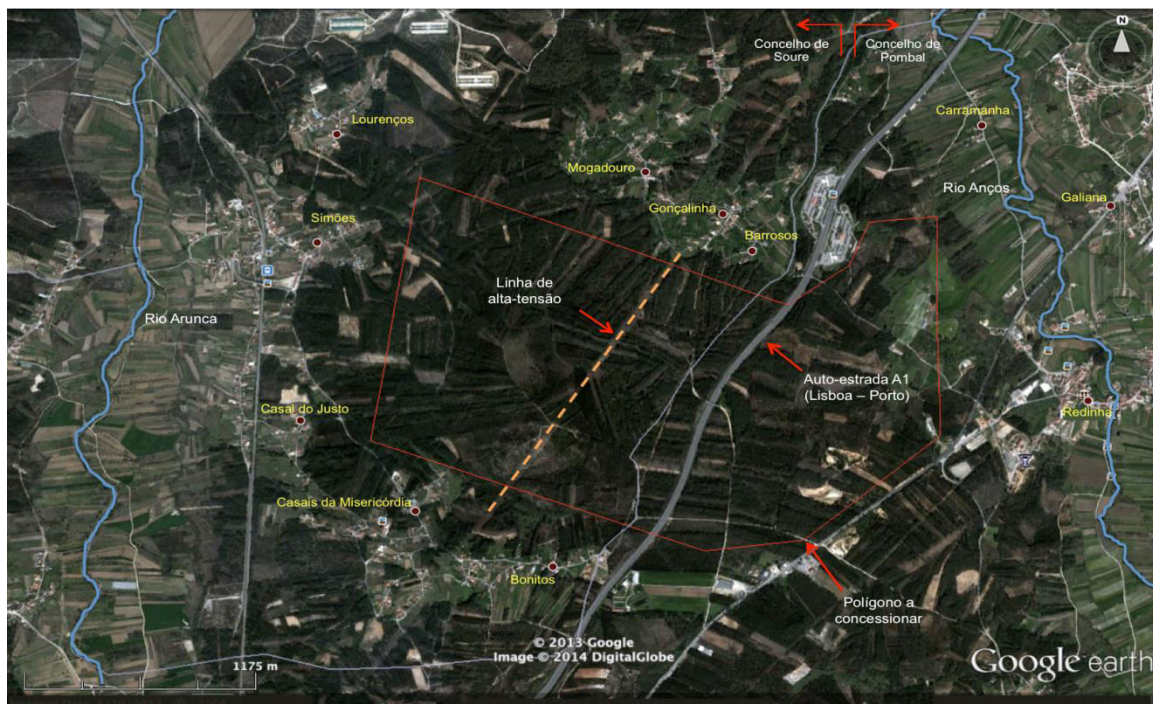


Imagem 1. Área alvo de pedido de concessão para extração de caulino e povoações mais próximas.

Fonte: elaboração própria sobre imagem de Google Earth.

Uma exploração de caulino nesta localização era, sob vários pontos de vista, bastante controversa. Em termos ambientais, desde logo, coincidia com uma mancha florestal contínua, constituída essencialmente por pinheiro-bravo. Esta mancha de pinhal é atualmente uma das manchas com maior produtividade no concelho de Soure. Do ponto de vista hidrográfico, a área a explorar insere-se numa das áreas de maiores recursos hídricos a nível regional, sendo que, numa distância que varia entre os 300 metros e os 2500 metros da área a minerar, existem 10 importantes exsurgências cársicas (Silva, 2014). Localiza-se na zona interfluvial dos rios Arunca (localizado a cerca de 1100 metros, a poente) e Anços (situado a 350 metros, a nascente) e dista cerca de 1500 metros, a Sudoeste, da nascente do Ourão, a qual abastece de água parte dos concelhos de Soure e Pombal (Silva, 2014). Adicionalmente, o pedido de concessão diz respeito a uma área definida em cerca de 60% da sua extensão como REN (Reserva Ecológica Nacional).

Se em termos ambientais a localização da concessão suscitava sérias dúvidas, ao nível dos potenciais efeitos sobre as populações a mesma representava graves riscos. Localizadas em redor do perímetro da concessão (até 1 quilómetro de distância) existem, pelo menos, 11 povoações: Barrosos, Gonçalves, Mogadouro, Lourenços, Simões, Casal do Justo, Casais da Misericórdia e Bonitos (no concelho de Soure) e Redinha, Carramanha e Galiana (concelho de Pombal) (Imagem 1). Os limites da área a concessionar estendiam-se, praticamente, até estes aglomerados populacionais. A distância de algumas habitações à área a concessionar seria tão pequena como 70 metros em Barrosos, 300 metros em Simões, 100 metros em Casais da Misericórdia ou 300 metros em Bonitos. Não era certo que a exploração atingisse os limites externos da concessão. Mas, muito provavelmente, atingiria, já que na área central da mesma há três obstáculos às atividades de exploração dos minerais: a autoestrada A1 (Porto-Lisboa), uma linha de alta-tensão e o gasoduto, sujeitos a distâncias de segurança obrigatórias (Imagem 1). A existência destes elementos na zona central da concessão faria com que a mesma tivesse que se realizar mais próximo da periferia. Ou seja, mais próximo dos limites da concessão, junto das habitações. De qualquer modo, as populações referidas encontrar-se-iam sempre a uma distância extremamente reduzida dos locais de extração.

Portanto, esta exploração teria fortes impactos negativos, tanto para o meio ambiente, em geral, como para as populações humanas, em particular. Em termos ambientais:

a) A extração de caulinos é a exploração de um recurso mineral natural não renovável. O que significa que a retirada destes depósitos minerais é um ato irreversível e irremediável, constituindo, portanto, uma perda irreparável;

b) A exploração de caulino levaria à perda de uma mancha de floresta assinalável (até cerca de 440 hectares). Para além da perda de um habitat de floresta, perder-se-ia igualmente uma área equivalente de solos florestais de boa qualidade;

c) A atribuição da licença significaria a troca de uma área despoluidora, em termos líquidos captadora de CO₂, por uma área emissora de CO₂;

d) A implantação da exploração implicaria uma degradação da qualidade do ar resultante (i) da emissão de poeiras minerais e (ii) da emissão de poluentes pelo funcionamento de maquinaria pesada (veículos e maquinaria diversa). A deposição de poeiras é um potencial limitador da eficiência fotossintética das plantas e, conseqüentemente, da produtividade primária, com conseqüências, por exemplo, nas suas taxas de crescimento e atividades reprodutivas;

e) A exploração levaria a um aumento dos riscos de afetação da qualidade dos recursos hídricos da região. A afetação poderia ocorrer ao nível dos recursos hídricos subterrâneos (lençóis freáticos/aquíferos, nascentes e poços) bem como nos recursos de superfície (rios e ribeiras). Saliente-se a localização próxima aos rios Anços e Arunca (a 350 metros e 1100

metros, respetivamente) da área de exploração prevista. Refira-se que a área em causa se encontra em zona interior e a montante da confluência dos dois rios, numa das zonas de maiores recursos hídricos da região (Silva, 2014);

f) A exploração conduziria a um aumento da perturbação (tráfego e ruído) em virtude da operação e movimentação de maquinaria pesada na exploração e no transporte de materiais.

O mineral em questão (que origina poeiras muito finas, não confináveis à zona de extrator e o tipo de exploração em causa (escavação a céu aberto, com recurso a maquinaria pesada), associados à extrema proximidade aos povoados, têm também implicações negativas no que respeita aos efeitos sobre as populações humanas:

a) Perda da qualidade do ar em função (i) da suspensão de poeiras extremamente finas com origem na exploração e (ii) resultante da libertação de poluentes provenientes da operação e da circulação de maquinaria e veículos pesados;

b) Aumento do risco de afetação dos recursos hídricos (superficiais e subterrâneos), incluindo poços e nascentes, pela deposição de poeiras, emissão de poluentes e pela afetação da disponibilidade e qualidade dos aquíferos. Saliente-se a utilização comum de poços pelas populações envolventes, como fonte de água para uma agricultura do tipo familiar ou mesmo para consumo direto;

c) Aumento do risco de afetação dos solos e das culturas agrícolas próximas, pela libertação de poeiras (de caulino e outras) e poluentes;

d) Aumento do ruído e da perturbação, em consequência das operações mecânicas de exploração e do transporte dos materiais extraídos;

e) Degradação acentuada do valor da paisagem, pela troca de uma área tranquila, de floresta, por uma escavação a céu aberto.

Em suma, tal como constante da reclamação enviada pela ADPCNS, a atribuição da concessão de exploração de caulino (1) permitiria a destruição de uma vasta área florestada, localizada em Reserva Ecológica Nacional, e a sua troca por uma imensa escavação a céu aberto, (2) delapidaria irreversivelmente valores naturais da região, como os solos e a floresta, e ameaçaria outros como os recursos hídricos, (3) aumentaria o risco de acidentes ambientais e diminuiria a segurança das populações que se localizam praticamente sobre os limites da concessão, (4) degradaria o ambiente natural e ameaçaria a saúde das populações e (5) constituiria um processo contrário a um modelo de desenvolvimento sustentável.

Esta análise foi apresentada na primeira reunião pública realizada para discutir a possibilidade de exploração de caulinos na zona de Bonitos (uma sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia de Soure). Essa noite constituiria um momento fulcral para o processo de contestação coletiva que descreveremos em seguida.

A contestação e a luta

Após ter tomado conhecimento do pedido de licença de exploração publicado em dezembro de 2013, em Diário da República, a Autarquia de Soure rejeitou claramente essa possibilidade, expressando-se com uma votação contrária à exploração, em Assembleia Municipal, por unanimidade de todas as forças políticas. Refira-se que a decisão de atribuição de licenças de exploração é da exclusiva responsabilidade da DGEG, não tendo as autarquias (ainda que podendo ser consultadas) poder vinculativo nessa decisão, ainda que as concessões mineiras possam vir a utilizar (e a degradar) meios da autarquia, como as vias rodoviárias. Posteriormente, a 8 de fevereiro de 2014, decorreu uma reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia de Soure, na povoação de Simões (uma das povoações próximas da área de exploração), para informar e debater com a população a problemática associada à extração de caulinos. Também esta Assembleia de Freguesia, que contou com várias centenas de residentes das várias povoações afetadas, se pronunciou, por unanimidade, contra a exploração (Imagem 2).

Durante a Assembleia de Freguesia, e para enquadrar a problemática da exploração de caulinos, foi apresentado o parecer elaborado pelo Geógrafo Prof. Doutor Carlos Silva (Imagem 3), solicitado pela Autarquia de Soure, e o parecer da Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure (Imagem 4).



Imagem 2. A Mesa da Assembleia de Freguesia de Soure, reunida extraordinariamente em Simões a 8/2/2014.

Fonte: CDU.

No decurso da Assembleia, Fátima Pinhão, eleita pela CDU, propôs a formação, no imediato, de uma Comissão de Luta que permitisse às populações expressar o seu desagrado e contestar a exploração, de uma forma complementar às tomadas de posição mais institucionais. Formada logo após a Assembleia, nascia, assim, a 8 de fevereiro de 2014, a “Comissão de Luta contra o caulino de Bonitos/Soure”, com o objetivo de representar de um

modo direto as populações ameaçadas pela exploração. Esta Comissão viria a desempenhar um papel fulcral na oposição à exploração de caulinos, como se verá adiante.



Imagens 3 e 4. Intervenções do Professor Carlos Silva (à esquerda) e de José Miguel Oliveira (à direita), em representação da ADPCNS, durante a Assembleia de Freguesia extraordinária que decorreu em Simões para discutir a possibilidade de exploração de caulinos.
Fonte: CDU.

A Comissão era constituída com representantes das várias localidades próximas da área afetada, então presentes na reunião da Assembleia de Freguesia. Foi criado um logótipo e de imediato elaborado um texto para colocar a circular um abaixo-assinado e uma petição *online* com o lema “Sem caulino vivemos, sem qualidade de vida não”. Na Imagem 5 pode ver-se o logótipo que representa a Comissão e simboliza a sua luta.

Posteriormente, foi criada uma página na rede social *Facebook*, com o objetivo de informar e permitir a troca de opiniões sobre a problemática da exploração do caulino. Os primeiros *posts* tiveram como objetivo informar e sensibilizar quem não havia estado na Assembleia para o problema, apelando à sua integração no processo de luta contra a exploração.

Tendo noção da importância de divulgar rapidamente o problema ao maior número possível de pessoas, a Comissão realizou várias sessões de esclarecimento noutras localidades. Sempre com muitas presenças de habitantes locais, as sessões passaram a incluir gradualmente residentes de outras freguesias vizinhas do concelho de Soure e mesmo do concelho de Pombal, também alvo de vários pedidos de exploração de caulino.

A Junta de Freguesia de Almagreira (concelho de Pombal) encontrava-se igualmente, por esta altura, a descobrir vários pedidos de exploração no concelho de Pombal. Solicitou à Comissão de Luta contra o caulino de Bonitos (CLCCBS) uma reunião e a colaboração para que, numa iniciativa conjunta de um Grupo de Trabalho, se fizesse uma sessão de esclarecimento à população da freguesia. Esta decorreu a 3 de maio de 2014 com ampla participação e debate (Imagem 6).



Imagem 5. Logotipo da “Comissão de Luta contra o caulino de Bonitos/Soure” - CLCCBS.
Fonte: CLCCBS.



Imagem 6. Imagem da participação pública na sessão de esclarecimento em Almagreira (Pombal).

Entretanto, faltava ainda uma tomada de posição por parte da freguesia da Redinha, a única localidade do concelho de Pombal de entre as que estavam mais próximas da exploração. Ficou então decidida a participação da Comissão de Luta contra o caulino de Bonitos/Soure na Assembleia de Freguesia de Redinha, de modo a aumentar o apoio na contestação à exploração. Esse reforço na contestação poderia ser expresso pela criação de uma Comissão própria da Redinha ou pela participação dos seus elementos na Comissão de Bonitos/Soure. Nesta sessão, depois da intervenção da Comissão, foi também apresentada uma moção de rejeição à exploração de caulino em Redinha, área que pertence ao mesmo polígono de Bonitos. Esta moção foi votada favoravelmente, por unanimidade.

Ficou então combinada a realização de uma sessão de esclarecimento à população de Redinha, pela Comissão. Nesta sessão, ocorrida a 7 de junho de 2014, juntaram-se duas pessoas desta localidade à Comissão. Ficaram assim representadas na Comissão todas as populações mais próximas da exploração

Em paralelo com as sessões de esclarecimento junto das populações próximas da exploração, era necessário tomar outras iniciativas de divulgação e alerta para o problema. Foram efectuadas várias notas informativas para a comunicação social (rádio, televisão e jornais). Foi produzido material de divulgação como faixas autocolantes para automóveis e para afixação em estabelecimentos comerciais, foram feitas *t-shirts* para venda, com o lema e logótipo do protesto contra a exploração de caulino, de modo a angariar fundos que permitissem financiar os meios necessários para dar voz à Comissão. A Autarquia de Soure apoiou a Comissão com a disponibilização de autocarros para as deslocações necessárias.

Entretanto, a Comissão decidiu levar a ameaça da exploração à Assembleia da República (AR), tendo por objetivo último a discussão do problema em plenário. Para tal, seria necessário contactar todos os partidos representados, solicitando audições a todos os grupos parlamentares. A Comissão foi recebida por todos os grupos parlamentares (BE, CDS-PP, PCP, PEV), com exceção do grupo parlamentar do PSD, o qual nunca agendou uma data para tal. A todos eles manifestou o seu desagrado e contestação quanto à possibilidade daquela exploração, explicou as suas preocupações e informou da vontade de envio de uma petição para submeter a discussão e votação na AR. Com os vários partidos discutiu ainda a

desadequação da lei vigente, que trata as concessões de exploração de caulino como as demais concessões mineiras, e também a limitada forma de participação e intervenção pública no processo de atribuição das licenças de exploração, num processo que passa, frequentemente, em exclusivo pela DGEG.

Enquanto decorriam as sessões de esclarecimento, a recolha de assinaturas e os contactos com os grupos parlamentares, foram desencadeadas outras formas de divulgação e protesto. Nesta altura, foram vários os apoios à luta que localmente a Comissão travava. Ao local da exploração vieram Rita Rato (deputada eleita pelo PCP), Miguel Viegas (deputado no parlamento europeu pelo PCP), Heloísa Apolónia (deputada eleita pelo Partido Ecologista “Os Verdes”) e Edgar Silva (candidato à Presidência da República, apoiado pelo PCP). Todas estas visitas foram acompanhadas de sessões de debate com a população sobre o problema. Os grupos parlamentares do BE, PCP, PEV e PS interpelaram o Governo na AR, tendo formulado várias perguntas relacionadas com a exploração. De igual modo, houve visita ao local da exploração pelos deputados do PSD eleitos por Coimbra e Leiria, neste caso sem debate com as populações e após receção da Comissão pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local da AR. Foram também contactadas organizações ambientalistas de âmbito nacional. Saliente-se a intervenção da Liga para a Protecção da Natureza (LPN), fundamental para a realização de uma edição do Programa Biosfera, da RTP, no local da exploração, centrada na problemática da vaga de pedidos de exploração de caulino a nível nacional. Para além da própria LPN, a Comissão, a ADPCNS e a autarquia de Soure participaram nessa edição, transmitida a 30 de maio de 2014, expondo os seus argumentos contrários à exploração (Biosfera, 2014).

Entretanto, o “abaixo-assinado” resultou na recolha de 4360 assinaturas de cidadãos que quiseram, por esta via, protestar contra a possibilidade da exploração de caulino em Bonitos/Soure. Foi altura, então, de as entregar na Assembleia da República, tendo, para tal, sido a Comissão recebida pelo Vice-Presidente da AR, Guilherme Silva. Tendo ultrapassado as 4000 assinaturas, o “abaixo-assinado” passou a Petição. Os grupos parlamentares do BE, PCP e PEV apresentaram então Projetos de Resolução de apoio à Petição que foram discutidos e votados em Plenário da AR, tendo-se verificado votos contra por parte do PSD e CDS-PP e abstenção por parte do PS. Ou seja, em resultado da posição destes partidos, verificou-se a rejeição dos projetos que apoiavam e reforçavam a contestação das populações. Note-se que à época, PSD e CDS tinham maioria de votos na AR.

Aquando das audições pelos grupos parlamentares, foi generalizada a sensibilidade dos partidos para com os problemas associados à exploração e para com as ameaças que assolavam as populações. Esta posição não foi, todavia, confirmada por todos os partidos no momento da discussão e votação. No dia 21 de maio, dia da discussão da Petição, a Comissão organizou uma deslocação à AR, com o apoio da Autarquia, que, como habitualmente, disponibilizou o transporte. Saliente-se, assim, a desilusão sentida por todos os que assistiram à discussão e, no dia seguinte, à votação no hemiciclo quando, “a bota não bateu com a perdigota”. Ou seja, quando as opiniões contrárias à exploração que haviam sido transmitidas à Comissão pelos partidos durante as audições não foram acompanhadas por votações condizentes por alguns desses partidos. Mesmo os deputados eleitos por Coimbra e Leiria, distritos com vários pedidos de exploração, defraudaram as expectativas e o esforço das populações. Era sabido o carácter consultivo, não vinculativo, da votação. Ainda assim, pela rejeição dos projetos de resolução apresentados, perdeu-se a possibilidade de reforço das posições de contestação das populações e da própria Autarquia de Soure.

O resultado e atual ponto de situação

A 10 de Fevereiro de 2015, e ainda sem decisão oficial da DGEG, elementos desta entidade deslocaram-se a Soure para uma reunião com a autarquia. Aproveitando esse momento, elementos da Comissão colocaram-se à entrada do edifício da Câmara Municipal de Soure com vista a (1) expressarem-se contrariamente à possibilidade da exploração de caulino em Bonitos e (2) a dialogarem *in loco* com os elementos da DGEG, entregando-lhe documentos com os seus argumentos e preocupações, o que veio a suceder (Imagem 7).



Imagem 7. Ação junto à entrada dos Paços do Concelho de Soure no dia da reunião da DGEG com a autarquia Sourense.

A ausência de decisão manteve-se até 14 de novembro de 2016. Nesta data, a DGEG indeferiu o pedido de atribuição de licença de exploração, nos moldes em que havia sido solicitada, reconhecendo assim que o pedido de concessão foi alvo “de um vasto número de reclamações, cujo teor encerra uma manifesta oposição à exploração de caulinos na área de Bonitos” (DGEG, 2016; Rádio Cardal, 2016). Ficou estipulado um prazo de três anos para novo pedido de concessão, findo o qual o processo de atribuição de direitos de exploração se extinguirá definitivamente.

Em termos práticos, este documento significa a não atribuição de concessão de exploração à empresa que a solicitou. Mais importante que tudo, significa um ponto de paragem num processo que era uma ameaça iminente para o ambiente e também para a qualidade de vida das populações mais próximas da exploração. Em resposta à decisão da DGEG, realizou-se a 11 de dezembro de 2016 a tão desejada comemoração da vitória desta etapa, em Bonitos. Foram três anos de trabalho e esforço coletivo.

Como costuma dizer alguém na Comissão: “Quando se luta nem sempre se ganha. Mas quando não se luta, perde-se sempre”. Depois da celebração, virá, de novo, o trabalho. As populações não estavam disponíveis para aceitar aquela exploração. Não aceitarão, portanto, qualquer outra que para aquele local se venha a propor.

Referências bibliográficas

ADPCNS - Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure (2014). “Reclamação ao Requerimento para celebração de contrato de concessão de exploração de depósitos minerais de caulino na área dos Bonitos (freguesia de Soure e Redinha)”. Documento consultado a 13.03.2017, disponível em <http://www.adpcnsoure.org/images/pdf/santacruz.pdf>.

Aviso nº 15786/2013 de 30 de dezembro. Diário da República, nº 252 – Série II – Ministério da Economia e do Emprego. Direção-Geral de Energia e Geologia. Lisboa.

Biosfera (2014), “Caulinos Não!” Programa televisivo exibido a 30 de maio de 2014. Consultado a 13.03.2017, disponível em <http://www.faroldeideias.com/tv.php?programa=Biosfera&id=1493>.

Direção-Geral de Energia e Geologia (2016), Ofício da Direção Geral de Energia e Geologia n.º 016077 de 14.11.2016.

Rádio Cardal (2016), “Chumbada exploração de caulino no município de Soure”. Consultado a 13.03.2017, disponível em <http://www.radiocardal.com/chumbada-exploracao-caulino-no-municipio-soure/>.

Silva, Carlos (2014), “Parecer sobre os previsíveis impactos ambientais/riscos resultantes da exploração de caulino, nos concelhos de Soure e Pombal, em função do pedido de concessão de exploração requerido por CORBÁRIO – Minerais Industriais, S.A.” de 6 de outubro de 2011. Consultado a 13.03.2017, disponível em <https://cdusoure.wordpress.com/2014/03/12/caulinos-parecer-de-prof-dr-carlos-alberto-videira-da-silva-i/>.

A formação da PALP no contexto da luta contra a exploração de petróleo no Algarve¹

Maria Teresa Aça de Matos,² Plataforma Algarve Livre de Petróleo
mtmatos52@gmail.com

Resumo: Já desde o final do século XIX que se procura petróleo em todo o país, mas só na década de 1930 é que apareceram os primeiros contratos com empresas de exploração de hidrocarbonetos. Até quase ao final do século XX foram lançados vários concursos e atribuídas licenças, mas nunca se chegou à fase de extração de petróleo ou gás natural. De 1994 até 2015 intensificou-se a atividade de exploração de hidrocarbonetos e multiplicaram-se as concessões a companhias petrolíferas. Seis associações algarvias aperceberam-se de que a luta em que participavam tinha de começar localmente. Para unir esforços propuseram-se a constituir uma plataforma de ação comum e assim nasceu a Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP), em março de 2015. Em 2016, os ecos sobre a luta contra a extração de hidrocarbonetos no Algarve ultrapassaram fronteiras.

Palavras-chave: extração, hidrocarbonetos, sustentabilidade, Algarve, PALP.

Um pouco de história: a prospeção e as zonas concessionadas

Há muito que se fala da existência de hidrocarbonetos no Algarve. As primeiras sondagens remontam aos finais do século XIX e foram feitas em zonas “pouco profundas e localizadas junto a ocorrência de rochas impregnadas por petróleo à superfície (seeps) no *onshore*,³ a Norte e Sul da Bacia Lusitânica” (ENMC, 2016).

Em 1938 foi emitido um alvará de concessão que, por várias vezes, foi objeto de “transmissão dos direitos [...], que se manteve [...] até 1968” (ENMC, 2016). Durante este período, e ainda segundo o mesmo documento, foram executados trabalhos no *onshore* na Bacia Lusitânica, nomeadamente “78 sondagens de pesquisa, das quais apenas 33 atingiram profundidades superiores a 500m” sendo que “[...] na Bacia do Algarve, apenas foram efetuados levantamentos de gravimetria” (*idem*). Estas concessões acabaram por ser abandonadas.

Nos anos 70, “as áreas de prospeção e pesquisa, *onshore* e *offshore*, foram divididas em blocos, tendo por base uma malha regular e postos a concurso internacional” (ENMC, 2016). Da nova divisão nasceram mais 30 contratos de exploração, essencialmente no

¹ Este artigo foi escrito em abril de 2016.

² Licenciada em Filologia Românica em 1979, Mestre em Literaturas Comparadas Portuguesa e Francesa dos séculos XIX e XX, professora Adjunta aposentada do Grupo disciplinar de Francês da Escola Superior de Educação e Comunicação da Universidade do Algarve. Desde 2013 pertence à Glocal, um dos movimentos que integram a PALP. Rosa Guedes, Sara Van Keller e Emília Roque foram as oradoras no evento “Diferentes formas de dizer não: conflitos de mineração”, tendo abordado os conflitos sobre petróleo, e autorizaram Maria Teresa Aça a escrever o presente texto para fazer parte desta publicação.

³ As designações técnicas de exploração “no onshore”, “no offshore” e “no deep-offshore” correspondem, respectivamente, à exploração em terra, no mar e em alto-mar.

offshore, “embora algumas [explorações] tenham apresentado muito bons indícios de petróleo”. Todas elas foram encerradas.

Depois de 1979, a pesquisa abrandou, mas, mesmo assim, desde essa altura até 2004 ainda “foram atribuídas 39 áreas, das quais 23 concessões no *onshore* da Bacia Lusitânica [...] 15 concessões no *offshore* (11 na Bacia do Porto, 3 na Bacia do Algarve e 1 na Bacia Lusitânica) e uma licença de avaliação prévia no *deep-offshore* da Bacia do Algarve” (ENMC, 2016).

Para facilitar a atividade das petrolíferas, durante este lapso de tempo, mais concretamente em 1994, o Governo de Aníbal Cavaco Silva faz aprovar o Decreto-Lei nº109/94, em clara oposição à anterior legislação vigente, o Decreto-Lei nº 141/90, porque “pretende dar um novo impulso às actividades de prospecção, pesquisa e produção de petróleo” (Preâmbulo do Decreto-Lei nº 109/94: 1987). Esse impulso aconteceu. Daí em diante houve um incremento na prospecção e pesquisa de petróleo que teve como resultado a atribuição de inúmeros contratos de exploração.

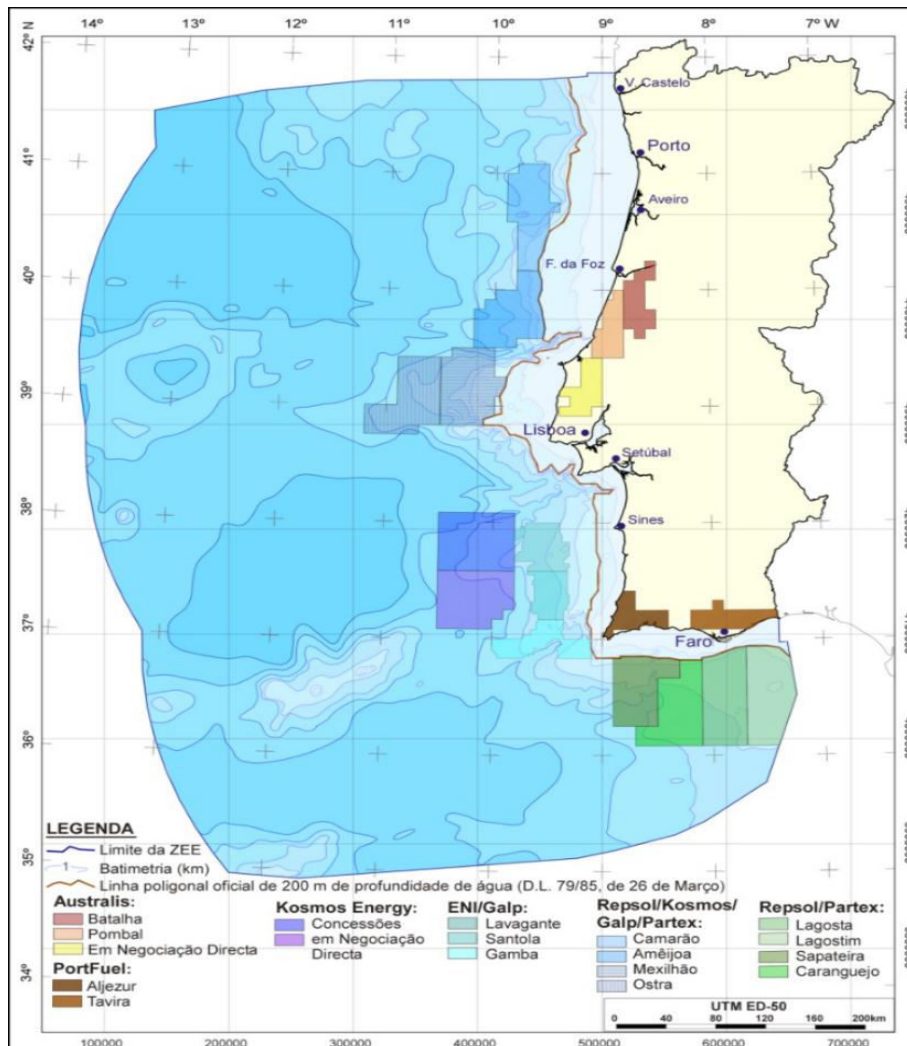


Imagem 1. Mapa das concessões.

Fonte: PALP, 2016b.

Até 2007 foram muitas as tentativas de exploração de petróleo em todo o país, em terra e no mar, muitos concursos lançados e muitas concessões atribuídas. Todavia, os trabalhos ou não passaram da fase de prospeção, ou foram abandonados, quer por decisão das empresas concessionárias, quer por termo do prazo de concessão. Contudo, a partir desta data, Portugal ficou concessionado, como mostra a imagem 1 que apresenta as zonas concessionadas e as empresas que as explorarão. Curiosa é a identificação das zonas *offshore*, com referência ao marisco. Como diz o deputado louletano Mendes Bota no seu manifesto intitulado “Petróleo no Algarve: 10 razões de discordância” (Bota, 2012): “A indústria do petróleo instalou-se no Algarve para comer marisco (lavagante, santola, gamba, lagosta e lagostim). Temo que para os algarvios apenas sobrem as cascas dos tremoços”.

Início da luta contra a exploração de petróleo no Algarve

A propósito de uma notícia do jornal “Tal & Qual”, que anunciava a intenção de concessionar explorações na Beira Litoral, Estremadura e Algarve, José Mendes Bota apresentou, em 1986, um requerimento ao Governo presidido por Aníbal Cavaco Silva, sob o título “Dez anos de Intervenção o turismo é o petróleo do Algarve” (Bota, 1986: 1), solicitando informações sobre a veracidade da notícia, ao mesmo tempo que mostrava perplexidade a respeito da abertura de um concurso para exploração de hidrocarbonetos. E, considerando que “o turismo no Algarve tem sido para a Região, e para o País inteiro, um autêntico poço de riqueza, não de ouro negro, mas de sol dourado da sua beleza paisagística e ambiental” (*ibid.*), termina o requerimento fazendo duas perguntas e um pedido ao Presidente da Assembleia da República:

Confirma, ou desmente, as afirmações contidas no artigo em causa? Em caso afirmativo, está o Algarve incluído na área abrangida pelo concurso para atribuição de exploração petrolífera? E em que partes do Algarve? Requeiro que me seja enviado um relatório oficial sobre as potencialidades do nosso País em matéria de petróleo, bem como cópia do regulamento do concurso atrás referido. (Bota, 1986: 2)

Se as duas perguntas e o requerimento revelam a falta de informação que grassava pelos gabinetes da Assembleia da República, imagina-se o alheamento da sociedade civil face a um problema que a todos diz respeito. Anos mais tarde, perante a notícia de que as empresas Repsol e RWE teriam ganho uma concessão na bacia do Algarve, Mendes Bota reage novamente, em três ocasiões ao longo de 2006, primeiro com um pedido de resposta a 24 perguntas dirigidas ao Secretário de Estado, sobre o Despacho 453/XVII-SE/II/2005⁴ (Bota, 2011). Não tendo obtido resposta, envia à Presidente da Assembleia da República uma exposição sobre o caso, deixando uma série de perguntas no ar quanto às receitas que o Estado português poderia arrecadar com cada barril extraído; quanto às rendas pagas pelas concessionárias; quanto aos mecanismos de controlo das receitas com vista ao pagamento de IRC; quanto à ausência de preço preferencial por parte do Estado português; quanto à ausência de cláusula que permita ao Estado rescindir os contratos em caso de prejuízo ambiental; quanto à cobertura de riscos ambientais; quanto ao prejuízo causado ao turismo e

⁴ Despacho de adjudicação das concessões de exploração de hidrocarbonetos nas zonas 13 e 14 (Cf. Supra) atribuídas às empresas Repsol YPF Exploration (espanhola) e RWE Dew (alemã), assinado em 2005 pelo Secretário de Estado Adjunto para a Indústria e Inovação, depois de o ministro da Economia ter suspenso o concurso, em 2003, por ter considerado insuficientes as contrapartidas para o Estado.

à pesca; e, finalmente, quanto à incongruência da celebração de contratos, cuja duração poderá ir até cerca de cinquenta anos, quando o paradigma energético terá de mudar num futuro próximo (*idem*). Numa segunda ocasião, formaliza uma queixa junto da Comissão Europeia contra o Estado português, à qual foi atribuído o número SG (06) A/6591, e que incidia sobre a falta de estudos de impacto ambiental. A comissão não a aceitou “por se ter considerado que a queixa só faria sentido na transição da fase de prospecção para a fase de exploração, em caso de ausência desse estudo” (*ibid.*). Por fim, numa última reacção, dando conhecimento da celebração dos contratos a várias entidades públicas.

De todas a diligências feitas no sentido de obter respostas concretas ou confirmações das notícias que iam saindo na comunicação social, nenhuma satisfaz a curiosidade do deputado que decide então formular um requerimento ao Governo. Desta vez, Mendes Botas considerou-se esclarecido e viu confirmados os seus receios de que as concessões eram “um negócio fantástico para as empresas concessionárias” e “um acréscimo de risco ambiental para a região do Algarve” (Bota, 2011). Em 21 de outubro de 2011, são celebrados dois contratos de concessão de direitos de prospecção e exploração de petróleo na costa algarvia em duas áreas designadas “Lagosta” e “Lagostim”, por um período de 55 anos. Mendes Bota volta a reagir, não só porque estes contratos repetem as condições alvo de contestação dos anteriores, como também porque o prazo de concessão se alarga até à vigência dos nossos netos.

Em 27 de fevereiro de 2012, faz sair um manifesto “Petróleo no Algarve: 10 razões de discordância”, onde sumariza a sua luta contra a exploração desde 1986, todas as diligências feitas para chamar a atenção sobre as implicações da atividade petrolífera no Algarve, repetindo e organizando os argumentos que foi apresentando ao longo do tempo, e dá-se por vencido: “A indústria do petróleo venceu! Há que reconhecê-lo” (Bota, 2012).

Em conclusão, as tentativas de exploração de petróleo e gás natural na região do Algarve e a luta contra esta atividade já têm muitos anos, com períodos de maior atividade e outros de latência. Neste momento, depois de mais uma concessão atribuída em setembro de 2015, reacendeu-se a luta, mas desta vez não ficou confinada à Assembleia da República. Passou para a esfera dos movimentos de cidadãos.

O nascimento e crescimento da Plataforma

Nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2015 celebrou-se “O dia mundial para o desinvestimento fóssil”. O sítio das Nações Unidas noticiava o acontecimento, explicando os objetivos da celebração: chamar a atenção para o desinvestimento nas energias fósseis, responsáveis pelas alterações climáticas, a fim de limitar o aumento da temperatura global a 2º Celsius até ao final do século. Neste sentido, as associações organizadoras do evento apelavam aos líderes institucionais e à população em geral para que desinvestissem em energias fósseis, suspendendo todos os investimentos nessa área (Fossil Free, 2016). As formas de sensibilização passavam por manifestações de rua ou concentrações nas principais cidades de todo o mundo. Portugal encontrava-se entre os 60 países que responderam ao desafio.

O Algarve também deu resposta aos apelos internacionais, através de várias organizações cívicas e ambientais, como a Quercus, a Almargem, o Glocal, o Movimento Algarve livre de petróleo (MALP), a *Newloops* e a *Peace and art society* (PAS), que apelaram a uma concentração no jardim Manuel Bivar no dia 14 de fevereiro às 11 horas, usando os seus blogs e páginas do *Facebook* para a divulgação do evento.

Reunidos nesse dia de luta contra os combustíveis fósseis em todo o mundo, verificaram que o problema global que contestavam tinha expressão de âmbito local – o Algarve poderia ser inundado de plataformas petrolíferas e, isso, ninguém queria. Compreendendo as

vantagens de uma associação em prol de uma atuação mais eficaz, os elementos destas organizações presentes na concentração combinaram reunir no dia 29 de março de 2015. Assim, da colaboração entre as seis organizações referidas, as quais têm em comum finalidades como o desenvolvimento sustentável e a defesa do meio ambiente, nasceu a Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP).

As primeiras ações a realizar pela PALP foram a criação de uma página de *Facebook* para divulgação do novo organismo, a elaboração de uma Carta Aberta aos portugueses e a marcação do 1º Encontro. No 1º encontro da PALP, cada grupo trouxe a sua abordagem ao problema, o seu ponto de vista e as suas sugestões para atuação no futuro imediato.

Ao pôr em prática as atividades desenhadas no 1º Encontro, um dos objetivos da Plataforma foi alcançado. A PALP começou a ter visibilidade e várias organizações algarvias, nacionais e mesmo internacionais vieram juntar-se à causa, nomeadamente: a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), a Liga para a Proteção da Natureza (LNP), o Centro de recuperação e investigação de animais selvagens da Ria Formosa (RIAS), a Aldeia (associação de Olhão), o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA), a Associação de ciências marinhas e cooperação (SCIAENA), o Coletivo Clima, a OceanCare e a Save the Waves. Para além de ser composta por estas associações e organizações, a PALP também conta com participações individuais de cidadãos que se identificam com os seus objetivos.

A dinâmica da PALP: os primeiros tempos

O 1º Encontro, realizado em 30 de maio de 2015, teve como local de reunião um café, em Faro. Não havendo sede, os membros da PALP iam reunindo em estabelecimentos públicos cujos donos estavam sensibilizados para a causa: cafés, sedes de associações ou clubes. As convocatórias, se assim se podem chamar, eram feitas por telefone ou correio eletrónico. As reuniões eram marcadas para o final do dia e as pessoas iam aparecendo, na medida das suas possibilidades. No final das reuniões alguém fazia um “apanhado”, à laia de ata, que era enviado por *mailing*. Assim, todos se mantinham a par do que se ia passando.

Quanto ao trabalho a realizar, continuava a ser distribuído consoante as disponibilidades, os conhecimentos, as competências e as preferências de cada um, tendo sido formados grupos de trabalho. Do trabalho desses grupos surgiu:

1)A “Carta Aberta aos portugueses”: documento que chama a atenção para o carácter lesivo da atividade de extração de petróleo, em geral, e para os danos causados ao turismo e às atividades pesqueiras do Algarve, em particular, por se tratar de uma região de ecossistemas sensíveis. Aí se argumenta que não tem sentido insistir num modo de exploração energética, as energias fósseis, que terá os dias contados, quando a tendência, e mesmo o compromisso a nível mundial, é o de substituir a médio e a longo prazo esse tipo de energias pelas ditas energias “limpas”.

2)O contacto com os grupos parlamentares: solicitaram-se audiências aos grupos parlamentares de todos os partidos que já se concretizaram com exceção do CDS que nunca respondeu e do PSD que, tendo sugerido uma data pouco conveniente, ainda não a remarcou. Durante as audiências, os representantes da PALP deram a conhecer a plataforma, expuseram os seus objetivos e pediram-lhes para “assumirem a luta”. Os deputados

mostraram-se sensíveis ao problema, tendo mesmo alguns intervindo na Assembleia da República, através de interpelações ao Governo.⁵

3)O acesso à documentação: uma das conclusões do 1º Encontro era a de que não se dispunha de informação suficiente sobre os contratos assinados entre o Estado português e as concessionárias - nada que não tivesse sido sentido pelo deputado Mendes Bota. Esta documentação foi solicitada às entidades competentes, nomeadamente à ENMC que, sendo obrigada a disponibilizá-las para consulta pública, acabou por fazê-lo em agosto de 2015 (neste momento os contratos também podem ser consultados no sítio da PALP).

4)A divulgação da causa junto das populações e dos municípios abrangidos pelos contratos: junto das populações porque, na maior parte dos casos, nunca tinham ouvido falar do assunto, ou, se tinham, não estavam conscientes das implicações aos níveis do ambiente, da qualidade de vida, da saúde das populações e da economia da região, nem das exíguas contrapartidas para o Estado português. Junto dos municípios porque era necessário que reconhecessem a existência da PALP e dos seus propósitos e dos benefícios de uma luta em conjunto. Até à data, apenas os municípios de Lagoa, Silves, Aljezur e São Brás de Alportel mantiveram contatos com a PALP.

5)A redação de uma petição: uma petição pública posta a correr na NET teria grande impacto ao nível da visibilidade da Plataforma. E teve. Mas o propósito principal era o de reunir o número de assinaturas necessárias à discussão do assunto no Parlamento. A petição foi posta a correr em agosto e pouco depois já havia cerca de 7000 assinaturas. Quase o dobro das requeridas. Para a redação e enquadramento legal do documento, contou-se com apoio jurídico *pro bono* da parte de um advogado da região, simpatizante da causa. Pensou-se também em interpor uma providência cautelar, mas não havendo condições para tal nesse momento, suspendeu-se o projeto.

Como se pode verificar nas Imagens 2 e 3, o verão foi passado a alertar habitantes e turistas para o que estaria prestes a acontecer. As “areias douradas” tão apregoadas nos cartazes turísticos, o azul cristalino das águas, as atividades náuticas, o bom peixe e marisco do Algarve podiam estar condenados, mesmo sem uma catástrofe ambiental.



Imagem 2. Marcha na Praia de Faro.
Fonte: PALP, 2016b



Imagem 3. Kayacada na Praia de Faro.
Fonte: PALP, 2016b

⁵ Um exemplo foi a Carta Aberta dirigida aos portugueses por um Algarve Livre de Petróleo (PALP, 2016a) e outras iniciativas disponíveis na página Facebook da PALP (PALP, 2016b).

A dimensão alcançada

O final de 2015 foi muito ativo. Fizeram-se muitas reuniões de esclarecimento em várias zonas do Algarve. Algumas foram propostas pela PALP, mas também houve muitas organizações a solicitar sessões de esclarecimento. Não querendo fazer uma lista exaustiva de todas as atividades, fica aqui um apontamento: reuniu-se com a Federação de Associações de moradores das Ilhas Barreira,⁶ com a Contramaré, em Portimão, com as comunidades de Tavira, de Vila do Bispo, da Fuzeta, de Lagoa, com presidente do Sindicato de pescadores e com mariscadores de Olhão e de Faro, com associações e grupos de artistas. Participou-se em eventos como o Festival Didgeridoo, a Exposição Policromia/Oilgarve, o Festival das Aves em Sagres, a Marcha internacional contra alterações climáticas, em Tavira, a Marcha pela justiça climática, em Lisboa. Analisou-se com especialistas em geologia e biologia o impacto da atividade petrolífera nos solos e no ambiente. Foram-se contactando e ouvindo juristas, procurando os enquadramentos legais nacionais, europeus e internacionais, descobrindo as ilegalidades e contradições de que enfermam os contratos. Apoiou-se a Associação de Municípios do Algarve (AMAL) na sua rejeição da atividade petrolífera.

Estas atividades foram despertando interesse da comunicação social e as notícias começaram a aparecer, tanto nos jornais e na rádio de expressão local como nos de expressão nacional. Deram-se entrevistas à Antena 1, à Rádio Gilão, à RUA, à TSF. Os jornais incluíam títulos como: “Algarve negro com petróleo”, “Algarve teme vir a ser uma «janela» com vista para as plataformas petrolíferas”, “Manifestantes interrompem conferência sobre combustíveis na Gulbenkian”, entre outras.

Através dos ecos dos *media*, organizações internacionais foram alertadas para a situação. A associação Aliança Mar Blava, que conseguiu anular a exploração petrolífera nas Ilhas Baleares, iniciou um movimento de contestação às decisões das autoridades portuguesas, que envolveu 14 entidades internacionais. Em conjunto, elaboraram e enviaram ao Governo português, a 3 de fevereiro de 2016, o “Statement of Concern about Seismic Activities to Explore Hydrocarbon Resources in the Waters of the Algarve” (OceanCare, 2016b). É através desta atividade que a OceanCare veio a integrar a PALP.

Fizeram-se várias reuniões com o presidente da Associação dos empresários do Algarve (NERA). A 11 de fevereiro o NERA divulgou, na rubrica “Notícias” da sua página *Internet*, um artigo subordinado ao tema “Autarcas e entidades empresariais exigem a paragem imediata do processo de prospecção de petróleo e gás natural no Algarve” (sic), uma posição conjunta de seis entidades algarvias, entre as quais figuravam, além do NERA e da Associação de Municípios do Algarve, quatro associações de empresários hoteleiros e comerciais (NERA, 2016).

Os artistas da região deram uma ajuda preciosa à divulgação da luta contra a exploração de petróleo com exposições, sessões culturais e musicais. A última, realizada a 12 de março de 2016, na cidade de Faro, decorreu na sede da associação “Os Músicos” e está documentada num vídeo (PALP, 2016b). Também o produtor Paul Smith, de visita ao Algarve, sugeriu a realização de um vídeo, em colaboração com Cristiano Guerreiro, para denunciar a situação. O realizador já entrou em contacto com a PALP para recolher informação e, segundo o jornalista Nuno Couto, o vídeo estará pronto em 2017 (Couto, 2016).

⁶ Ilhas de Faro, Farol, Culatra e Armona.

Entretanto, um grupo de artistas publicou no Youtube, a 14.04.2016, um vídeo informativo sobre a situação da exploração de petróleo no Algarve, intitulado “Petroleum in Algarve”. O vídeo é falado em inglês para ter projeção internacional e foi oferecido à PALP que o incluiu na sua página (PALP, 2016a). Os ecos vão-se repercutindo e despertando a curiosidade de outras localidades algarvias cujas populações se mostraram interessadas em conhecer a problemática. Fizeram-se sessões em Vila Real de Santo António, Budens e S. Brás de Alportel. Certamente que não se ficará por aqui.

Outras zonas do país que têm o mesmo problema, porque as explorações não se confinam ao Algarve, fizeram ações conjuntas com a PALP: DATA, Porto, um *workshop*; 2 de fevereiro 2016, Coimbra, com o *seminário e fórum público* no Centro de Estudos Sociais “Diferentes formas de dizer não: conflitos da mineração”; e DATA, Lisboa, DATA, Almada e DATA, Parede com sessões de esclarecimento.

Neste momento as atividades da PALP, além de profusas, são de natureza diversa, o que implica uma estruturação em domínios, nomeadamente, a frente política, que visa continuar as atividades a desenvolver junto das entidades oficiais, das câmaras, dos partidos políticos e do Governo; a frente jurídica/científica, que visa confrontar as incongruências da lei, com a ajuda de advogados, juristas e cientistas, e a frente cívica e de dinamização, que aposta na continuação do contacto direto com as populações, com organizações ambientalistas de âmbito nacional e internacional e com associações locais.

Conclusão

A PALP continua uma contestação iniciada institucionalmente em 1986 por um deputado algarvio. Nasce da constatação, aquando da manifestação do “Dia mundial para o desinvestimento fóssil”, de que a luta levada a cabo em todo o mundo contra as alterações climáticas, provocadas pelas emissões de CO₂ resultantes da queima de combustíveis fósseis, tinha de ser local. Reuniram-se organizações, associações e pessoas singulares de todas as idades em torno de um objetivo comum: travar a prospeção e exploração de petróleo e gás no Algarve e tentar reverter os contratos já assinados.

A PALP não tem sede física, a sua sede é a página na Internet, o *facebook*, a *mailing-list*, os *sms* e o telefone. Reúne em cafés ou associações farenses, de acordo com as disponibilidades do momento. Não tem uma direção. Tem um grupo nuclear que se mantém coeso e discute as atividades com todos os elementos e todas as organizações. As suas ações já conseguiram dar visibilidade no país e no estrangeiro a um assunto que há muito se mantinha discreto.

Referências bibliográficas

Bota, José Mendes (1986), “Dez anos de Intervenção. O turismo é o petróleo do Algarve”. Página consultada a 03.03.2016, disponível em http://www.mendesbota.com/menu_home/pdf/20120227rar.pdf.

Bota, José Mendes (2011), “Pergunta 1012/XII: exploração de petróleo e gás natural frente à Ria Formosa suscita legítimas interrogações dirigida à Exma. Sr.^a Presidente da Assembleia da República no dia 18-10-2011”. Página consultada a 4.03.2016, disponível em http://www.mendesbota.com/menu_home/pdf/20111018par.pdf.

Bota, José Mendes (2012), “Petróleo no Algarve: 10 razões de discordância”. Página consultada a 4.03.2016, disponível em http://www.mendesbota.com/menu_home/pdf/20120227ddmb1.pdf.

Couto, Nuno (2016), “Documentário sobre petróleo pronto em 2017”, *Jornal do Algarve*. Página consultada a 17.03.2016, disponível em <http://www.jornaldoalgarve.pt/?x=5&y=5&s=documentario+sobre+petroleo+pronto+em+2017>.

Decreto-Lei n.º 109/94 de 26 de abril. Diário da República n.º 96/94 - I Série A. Ministério da Indústria e Energia. Consultado em 18 de abril de 2016, disponível em http://www.oern.pt/documentos/legislacao/d_dl_dr/DL109_94.pdf.

Rodrigues, Elisabete (2016), “AMAL avança para tribunal para travar exploração de hidrocarbonetos no Algarve”. *Sul Informação*. Página consultada a 16.03.2016, disponível em <http://www.sulinformacao.pt/2016/03/amal-avanca-para-tribunal-para-travar-exploracao-de-hidrocarbonetos-no-algarve/>

ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis (2016), “História e pesquisa – um breve resumo”. Página consultada a 24.06.2016, disponível em <http://www.enmc.pt/pt-PT/atividades/pesquisa-e-exploracao-de-recursos-petroliferos/a-pesquisa-de-petroleo-em-portugal/historia-e-pesquisa---um-breve-resumo/>

Fossil Free (2016), “Global Divestment day – Let’s make fossil fuels history”. Página consultada em 04.03.2016, disponível em <http://gofossilfree.org/wrap-up/>

Glocal Faro (2016), “Dia mundial do desinvestimento fóssil”, Glocal Blogspot. Página consultada a 04.03.2016, disponível em <http://glocalfaro.blogspot.pt/search?updated-max=2015-03-16T11:36:00Z&max-results=7>

Associação Empresarial da Região do Algarve (2016), “Autarcas e empresários exigem a paragem imediata do processo de protecção de petróleo e gás natural no Algarve”. Página consultada a 14.03.2016, disponível em <http://www.nera.pt/noticias/78-noticias-destaque/2542-2016-01-13-12-04-44>

OceanCare (2016b), “Statement of Concern about Seismic Activities to Explore Hydrocarbon Resources in the Waters of the Algarve”. Página consultada a 14.03.2016, disponível em https://assets.oceancare.org/downloads/statement_of_concern_algarve_portugal_20160123rev_final.pdf

PALP (2016a), “Carta Aberta aos portugueses”. Página consultada a 14 de março de 2016, disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B3Rm4bFRcqqXUGN2cUhYaVd6MkU/view>

PALP (2016b), “Algarve livre de petróleo”. Plataforma Algarve Livre de Petróleo-PALP, Página consultada em 16.03.2016, disponível em <https://www.facebook.com/AlgarveLivreDePetroleo/?fref=ts>

II - Enquadramento e resistências das comunidades na América do Sul

Luchas territoriales: ecología política y comunidades en movimiento frente al Estado neo-extractivo

Fabián Cevallos Vivar,¹ Doctorando en Pós-colonialismos y Ciudadanía Global, CES/FEUC.
cevallos_fabian198@hotmail.com

Resumo: A partir del estudio de caso del territorio Huaorani en el que se implementan proyectos de extracción petrolera en Ecuador, me pregunto: ¿Cómo pensar el Estado desde la diversidad y las diferencias que suponen la coexistencia de distintos pueblos, muchos de ellos ubicados en la periferia de la periferia, objeto de invisibilidad histórica respecto del Estado-Nación? La compleja relación entre Estado y comunidades demuestra que en algunos momentos son los pueblos los que generan alternativas a través de sus prácticas y concepciones. Se trata de un proceso de redefinición del Sumak Kawsay, la Plurinacionalidad y el inicio del debate sobre una salida del modelo que mercantiliza la Naturaleza. Propongo el reconocimiento de concepciones Huaorani respecto de la inseparabilidad Cuerpo-Vida- Naturalezas, arraigadas territorialmente, así como sus formas de organización sociopolítica basadas en los cuidados y la subsistencia (Huaponi), generando la posibilidad de transgredir las relaciones de colonialidad, capitalismo y patriarcado.

Palavras-chave: neo-extractivismo, desarrollismo, Estado plurinacional, Huaorani-Huaponi.

Introducción

“Esta es una canción de las hormigas cortadoras de hojas y de cómo las mujeres somos como ellas porque trabajamos fuerte. Nosotras duplicamos el trabajo. Nosotras cuidamos de nuestros hijos, cocinamos, recolectamos yuca y medicina ancestral. Y porque es un día especial para las mujeres, nosotras compartimos esta canción de nuestras ancestras. Un llamado que ellas aprendieron de los espíritus de la selva. No importa de qué nacionalidad eres. Si eres una mujer, si defiendes la vida, mereces escuchar esta canción porque compartes nuestro sufrimiento y nuestro compromiso para defender nuestros territorios ancestrales.” Alicia Cahuiya (Vicepresidenta de la Nacionalidad Waorani).²

El proyecto de transición descolonizadora en Ecuador emergió a partir de una profunda crisis en las estructuras del Estado-Nación (Prada, 2014: 50). La construcción del Estado Plurinacional, y del *Sumak Kawsay* sintetizan las demandas de pueblos y nacionalidades cuya

¹ Licenciado en Filosofía, Sociología y Economía por la Universidad de Cuenca, Ecuador. Doctorando en Pós-colonialismos y Ciudadanía Global, CES/FEUC. Universidade de Coimbra, Portugal.

² Palabras pronunciadas por Alicia en el marco de la Marcha por el Día Internacional de la Mujer, el 8 de Marzo de 2016, en la que las mujeres amazónicas articularon una propuesta de defensa cuerpo-territorio para la Amazonía, la Madre Tierra y la Justicia Climática entre siete nacionalidades (Kichwa, Sápara, Shiwiari, Shuar, Achuar, Andoa y Waorani). Su objetivo era denunciar la firma de nuevos contratos petroleros entre Ecuador y la Corporación petrolera china Andes Petroleum para los bloques 79 y 83, ubicados en los territorios indígenas de los Sápara, Shiwiari y los Kichwa de Sarayaku, Pacayaku, Teresamama, a lo largo de las cuencas de los ríos Bobonaza y Curaray. En oposición a las leyes ecuatorianas e internacionales, las poblaciones no fueron consultadas y no han entregado su consentimiento para ninguna de las operaciones petroleras dentro de sus territorios por lo que han prometido defender su selva y sus culturas.

consolidación en la Constitución (2008) alimentó las esperanzas y la perspectiva de una verdadera valoración de formas comunitarias de vida, de democracia participativa, de la autonomía y la autogestión territorial. Se trataba de un ejercicio de reformulación de ontologías en base a un diálogo intercultural, cuyo fundamento era particularmente impulsar la salida del modelo neo-extractivista, rescatando epistemologías marginadas o ignoradas por la lógica capitalista dominante (Santos, Meneses, 2009: 470).

En este marco, el intenso debate que confronta, por un lado, a la moratoria y por otro, a la explotación petrolera³ en los territorios de los pueblos Huaorani, Tagaeri y Taromenane, ubicados dentro del Parque Nacional Yasuní, contribuye a revelar un proceso de recolonización, repatriarcalización y recapitalización dentro de las estructuras del Estado monocultural. La legislación y la acción política gubernamental no sólo se distancian de las ideas de Plurinacionalidad, Interculturalidad, *Sumak Kawsay* y *Derechos de la Pachamama* – proceso de desconstitucionalización –, sino que niegan las luchas sociales que aspiraban a irrumpir con la homogeneidad del Estado.

El Estado al ejercer su poder hegemónico nuevamente reduce la diversidad de pueblos y nacionalidades a una sola noción, identificándolos con las ideas de Patria, Nación, líder, gobierno. Ocurre una suerte de “fetichización” del Estado que deviene en la consolidación de un poder gubernamental, cuyo objetivo es garantizar el modelo de (mal) desarrollo y un Estado-neoextractivista. Su lógica de acción es doble: a) por un lado, existe despojo de territorios y desplazamiento de las comunidades a través de mecanismos conocidos como el “estado de separación” (Zavaleta, 2015: 364 y, b) por otro lado, se aplica una suerte de “estado de excepción” (Agamben, 2005: 155) para transferir poder y responsabilidades, negociar con las empresas y las comunidades, estar y no estar presente en las localidades. Mientras que el Estado insiste en ejercer estos mecanismos de violencia y dominación, para los pueblos y nacionalidades indígenas no se puede plantear una moratoria petrolera y otorgar derechos a la Naturaleza en términos globales, sin considerar las características específicas de las naturalezas, los valores culturales, espirituales, estéticos, así como las prácticas de vida que se sintetizan en el senti-pensar de cada pueblo. En el caso de las comunidades Huaorani que luchan contra el neo-extractivismo en sus territorios, la construcción de autonomía les permite ubicarse al margen del Estado y basados en su ethos de caza-recolección construyen poderes comunales desde una valoración del cuidado y la subsistencia. Por ello, el aprendizaje y la valoración de sus formas de vida, se vuelven fundamentales.

El Estado nación neo-extractivista contra los Estados Plurinacionales comunitarios

A partir de los años 1970 la comprensión de la realidad ecuatoriana introduce algunas categorías que instauran un nuevo desafío a la imaginación político-sociológica: ¿Cómo pensar la nación desde la diversidad y las diferencias tan radicales que suponen la coexistencia de distintos pueblos nación, muchos de ellos ubicados en la periferia de la periferia, objeto de genocidio, etnocidio, ecocidio y epistemicidio histórico respecto al

³ El día 29 de marzo de 2016 se habría dado la perforación del primer pozo en la plataforma Tiputini C (bloque 43), en circunstancias en las que el precio del petróleo ecuatoriano es de USD 20, lo que no cubre ni siquiera el costo de producción. El mercado internacional, que controla el precio del petróleo, impone un “castigo” al crudo ecuatoriano debido a su elevado peso y baja calidad. La explotación en los campos Ishpingo-Tambococha-Tiputini (ITT) o bloque 43 están a cargo de la empresa estatal Petroamazonas. Para un análisis sobre los precios internacionales del petróleo ver Honty (2016).

Estado-Nación monocultural? Las “comunidades en movimiento” (Zibechi, 2007: 169) abrieron nuevas perspectivas que permiten no sólo “incluir” a sectores más vulnerables de la sociedad, sino que revelan la decadencia, tanto de las estructuras estatales y jurídicas de la modernidad eurocentrada, así como de las relaciones capitalistas de producción basadas en el modelo de (mal) desarrollo (Svampa; Viale, 2014: 28). Partiendo del reconocimiento de las identidades indígenas, interculturalidad, Plurinacionalidad, de la crisis política, económica, social, ecológica global, y, rescatando otras formas de entender la vida, se recrearon prácticas y teorías alternativas como la del *Sumak Kawsay* y los derechos de la *Pachamama*. Estas categorías fueron incorporadas en la última Constitución de la República del Ecuador (2008) que desde su preámbulo establece: “Nosotras y nosotros, el pueblo soberano del Ecuador [...]. Celebrando a la naturaleza, la Pacha Mama, de la que somos parte y que es vital para nuestra existencia [...] decidimos construir [...] una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza, para alcanzar el buen vivir, el Sumak Kawsay”.

El movimiento indígena ecuatoriano consiguió colocar en el debate político la necesidad de una refundación civilizatoria, cuya base se ubica al margen de las lógicas mercado-céntrica y Estado-céntrica. Se dejaban atrás las debatidas concepciones sobre el multiculturalismo y el discurso de la hibridez percibido por las organizaciones indígenas como un paradigma encubridor, esencialista e historicista con respecto a la etnicidad, cuya función era: “la de suplantarse a las poblaciones indígenas como sujetos de la historia, convertir sus luchas y demandas en ingredientes de una ingeniería cultural y estatal capaz de someterlas a su voluntad neutralizadora” (Rivera, 2010: 62).

Este fenómeno encubridor es recurrente hasta nuestros días –aunque expresado de diversas formas en los países del Sur Global-, y responden a una especie de colonialismo interno (Rivera, 1991: 7). En el caso ecuatoriano se ha llegado a hacer un uso discursivo del Buen Vivir y una manipulación, que sirve para sustentar la dominación de una sociedad homogénea frente a la diversidad de comunidades históricas. Este proceso, incita el surgimiento de un conflicto entre la identidad nacional y las identidades étnico-comunitarias quienes se constituyen y complementan con su pertenencia territorial, esto es, en base a una perspectiva histórico-cultural que cada pueblo indígena tiene respecto de sus naturalezas.

Existe una presión ejercida por el Estado monocultural en contra de los grupos indígenas y de sus fuentes de identificación y reproducción de la vida (tierra, agua, aire, montañas, biodiversidad). No se trata de un rechazo que tienen las diversas nacionalidades en relación a su pertenencia dentro del país, ni de ellas frente a otras comunidades. Para Rita Segato, las comunidades defienden un pluralismo histórico entendido como:

Más que un horizonte fijo de cultura, cada pueblo trama su historia por el camino del debate y la deliberación interna, cavando en las brechas de inconsistencia de su propio discurso cultural, haciendo rendir sus contradicciones y eligiendo entre alternativas que ya se encuentran presentes y que son activadas por la circulación de ideas provenientes del mundo circundante, en interacción y dentro del universo de la nación, definida como alianza de pueblos. (Segato, 2015: 76-77)

La lucha por imponer los ritmos y fronteras del Estado-Nación capitalista obedece a una nueva fase del neoliberalismo en la que es crucial la construcción de un Estado fuerte. Si antes era el mercado el que orientaba las políticas de despojo territorial, ahora existe un acuerdo operacional entre el mercado y el Estado. Se fortalece el modelo uninacional (Almeida, 2008: 18) para garantizar la seguridad jurídica relacionada específicamente a las inversiones para la producción de commodities, reprimarizando la economía y posibilitando, de esta manera, la configuración de un Estado-neoextractivista en el que:

Se mantiene un estilo de desarrollo basado en la apropiación de la Naturaleza, que alimenta un entramado productivo escasamente diversificado y muy dependiente de una inserción internacional como

proveedores de materias primas, y que si bien el Estado juega un papel más activo, y logra una mayor legitimación por medio de la redistribución de algunos de los excedentes generados por ese extractivismo, de todos modos se repiten los impactos sociales y ambientales negativos. Se utiliza el rótulo de extractivismo en sentido amplio para las actividades que remueven grandes volúmenes de recursos naturales, no son procesados (o lo son limitadamente), y pasan a ser exportados. (Gudynas, 2009: 108)

El capitalismo global, desde su conformación y para su desarrollo, requiere de la instauración del Estado-nación-racial (Zavaleta, 2015: 360). Conviene recordar que este proceso tiene origen en el hecho colonial del despojo territorial, la esclavitud a gran escala y la negación de formas de producción y trabajo no capitalistas (Federici, 2011: 176). El modelo eurocéntrico de Estado-nación, en tanto que institución homogénea y monocultural contribuye a la reproducción del capitalismo y en última instancia se presenta como una fuerza productiva misma.

En este sentido, es *una fuerza productiva* de la misma manera que el hombre libre, la subsunción formal, la subsunción real, la transformación del tiempo, etc. Es cierto, con todo, que en rigor este papel debe ser entregado al Estado nacional o Estado-nación. Así, para el caso, si el mercado mundial es el logro histórico superior del capitalismo (entre otras cosas porque el mundo no es mundial antes, no hay historia mundial), la nación, lejos de contradecir la lógica del mercado mundial, es su requisito, su forma de organización. (Zavaleta, 2015: 359)

Como señala Rosa Luxemburgo, dentro del proceso de acumulación por desposesión no sólo existe la producción del plusvalor – concepción economicista –, que apela a formas ideológicas como la paz (orden y progreso), a la propiedad e igualdad como valores del paradigma; para los países del Sur Global, estas formas se traducen en derechos de propiedad privada, explotación y dominio de clases. El intercambio desigual en las relaciones Norte-Sur incita a que el despojo, el desplazamiento territorial y la invisibilización de las poblaciones se promuevan a través de métodos diferentes, confrontándose fuertemente con las formas de producción no capitalistas – que subsisten en las comunidades indígenas:

El otro aspecto de la acumulación de capital se da entre el capital y las formas de producción no capitalistas. Este proceso se desarrolla en la escena mundial. Aquí reinan, como métodos, la política colonial, el sistema de empréstitos internacionales, la política de intereses privados, la guerra [...] Aparecen aquí, sin disimulo, la violencia, el engaño, la opresión y el pillaje. Por eso cuesta trabajo a veces discernir las leyes rigurosas del proceso económico entre la maraña de violencia y porfías por el poder”. (Luxemburgo, 1967: 351)

La lógica de poder neo-extractivista constituye una forma de “fascismo social” que convive con la democracia liberal. El “fascismo territorial” que opera a través de un método de apropiación/violencia y que ocurre: “sempre que actores sociais com forte capital patrimonial tiram ao Estado o controlo do território onde actuam ou neutralizam esse controlo, cooptando, ou violentando as instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes do território sem a participação destes e contra os seus interesses” (Santos, 2007: 17).

La población indígena es violentamente despojada de sus territorios: se dice que sus tierras son vacías; sus concepciones ignorantes o atrasadas; e inclusive se declara inexistentes a pueblos libres o en aislamiento voluntario (Tagaeri-Taromenane). En definitiva, se trata de garantizar la ampliación de la frontera extractiva para la obtención de recursos económicos, proceso que tiene como contrapartida la desaparición de pueblos, el epistemicidio y el ecocidio.

El Estado-neoextractivo recurre a estrategias para “mitigar la pobreza”, cuyo objetivo es particularmente evitar la protesta social. En la práctica, esto se traduce en la aplicación de un modelo de enclave que al instaurarse en las localidades, provoca entre otras cosas, una

ruptura de las relaciones socio-comunitarias. Su metodología es similar al “objetivo de contención social que antes cumplía el Estado de bienestar” (Zibechi, 2015: 54).

Al quebrar el equilibrio comunitario rápidamente se da paso a la injerencia política del Estado patriarcal-capitalista. De forma vertical, bajo el lema de “liberar” de la pobreza y traer el desarrollo al territorio intervenido, se promete transformarlos en “verdaderos” ciudadanos con derechos y deberes, que respondan a la hegemonía de su poder. En este contexto, las defensoras o defensores de la Naturaleza son objeto de persecución y sus luchas son criminalizadas ante la sociedad.

En esa lucha el Estado juega un papel central, de dos maneras: una, buscando desarmar, desestructurar o dispersar las relaciones sociales comunitarias, que puede pasar por la represión, pero más frecuentemente por hacer que los individuos se sometan a su voluntad (la sorda coerción del factor económico del que hablaba Marx); la segunda, haciendo Estado en la sociedad y sobre todo en los movimientos sociales, o sea, provocando la separación de un cuerpo especializado en “mandar mandando”. (Zibechi, 2007: 90)

“Estado de separación” para la comunidad y un “estado de excepción” no declarado

El mecanismo de desindigenización que destruye el ethos comunitario, tiene dos caras: a) la separación antropocéntrica que desvincula al ser humano de la naturaleza y de su medio de identificación cultural-territorial; y, b) el otorgamiento de una “libertad” jurídica y ciudadanía uninacional acompañada de la promesa de desarrollo. A este procedimiento se le denomina como: “el “estado de separación” o extrañamiento [...] un estado de vacancia ideológica, es decir, un vacío en la representación del mundo” (Zavaleta, 2015: 364).

El Estado nación, apoyado por las mayorías electorales (nacional-mestizas), asume atribuciones que no le fueron entregadas en su mandato. Ocurre así una suerte de fetichización del Estado, esto es, la consolidación de lo “Uno” reducido al gobierno, en el que los Pueblos, Nacionalidades, así como sus sistemas de participación política se ven marginalizados. Se devalúan principios democráticos como el de la división de poderes permitiendo al gobierno hacer uso del denominado “estado de excepción”:

Esto significa que el principio democrático de la división de los poderes hoy se ha devaluado, y que el poder ejecutivo ha de hecho absorbido, al menos en parte, al poder legislativo. El parlamento no es más el órgano soberano [...] se limita a ratificar los decretos emanados del poder ejecutivo. En sentido técnico, la República [...] es gubernamental. (Agamben, 2005: 50-51)

El estado de excepción funciona de hecho como una disposición no declarada legalmente, pero permitida o consensuada. Se mueve dentro de las fronteras de lo estatal negociando de la misma manera, tanto con lo privado transnacional, como con lo comunitario popular. Es ambivalente y generalmente entrega varias de sus atribuciones a las empresas transnacionales, son ellas las que deciden lo que es legal/ilegal dentro de los territorios –por ellos considerados como zonas baldías y por lo tanto extractivas-. Es frecuentemente accionado no sólo para violar los mandatos Constitucionales, sino para hacer maniobras de erradicación de las emergencias, esto es, de los poderes autonómicos en las comunidades, de los derechos indígenas y los derechos de la naturaleza. “Lo que el “arca” del poder contiene en su centro es el estado de excepción –pero este es esencialmente un espacio vacío, en el cual una acción humana sin relación con el derecho tiene frente a sí una norma sin relación con la vida” (Agamben, 2005: 155).

Por su parte las comunidades afectadas por los mega emprendimientos extractivos programan creativamente formas sociales y ecológicas en las que: a) permanentemente se

impide la realización a cabalidad el Estado; y b) se plantean proyectos de subsistencia o de supervivencia (Mies; Shiva, 1998: 204). A decir de Clastres, la historia de estos pueblos es la historia de sus luchas contra el Estado (Clastres, 1978: 191). “El problema aquí no radica en que el Estado niegue la sociedad, porque después de todo dominar es también eso en parte, sino en que lo haga sin éxito. En el sentido inverso, las cosas son un opuesto: la sociedad cancela al Estado” (Zavaleta, 2015: 346).

La defensa de la comunidad ante el Estado se realiza sobre diferentes criterios transculturales, fundamentados en la lógica de reciprocidad entre el principio de igualdad y el principio de reconocimiento de la diferencia, según el cual: “temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza” (Santos, 2005: 104).

De ahí que la oposición a los intentos de subordinación por parte del Estado y las empresas transnacionales, permite que se defiendan y se afirmen las características fundamentales del ethos comunitario. La práctica descolonizadora aparece así como un intento por repensar y hacer la autonomía desde los distintos poderes comunales (Zibechi, 2007: 173).

Aprendizajes desde los cuidados, la subsistencia y la ecología de los Huaoran⁴

Con la entrada de las empresas petroleras estatales y transnacionales ocurre una alianza de patriarcados (Lugones, 2014: 68; Segato, 2015: 83). El conflicto entre hombres y mujeres es uno de los aspectos que se profundiza respecto de las concepciones de sobrevivencia-subsistencia/mercado-acumulación y dinero (Mies; Shiva, 1998: 212-215). Mientras la mayoría de las mujeres huaorani defienden la naturaleza, los cuidados, la subsistencia, los hombres tienden a preferir la modernización, el trabajo remunerado y otras dádivas que les ofrece la empresa petrolera, al menos durante la primera fase de exploración y apertura de senderos.

Se evidencia la división sexual del trabajo en la que las mujeres deben cumplir con ciertos roles, vinculados al trabajo doméstico, de cuidados y de reproducción, aumentando su dependencia “económico-monetary” y su invisibilización. Este mecanismo permite al “Estado y a los empleadores usar el salario masculino como instrumento para gobernar el trabajo de las mujeres” (Federici, 2011: 125). De ahí la identidad entre modelo extractivo y el fortalecimiento del poder patriarcal.

La degradación social de las mujeres huaorani es otro de los fundamentos para la implementación del Estado neo-extractivo en las comunidades. “Al igual que la división internacional del trabajo, la división sexual del trabajo fue, sobre todo, una relación de poder, una división dentro de la fuerza de trabajo, al mismo tiempo que un inmenso impulso a la acumulación capitalista” (Ibidem, 196).

Para las Mujeres Huaorani, defender la comunidad es una forma de ejercer el poder no Estatal, cuyo eje está en la reciprocidad de las relaciones socio-culturales basadas en la subsistencia y armonía con la Naturaleza. Se trata de una forma de comprender la economía en la que se otorga mayor importancia a la reproducción de la vida, los intercambios básicos, la alimentación y los cuidados que han permitido la subsistencia histórica de las sociedades indígenas.

⁴ “Pueblo indígena descendiente del grupo etno-lingüístico Huao-Terero. Localizado entre la confluencia de los Ríos Napo y Aguarico, Shiripuno, Tivacuno y Yasuní, al noroeste de la Amazonia ecuatoriana. Ocupan cerca de 612.500 hectáreas de territorio, expandido entre las provincias de Orellana y Pastaza”. (Cevallos, 2015: 255)

Según Clastres, se debe entender por “economías de la subsistencia” – en oposición a la economía de mercado consumista y de crecimiento ilimitado –, no aquella búsqueda por la “sobrevivencia angustiada de los pueblos indígenas”, sino aquella en la que existe una compatibilidad entre la producción y el tiempo dedicado a estas actividades productivas. “La expresión de economía de la subsistencia, desde el momento en que se entiende por ella no la necesidad de una *carencia*, de una incapacidad, sino por el contrario el rechazo de un *exceso* inútil, la voluntad de concertar la actividad productiva con la satisfacción de las necesidades” (Clastres, 1978: 171).

El ethos huaorani de subsistencia a través de la caza y recolección (caza, recolección de frutos silvestres, tubérculos, cultivos de yuca y plátano), no consiste en una acción puramente económica, más bien expresa un conjunto de valores bioculturales y políticos que permiten la satisfacción de necesidades materiales-espirituales. “Para los huaoranis el senderismo no es simplemente una actividad mundana relacionada a los aspectos pragmáticos de la subsistencia y la adaptación al medioambiente y a la historia sino, por el contrario, una manera fundamental de reproducir su sociedad a través del tiempo” (Rival, 2015: 59). ¿Es ésta una forma de vida y una ecología que permite enfrentar a la violencia de la imposición de una sociedad petrolera en sus territorios y ratificar la identidad huaorani?

Aparecen varios elementos que favorecen la construcción de autonomía desde la comunidad. Los huaoranis han cimentado en su dinámica ecológica y social una autoconcepción mediante la cual, históricamente, huyen de la depredación,⁵ se mueven entre las fronteras territoriales para evadir al Estado y a la dinámica de intervención colonial;⁶ esto, debido a que ellos se imaginan a sí mismos como seres “que huyen y escapan de sus enemigos” (Ibidem: 15-16). Emerge una suerte de acciones dirigidas a defender su independencia: autoabastecimiento, autosuficiencia alimentaria (soberanía alimentaria), regionalismo, rerruralización, democracia participativa, y cooperación interregional (Mies e Shiva, 1998: 210).

A pesar de que reciben lo que el Estado y las empresas transnacionales les ofrecen, los Huaorani son conscientes de que estas entidades representan la “alteridad depredadora” (*cohouri*). En este sentido, buscan defender su capacidad de reproducir sus vidas apegados a sus costumbres. Su concepción territorial y su ecología están fundamentadas en una visión diacrónica del tiempo-espacio. Así, en la vegetación selvática se encuentra el registro de actividades humanas de otros seres huaorani que vivieron antes. La relación con la naturaleza es de inseparabilidad. Su manejo ecológico de la naturaleza es particularmente destacable. Cuando cultivan yuca por ejemplo, lo hacen bajo principios de regeneración de la tierra (pequeña escala, regeneración y descanso de la tierra después de una sola cosecha). Tampoco utilizan las técnicas de quitar cubiertas vegetales, desherbar, ni quemar (Rival, 2015: 75).

Los pueblos Huaorani proporcionan un ejemplo sobre cómo emplear los bienes comunes manteniendo equilibrios ecológicos: tomar de la naturaleza, pero también entender sus temporalidades. Este modo de vida es consciente, en tanto que permite convivir en la selva amazónica permaneciendo móviles dentro de sus territorios. A su vez esta movilidad orienta la organización de la sociedad a través de cargos rotativos, no jerárquicos, ni de desigualdad en términos económicos.

El principio constitucional del *Sumak Kawsay*, visto desde las comunidades huaorani, consiste en la manera de compartir la vida o *Huaponi*. Este término explica su preocupación

⁵ El Estado ecuatoriano ha demostrado su incapacidad de concebir la concepción huaorani respecto de la movilidad-territorialidad, más bien han usado este aspecto a su favor para invisibilizar a pueblos enteros y demarcar fronteras desde su perspectiva utilitarista y economicista.

⁶ Ejemplo de esto es la instauración de ciudades y escuelas del milenio en diferentes zonas de la Amazonía ecuatoriana, las tecnologías son implementadas ignorando las formas de vida y concepciones de las localidades.

por el/las otros/otras. Se trata de una ontología del cuidado que guía sus formas de vivir atendiendo las necesidades de los demás, constituyéndose como grupos familiares amplios que abarcan a la naturaleza. Los huaorani justifican gran parte de su manera de hacer las cosas y de las decisiones que toman con una simple frase: “porque queremos vivir bien” (*manomai huaponi quehuemonipa*). *Huaponi quehuemonipa*, a menudo acortado a *huaponi*, una expresión continuamente usada en las conversaciones (como forma de aquiescencia) o durante visitas (como saludo), se refiere al placer de compartir la vida. La gente que pertenece a la misma casa comunal se preocupa por los otros y atiende las necesidades corporales de los demás (Rival, 2015: 168).

Consideraciones finales: más allá del Estado, del desarrollo y del extractivismo

La relacionalidad e inseparabilidad que los pueblos Huaorani tienen con la Naturaleza, así como sus formas de vida basadas en el cuidado y la subsistencia, permiten reflexionar sobre la posibilidad de transgredir las relaciones de colonialidad según las cuales se producen relaciones de subalternidad respecto de la mujer, pueblos indígenas y la naturaleza.

La larga historia extractiva del Estado ecuatoriano responde por sí misma en relación a los impactos socio-ambientales y las ganancias económicas de los proyectos. El origen de la crisis ambiental no está en la interrelación hombre-naturaleza, sino en la intensidad y escala que exige el modelo de consumo capitalista, la degradación ambiental, la expropiación, el despojo y desplazamiento, y la implementación de tecnologías para llegar hasta lugares que antes eran impensados por las industrias extractivas (ej. Amazonía, Páramos andinos, plataformas marítimas).

A pesar de los desastres ecológicos y sociales, y de los avances en materia de derechos de los pueblos tanto a nivel nacional como internacional, el Estado continúa repitiendo su modelo ecocida y epistemicida orientado por una praxis monocultural. Para los pueblos indígenas esto ha implicado múltiples casos de racismo ambiental e innumerables deudas ecológicas.

¿Existe una verdadera ganancia, progreso, desarrollo en las comunidades amazónicas?

¿Qué tipo de modernidad es implementada a través de los modelos de enclave colonial?

¿Cuáles y dónde están las alternativas de salida de los extractivismos?

Uno de los ejemplos más interesantes en relación a la complejidad socio-ecológica local y global (no emisión de gases tóxicos, respeto de los derechos de pueblos indígenas, pueblos en aislamiento voluntario, derechos de la naturaleza), es proporcionado por la propuesta de moratoria petrolera en el Yasuní. A decir de Gudynas (2015: 16) no se trata de defender una “naturaleza intocada”, sino de un camino de transiciones. De pasar de un modelo extractivo intenso, hacia formas con mejores manejos ambientales (auto-gestionados por comités comunitarios y no por las empresas transnacionales encubiertas en el discurso de “responsabilidad social empresarial” y de capitalismo verde), que no impliquen violación de derechos. Gudynas distingue dos fases en estas transiciones (2015: 18-19):

a) Extractivismo sensato: se clausuran los emprendimientos más contaminadores que implican violación de derechos (ej. Yasuní). La participación del Estado es intensiva en el control de normas sociales, laborales, sanitarias y ambientales.

b) Extracciones indispensables: bajo un criterio regional de satisfacción y demanda de productos (consumo local, no globalizado) se permite su extracción sin apropiación, despojo o acumulación en las relaciones Norte-Sur.

De cualquier forma, las alternativas al desarrollo se están gestando en los ámbitos comunitarios desde los cuales emergen propuestas apegadas a las concepciones epistemológicas, a la ecología de los pueblos y a su inseparabilidad con la naturaleza. La descolonización de la naturaleza requiere que la justicia ambiental vaya de la mano de la justicia cognitiva y social.

Referencias bibliográficas

- Agamben, Giorgio (2005), *Estado de excepción*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo.
- Almeida, Ileana (2008), *El Estado Plurinacional. Valor histórico y libertad política para los indígenas ecuatorianos*. Quito: Abya-Yala.
- Clastres, Pierre (1978), *La sociedad contra el Estado*. Caracas: Monte Ávila editores.
- Cevallos, Sofía (2015), “L’initiative Yasuní ITT: redefinition du paradigme de développement ou exclusion des droits des peuples autochtones en Equateur?”, *En GITPA, Les Indies d’amazonie face au développement prédateur. Nouveaux projets d’exploitation et menaces sur les droit humains*. París: L’Harmattan, 245-275.
- Federici, Silvia (2011), *Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- Gudynas, Eduardo (2009), “Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo”, *En Extractivismo, política y sociedad*. Quito: CAAP/CLAES, 187-225.
- Gudynas, Eduardo (2015), “Las transiciones más allá del desarrollo”, *Revista Interquorum*, 19, 15-19.
- Honty, Gerardo (2016), “El adiós al petróleo barato en la globalización”, página consultada a 08.04.16, disponible en <http://globalizacion.org/2016/02/el-adios-al-petroleo-barato-en-la-globalizacion/>.
- Lugones, María (2014), “Colonialidad y género”, *En Espinosa, Yuderkis; Gómez, Diana; Ochoa, Karina (eds.), Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya-Yala*. Popayán: Universidad del Cauca, 57-74.
- Luxemburg, Rosa (1967), *La acumulación del capital*. México D.F: Grijalbo.
- Mies, María; Shiva, Vandana (1998), *La praxis del ecofeminismo. Biotecnología, Consumo y Reproducción*. Barcelona: Icaria.
- Prada Alcoreza, Raúl (2014), *Descolonización y transición*. Quito: Abya-Yala/Fundación Rosa Luxemburg.
- Rival, Laura (2015), *Transformaciones Huaoranis. Frontera, Cultura y Tensión*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/The Latin American Center/Ediciones Abya-Yala.

Rivera Cusicanqui, Silvia (1991), “Pachakuti: The historical horizons of internal colonialism”, página consultada a 27.11.15, disponible en http://web.net/~bthomson/degrowth/pachakuti_cusicanqui_1991.pdf, 1-10.

Rivera Cusicanqui, Silvia (2010), *Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón.

Santos, Boaventura (2007), “Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”, página consultada a 03.01.2015, disponible en http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF.

Santos, Boaventura (2005), *O Fórum Social Mundial: Manual de uso*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura; Meneses, Maria Paula (2009), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Afrontamento/CES.

Segato, Rita (2015), *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*. Buenos Aires: Prometeo.

Svampa, Maristella; Viale, Enrique (2013), *Maldesarrollo. La argentina del extractivismo y el despojo*. Buenos Aires: Katz.

Zavaleta, René (2015), *La autodeterminación de las masas*. México D.F, Buenos Aires: Siglo XXI/CLACSO.

Zibechi, Raúl (2015), *Descolonizar el pensamiento crítico y las prácticas emancipatorias*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo.

Zibechi, Raúl (2007), *Dispensar el poder*. Quito: Abya-Yala.grafía.

Mineração no Brasil e no Chile: “Responsabilidade Social Corporativa” ou “diálogo” para silenciar?

Rajiv Maher,¹ Pesquisador de pós-doutoramento na Trinity College Dublin e na Universidade Católica do Chile
rajivmaher@hotmail.co.uk

Resumo: O presente artigo tem como base um levantamento de dados obtido junto de seis comunidades impactadas pela mineração, tendo para isso o autor permanecido vários dias em cada uma delas. Três encontram-se no Brasil (Paracatu, Mariana e Conceição de Mato Dentro - todas no Estado de Minas Gerais), e outras três no Chile (Valle del Huasco, Caimanes e Tierra Amarilla). O artigo procura demonstrar que, nestes casos, a tão aplaudida “Responsabilidade Social Corporativa” é utilizada, de forma evidente, como estratégia para silenciar as iniciativas locais de resistência.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa, resistência, contra-mobilização corporativa, licença social.

Introdução

O setor da mineração tem vindo a tentar limpar a sua imagem ao longo dos anos, através de políticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Os grandes empreendimentos do setor sempre revelaram ter uma relação paternalista para com o seu entorno local, independentemente do país onde atuassem. Como parte dessa relação, na primeira metade do século XX, as empresas de mineração comumente construíram escolas, hospitais e moradias em prol do bem dos seus empregados, e também da comunidade. Mas desde os anos 1990 até 2015, com a subida dos preços dos minérios, os investimentos privados e os projetos de mineração aumentaram consideravelmente, em especial na América Latina, o que levou a que mais atividades de mineração se estabelecessem também próximo de zonas povoadas.

Grande parte desses projetos de mineração são a céu aberto, o que aumenta os impactos ambientais resultantes da poeira e das explosões que causam rachas nas casas e ruído. Em muitos casos, os impactos são mais graves ainda, porque o projeto de mineração pode incluir a deslocalização de comunidades, o abate de florestas e o impacto sobre rios. Por isso, ao mesmo tempo que se intensificou a mineração na América Latina, também cresceu o número de conflitos e de resistências a este tipo de projetos.

O setor privado, que tem um papel central crescente na sociedade capitalista e neoliberal, mostra-se preocupado com o contrato social que estabeleceu com a sociedade. Isto quer dizer

¹ Pesquisa e ensina sobre as dinâmicas e processos nas resistências de povos indígenas contra projetos extrativistas e barragens no Chile.

que ambiciona ser visto e considerado como um ator responsável que contribui de forma positiva para a nossa sociedade. No setor da mineração, ou do extrativismo em geral, o contrato social equivale à Licença Social para Operar (LSO).

Muitas iniciativas têm sido impulsionadas pelo setor privado, todas de autoregulação e de caráter voluntário, a fim de alcançar a LSO junto às comunidades vizinhas. Podemos caracterizar todas as iniciativas tomadas pelo setor privado, a fim de obter uma LSO, como de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Esta inclui atividades como o investimento social e económico, por exemplo, em projetos de saúde, educação e nas capacidades técnicas das pessoas, assim como o investimento em projetos ambientais para fazer monitorização da poluição da água e também outros investimentos culturais.

De referir que a forma como a RSC é implementada por parte das empresas de mineração tem evoluído e reveste-se de grande importância para as mesmas. Ao invés de se falar em implantar a RSC de forma unilateral, o setor fala hoje em dia sobre trabalhar em “parceria”, e usa termos como “envolvimento”, “consulta” e “diálogo” com as comunidades vizinhas das explorações, com o fim de mostrar que o seu funcionamento é democrático e transparente.

Existem muitas publicações, guias, ferramentas e até princípios de organizações internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU)² e o Banco Mundial,³ que são acompanhados por consultoras especializadas no tema da RSC e das relações com as comunidades para ajudar as empresas do setor. As mineradoras multinacionais de maior dimensão têm organizações próprias para cuidar da sua RSC: é a chamada *International Council for Mining and Metals* (ICMM), que já publicou mais de cem guias sobre como fazer a mineração de forma responsável junto das comunidades locais. Inclusivamente, existe uma conferência bianual que acontece desde 2011, a “Social Responsibility Mining”, que naquele ano teve lugar na América do Sul e para onde convergiram grandes empresas mineradoras de todo o mundo, bem como consultores, representantes da sociedade civil e algumas autoridades, a fim de debater sobre como melhor implantar a RSC nas comunidades.

Em termos teóricos, esta forma de operacionalizar a RSC deveria, então, gerar uma situação onde todos saíssem a ganhar: desenvolvimento para as comunidades locais, uma LSO para as mineradoras e a geração de renda para as autoridades do Estado. No entanto, o que efetivamente se observa no mundo de hoje são elevados níveis de conflito, violência e resistências frente aos projetos de mineração. Neste sentido, é possível questionar se a RSC está, de facto, a funcionar devidamente, produzindo aqueles alegados resultados.

Segundo dados recolhidos pelo *Environmental Justice Atlas* (EJAtlas),⁴ registam-se atualmente 1.730 conflitos. Desse total, 710 pertencem ao setor extrativista e são classificados como conflitos de nível mediano ou alto, o que inclui mobilizações violentas nas ruas e detenções por parte da polícia. De acordo com a Observatório Latino-Americano de Conflitos de Mineração (OCMAL), o Chile tem 35 conflitos de mineração, em comparação com 20 no Brasil (OCMAL, 2016).

De seguida, tentamos descrever como a implementação da RSC de mineradoras no Brasil e no Chile intenta adquirir a LSO em comunidades onde segmentos significativos da sua população resistem à mineração em grande escala, seja com ou sem Responsabilidade Social Corporativa.

² O Pacto Global e os Princípios Norteadores para Empresas e Direitos Humanos.

³ *Social and Environmental Performance Standards*.

⁴ O EJAtlas é um produto do projeto de investigação FP7, *Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade* (EJOLT) e encontra-se disponível em <https://ejatlas.org/>.

A RSC como a identificação das necessidades

Quando as comunidades começam a resistir e a dizer não às mineradoras, a resposta das empresas pesquisadas no Brasil e no Chile surge no sentido de oferecer mais RSC. Para as mineradoras, o que realmente estão dizendo é “queremos mais benefícios”. Isso também foi comprovado por Li (2016), no seu trabalho de campo no Peru, onde as mineradoras sempre entendiam o “não” das comunidades como um chamamento no sentido de se obter mais benefícios, mas também um maior diálogo relativo às ofertas de mais RSC.

De acordo com entrevistados nas comunidades de Paracatu e Mariana, em Minas Gerais, no Brasil, e de Valle del Huasco, Caimanes e Tierra Amarilla, no Chile, quando as mineradoras chegaram a estas comunidades, enviaram sociólogos e psicólogos para “bater porta a porta a perguntar sobre quais eram as necessidades das pessoas”. A resposta de “não querer a presença da mina” não era uma resposta válida. Esta prática de diagnóstico alinha-se bem com as boas práticas sobre a RSC no setor da mineração com as comunidades. Os consultores da RSC chamam-lhe “a identificação de necessidades.”

É possível interpretar estas ações de consulta feita pelas grandes mineradoras como uma maneira de averiguar o preço para uma LSO. Isto significa o preço que custará evitar o conflito e a resistência na comunidade, ou seja, o objetivo é, de facto, chegar a entender qual o preço que a comunidade cobra para não lutar mais pelo seu território, pela água, cultura e também pelas suas fontes de vida.

Uma pesquisa de Franks e Davis (2014) contabilizou os custos monetários de conflitos no setor de mineração. Os pesquisadores calcularam que um megaprojeto de mineração perderia aproximadamente US\$20 milhões por semana devido à redução da produção caso houvesse algum conflito com a comunidade local, por exemplo, com cortes nos caminhos ou estradas de acesso ou com manifestações na rua. A mensagem principal que vem do setor de RSC na mineração é, portanto, a de que a resistência da comunidade custa caro e, por isso, é importante comprar o silêncio das pessoas.

A RSC como uma contra-mobilização na mineração

Como explicou um pescador no Chile, o papel da RSC também serve para silenciar as vozes críticas das comunidades:

No ano passado eu aceitei participar em um projeto de RSC da mineradora. Eles deram um financiamento modesto para um projeto social da gente. Na semana seguinte eu fui a participar em uma manifestação contra a empresa. Um dia depois o gerente de RSC me ligou gritando que eu já não poderia manifestar contra a empresa dado que estava recebendo a RSC dela. Por isso, a RSC para mim só serve como tapabocas para as empresas.

Na cidade de Paracatu, Minas Gerais, Brasil, a mineradora de ouro canadiana que opera no local organizou um protesto contra quem estava a manifestar opinião contrária à abertura da mina, em 2008. Dias após os moradores protestarem na rua contra os impactos ambientais da mineradora, a empresa mobilizou os seus empregados e apoiantes para fazer uma manifestação, na mesma rua, em defesa do projeto minerador. Os manifestantes vestiam uniformes da empresa e usavam veículos e máquinas da mineradora.

A RSC como uma manipulação da identidade das pessoas

No Valle del Huasco, no Chile, a mineradora de ouro, maior do mundo no setor, trabalhou com o município de Alto del Carmen em diferentes projetos de saúde e educação. Segundo os entrevistados, chegou mesmo a colaborar no sentido de dividir a comunidade em 22 associações comunitárias a partir de duas associações existentes no local. Essa pulverização

do movimento comunitário ajudou a criar mais conflitos no Valle, o que permitiu à empresa controlar melhor a situação de resistência.

Em 2008, a mineradora ofereceu-se para pagar os custos legais para quem tivesse possibilidades de se certificar como indígena, especificamente Diaguita, o nome do povo no Valle del Huasco. Assumir-se como indígena frente ao estado chileno, em 2008, significava ter acesso aos benefícios sociais, por isso os moradores iriam sentir maior fidelidade para com a mineradora. Lideranças “Diaguitas” reclamavam sobre novos líderes que apareciam de repente e que ninguém sabia quem eram. Além disso, as lideranças formadas pela mineradora viajavam até ao Canadá para falar bem sobre a mineradora de ouro. Talvez a história mais impressionante sobre a manipulação de identidade feita através da RSC ocorreu em 2009, quando a mesma mineradora canadiana publicou um livro chamado “Diaguita”. A empresa havia contratado um antropólogo chileno que escreveu a respeito da verdadeira identidade deste povo, caracterizando-o como de origem mineira e não um povo agricultor, a sua real origem. Por isso, pensavam que não deveria ser tão difícil um projeto gigante de mineração de ouro ser aceite.

A RSC como um acordo para canalizar os conflitos locais

Uma das práticas consideradas “melhores” na perspetiva das empresas e dos consultores é a de criar um acordo para benefícios e desenvolvimento local. Esta prática é oriunda do Canadá e da Austrália. Tais acordos, supostamente, ajudam também a minimizar ou a eliminar o conflito, criando assim uma situação de “ganha-ganha” (win-win), tanto para a empresa com uma LSO, como com benefícios para a comunidade (O’Faircheallaigh, 2013).

Contudo, os exemplos apresentados anteriormente revelam que estes acordos possibilitam apenas calar as resistências contra a mineração. Para quem se encontra a lutar para dizer “não” à mineração, os acordos representam um mal menor, uma vez que tal atividade continua sendo um mal. Permitem, além disso, às mineradoras controlar e ditar os termos de referência do que é permissível no conflito. Quer dizer, se as comunidades continuam a resistir fora da arena de diálogo estipulado pelos acordos, as mineradoras podem considerar tais oposições como ilegítimas. O único lugar onde se pode resistir ou fazer queixas, agora com alguma legitimidade, acaba por ser nos canais e fóruns estabelecidos pelas próprias mineradoras. Além disso, os acordos levam sempre a fraturas e a divisões internas no tecido social das comunidades.

A grande reclamação das comunidades na resistência frente aos projetos de mineração é sobre como as estratégias da RSC agravam as fissuras no tecido social das próprias comunidades, promovendo a capacidade das empresas em controlar e manipular as populações locais.

A autonomia e a autogestão como a solução

Uma pergunta pertinente a colocar é se uma verdadeira solução, na perspetiva das comunidades, vai no sentido de que haja uma melhor gestão da RSC ou, pelo contrário, algo de diferente e radical?

A solução por parte dos grupos que dizem “não” a projetos de mineração tem a ver com alternativas ao modelo atual de desenvolvimento. Isto inclui em grande parte, ao invés do modelo atual onde a governança democrática se faz de cima para baixo, a autonomia local para uma autogestão e uma governança de baixo para cima, conforme a abordagem de autores como Boaventura de Sousa Santos (2007), sobre as epistemologias dos subalternos, as teorias descoloniais, como as de Mignolo (2012) e o conceito de “bem-viver” ou *bienvivir* discutido por Alberto Acosta (2013).

A solução para os conflitos entre comunidades e megaprojetos de mineração não vão emergir a partir da RSC, mas antes a partir de propostas oriundas das mesmas comunidades onde os governos e mineradoras querem fazer mineração. Para isto acontecer, as comunidades precisam de poderes para tomar decisões no sentido de determinarem o seu próprio futuro.

Referências Bibliográficas

Acosta, Alberto (2013), *El Buen Vivir: Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos*. Barcelona: Icaria.

Davis, Rachel, Franks, Daniel (2014), *Costs of Company-Community Conflict in the Extractive Sector. Corporate Social Responsibility Initiative Report*. Cambridge: Harvard Kennedy School, Cambridge, USA.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), “Beyond abyssal thinking: From global lines to ecologies of knowledges”, *Review xxx*, 1, 45-89.

EJAtlas (2016), “Environmental Justice Atlas”. Página consultada a 20.03.2016, disponível em www.ejatl.org.

Li, Fabiana (2016), “In Defense of Water: Modern Mining, Grassroots Movements, and Corporate Strategies in Peru”, *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 21, 109-129.

Mignolo, Walter (2012), *Local histories/global designs: Coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. New Jersey: Princeton University Press.

Observatório Latino-Americano de Conflitos de Mineração (2016), “Mapa de Conflictos Mineros en América Latina”. Página consultada a 20.03.2016, disponível em <http://www.ocmal.org>.

O’Faircheallaigh, Ciaran (2013), “Community development agreements in the mining industry: an emerging global phenomenon”, *Community Development*, 44 (2), 222-238.

Onde tem minério, tem água: o desastre tecnológico da Samarco (Brasil) e os conflitos da mineração além dos limites da comunidade

Adriana Bravin,¹ Universidade Federal de Ouro Preto
adriana.bravin@gmail.com

Resumo: O rompimento da barragem de rejeitos da extração de minério de ferro das empresas Samarco/Vale/BHP Billinton, em Mariana, Minas Gerais, Brasil, evidenciou a ausência de limites a esta atividade e o quanto a mineração “a qualquer custo” tornou-se um problema público de dimensões ambientais, sociais e humanas incalculáveis, mas também com grande poder de mobilização. Aborda-se a emergência desse problema e sua relação com a ameaça às fontes de água, considerando-se que tal relação é encoberta pelo véu do silenciamento a respeito da perda definitiva de aquíferos e dos impactos permanentes da atividade mineradora às fontes de abastecimento. Destacam-se as lutas conectadas à defesa da água frente ao avanço da mineração na região do Quadrilátero Ferrífero, onde localizam-se as atividades das empresas responsáveis pelo maior desastre socioambiental do país. Tais lutas demonstram como movimentos sociais procuraram prevenir a ameaça aos recursos hídricos, considerando-a uma questão relevante ao nível coletivo, a exemplo da ação empreendida pelo Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela.

Palavras-chave: mineração, água, movimentos sociais, prevenção, resistência.

Introdução

Água e minério de ferro estão intrinsecamente relacionados no interior das formações geológicas da zona conhecida como Quadrilátero Ferrífero, próxima à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), em Minas Gerais, no Sudeste brasileiro. Daqui se extrai e exporta a maior parte do minério de ferro produzido no país. As montanhas dessa área são cobertas por rochas ferruginosas, as cangas, sob as quais existem áreas ricas em ferro, logo abaixo do solo. Como verdadeiras esponjas, as cangas filtram a água das chuvas por dutos finíssimos e a armazenam no interior da montanha, nas camadas onde se encontra o Itabirito (minério de ferro). Lentamente, essa água é

¹ Professora no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutoranda em Comunicação na Universidade Federal de Minas Gerais. Durante o ano de 2015 realizou estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade do Minho, Portugal, com apoio da Capes.

liberada por meio de fendas, dutos, canais, fissuras e abastece nascentes, lençóis freáticos, córregos, rios.

É dessa forma que as montanhas dessa zona alimentam os sistemas aquíferos que abastecem cerca de 5 milhões de pessoas naquela que é a terceira região metropolitana do país mais populosa. Por sua vez, as ilhas de cangas no alto das montanhas alimentam aquíferos que armazenam, segundo estimativas dos geólogos, cerca de 4 bilhões de metros cúbicos de água. Por este motivo, pesquisadores e ativistas afirmam que, em Minas Gerais, onde tem minério, tem água. E que o Quadrilátero, na verdade, é Aquífero-Ferrífero. Guardemos essa imagem das montanhas como caixas d'água.

Água e minério estão profundamente relacionados também na indústria de extração de minério de ferro a céu aberto e em larga escala. Esse setor tanto depende de jazidas de grandes dimensões a explorar, de prazos cada vez mais curtos de extração para que a atividade seja rentável, quanto de água disponível para os processos de beneficiamento primário, disposição do rejeito e transporte nos minerodutos. Como afirma Santos (2013: 83), “no que diz respeito aos impactos do uso competitivo da água como bem natural, a indústria extrativa mineral incide diretamente sobre as fontes existentes de água nos territórios”.

Em uma das vertentes do Quadrilátero, formado por montanhas cercadas por corredores ecológicos² e de cidades históricas, como Ouro Preto e Mariana, ficam as minas de extração de minério das empresas Vale S.A. e Samarco Mineração S.A. – esta, formada a partir de uma *joint venture* entre Vale (50%) e BHP Billiton Brasil Ltda (50%), duas das maiores mineradoras do mundo. Cavas, indústria de beneficiamento, pilhas de estéreis, um mineroduto – a transportar minério misturado com milhões de litros de água até ao Porto de Ubu, no Espírito Santo –, e três grandes estruturas de represamento do rejeito de minério de ferro, as barragens de Germano, Fundão e Santarém, integram o complexo minerador da Samarco, em Mariana.

A 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem de Fundão, localizada a apenas 2,5 km da comunidade de Bento Rodrigues, e a 15 km da cidade de Mariana, ocasionou o maior desastre socioambiental da história do Brasil, e o maior a nível mundial, em relação aos acidentes com barragens de rejeitos na indústria extractivista de minério de ferro. Os 55 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos que vazaram a partir daquele dia mataram 19 pessoas, destruíram comunidades, produziram destruição socioambiental e a morte de três rios – Gualaxo do Norte, trecho do rio Carmo e vale do Rio Doce –, indo muito além da área de influência prevista nos instrumentos legais Eia-Rima (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental), necessários ao processo de licenciamento da barragem. A lama de rejeitos chegou até o mar, no Espírito Santo, a mais de 600 km do epicentro do desastre, e ainda avançou por 80 km, sendo levada pelas correntes marítimas até o litoral do Estado da Bahia, no Nordeste brasileiro. Das cerca de 3,5 milhões de pessoas que vivem ao longo das bacias dos rios atingidos, cerca de 420 mil dependem direta e indiretamente do Doce, tendo sofrido impactos no abastecimento urbano de água, na irrigação, pecuária, atividades pesqueira e industrial, balneabilidade e turismo.³

² Como as reservas do Caraça, município de Santa Bárbara-MG; e Tripuí, Uaimii e Parque Estadual do Itacolomi, em Ouro Preto-MG.

³ De acordo com relatório da Agência Nacional de Águas – ANA, disponível em http://portal1.snirh.gov.br/arquivos/Doce/ANA/relatorios/20160128_Relatorio_Tecnico_Analise_Preliminar_sobre_Qualidade_da_Agua_e_Reflexos_sobre_os_Usos.pdf

Agora, voltemos à imagem das montanhas como caixas d'água. Ela nos auxilia na compreensão de relações nem sempre explicitadas quando trata-se da mineração de ferro praticada no Brasil e, especialmente, em Minas Gerais. Pois muito do que se passa longe dos olhos, a mineração que abre crateras entre as montanhas, é encoberto pelo véu do silenciamento a respeito da perda definitiva de aquíferos e dos impactos permanentes às fontes de água – tragicamente comprovado com o desastre tecnológico⁴ com a barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton. É a respeito da construção da relação água *versus* mineração como um problema público que iremos argumentar, tendo a experiência do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão vindo a confirmar todos os alertas dos movimentos sociais a esse respeito.

Nessa direção, destacamos as lutas conectadas à defesa da água frente ao avanço da mineração na região do Quadrilátero Ferrífero. Elas demonstram como movimentos sociais procuraram prevenir sobre a ameaça aos recursos hídricos, considerando-a um problema relevante ao nível coletivo. Nesse sentido, relacionamos: a campanha “Água Vale mais que Minério”, lançada em 2015 pelo Movimento em Defesa das Serras e Águas de Minas – MovSAM; as ações preventiva e de vigilância exercidas pelo Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela – MPSG, em defesa da serra que é fonte de recarga hídrica para o abastecimento da capital Belo Horizonte e bacias hidrográficas no Sudeste brasileiro; e a campanha contra o mineroduto da Ferrous, em Congonhas, que obteve êxito em 2016. Lutas que se tornaram ainda mais urgentes após o rompimento de Fundão.

Caminho das águas, caminho da lama...

Tudo é absolutamente gigantesco quando se refere ao desastre causado pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro das mineradoras Samarco/Vale/BHP Billiton e suas consequências. O maior do mundo no setor da mineração em volume de resíduos (60 milhões de metros cúbicos, segundo a Bowker Associates Science).⁵ O maior em todas as dimensões já ocorrido no Brasil: pessoas mortas (19), extensão territorial (663 km de rios), vegetação (1.496 hectares), fauna aquática (estima-se em 11 toneladas de peixes), comunidades completamente destruídas (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana), população atingida (700 pessoas perderam suas casas), cidades impactadas (33 em Minas Gerais e três no Espírito Santo), população ao longo da calha do rio Doce (3,5 milhões de pessoas).

Os dados preenchem relatórios e laudos técnicos produzidos por diversos atores (órgãos ambientais, governos municipais, universidades, polícias federal e civil, ministério público, pesquisadores independentes) na tentativa de compreender, delimitar e apontar caminhos para enfrentar a tragédia social, ambiental, humana e econômica causada pelo rompimento. A lama de rejeitos que devastou o Rio Doce provocou uma crise no abastecimento dos municípios que captavam água neste manancial, levando ao

⁴ “Um desastre atribuído em parte ou no todo a uma intenção humana, erro, negligência, ou envolvendo uma falha de um sistema humano, resultando em danos (ou ferimentos) significativos ou mortes. Exemplos: o 11 de setembro, o massacre da escola Columbine, o vazamento do Exxon Valdez, o desastre da Challenger da Nasa, o desastre de Chernobyl” (Zhou et al, 2016: 37).

⁵ De acordo com Bowker Associates Science & Research in the Public Interest, uma consultoria norte-americana de gestão de riscos, o desastre da barragem de Fundão, da Samarco, no Brasil, com 60 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério, supera três ocorridos nas Filipinas em 1982 (28 m³), 1992 (32,2 m³) e 2012 (13 m³); e no Canadá, em 2014, com 23,6 m³. Folha de S. Paulo, 12.12.2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1718130-tragedia-da-samarco-teve-triplo-recorde-mundial-diz-consultoria.shtml>

caos cidades de até 220 mil habitantes, como Governador Valares (MG). O povo indígena Krenak que vive às margens do Rio Doce, em Resplendor (MG), viu-se sem acesso à água do Watu (Rio Doce), sua única fonte de abastecimento, e privado de realizar seus rituais sagrados no rio.

Passados sete dias do rompimento, a empresa ainda não havia executado o plano de fornecimento de água potável para os municípios afetados. Iniciaram-se duas “guerras”: a judicial – liminares para obrigar a empresa a fornecer água; liminares para desobrigá-la – e a dos “laudos” – enquanto órgãos públicos⁶ diziam que a água do rio, uma vez tratada, estaria apta para consumo, os pesquisadores ligados às universidades apontavam o contrário.⁷ Problemas de saúde e de pele causados pelo contato com o manancial contaminado pelos rejeitos começaram a aparecer. A pesca foi proibida na foz do Rio Doce.

Em 29 de agosto de 2016, depois de dois relatórios das polícias Civil e Federal terem indicado falhas técnicas nas obras da barragem e terem atribuído a responsabilidade do desastre à empresa e seus diretores, as controladoras da Samarco, as empresas Vale e BHP Billiton, divulgaram o resultado de um relatório independente, elaborado por uma empresa por elas contratada, que apontava que o rompimento foi provocado por falhas de drenagem e pela obra de recuo na face da represa. Em 19 de outubro de 2016, o Ministério Público Federal em Minas Gerais denunciou 22 pessoas e as empresas Samarco, Vale, BHP Billiton pelo desastre, crime ambiental e pelas mortes causadas.

O horror, o horror, o horror...

Duas comunidades foram tragadas pela lama. A apenas 2,5 km das barragens, no subdistrito de Bento Rodrigues, onde viviam cerca de 600 famílias e duas mil pessoas, os que estavam na localidade naquela tarde de 5 de novembro, fugiram às pressas da onda marrom que varreu tudo pelo caminho. Não houve nenhum sistema de alarme que os avisasse. Em poucas horas, a lama atingia comunidades na zona rural de Mariana – Paracatu de Cima, Ponte do Gama, Pedras, Camargos, Bicas, Campinas – além da cidade vizinha, Barra Longa, e a comunidade de Gesteira. Casas, roupas, brinquedos, móveis, veículos, documentos, memórias, ruas, praças, fazendas, plantações, animais, pontes, cachoeiras, matas, peixes... a avalanche de lama tudo levou.

De 5 a 22 de novembro, foram 16 dias de horror e desespero para a população que vive ao longo do trecho entre Mariana, Minas Gerais, até a foz em Regência, no Espírito Santo. No encontro do Rio Doce com o mar foram feitas vãs tentativas de impedir que a lama que flutuava na superfície das águas barrentas chegasse ao destino final. Nas últimas horas, silêncio. Pescadores de Regência aguardavam, na praia, a chegada daquela que sepultaria tarrafas, redes, anzóis. A lama sangrou a foz e fez-se pluma, espuma no mar... e continuou seguindo seu destino ao sabor das correntes marítimas.

Passado mais de um ano do rompimento, a relação espaço-temporal implicada nesta tragédia socioambiental aterroriza e preocupa, pois o desastre não “ocorreu” a um

⁶ Monitoramento das águas da bacia do Rio Doce pelo Serviço Geológico Brasileiro, disponível em <http://www.cprm.gov.br/publique/Hidrologia/Eventos-Criticos/Monitoramento-Especial-do-Rio-Doce-4057.html>.

⁷ A esse respeito confira os relatórios da Rede Ufes - “Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras Coletadas na Plataforma Adjacente a Foz do Rio Doce: Embarque NOc Vital de Oliveira. Disponível em <http://redeufes-riodoce.ufes.br/relat%C3%B3rios-e-publica%C3%A7%C3%B5es>. E do grupo de pesquisadores independentes Giaia, disponível em http://giaia.eco.br/wp-content/uploads/2015/12/Resultados-11_12-Agua-GIAIA.pdf.

determinado local e em um determinado tempo, mas permanece em curso, expondo o espaço e as populações atingidas a processos duradouros de crise social (Zhouri *et al.*, 2016). Um crime que ainda permanece sem punição para os culpados; os atingidos continuam sem indenização e sem moradia, apesar das promessas. A natureza multidimensional do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco/Vale/BHP Billiton jogou, ao mesmo tempo, luzes e sombras sobre relações complexas e assimétricas que definem futuros a partir de escolhas no presente. Ele envolveu jogos político-empresariais, com a implicação de órgãos fiscalizadores e poderes públicos, como comprovaram relatórios produzidos pela Polícia Federal e Ministério Público, práticas de responsabilidade social empresarial, Estado, flexibilização de leis, modelos de desenvolvimento econômico, mercado global de *commodities*, acionistas, trabalhadores, população, terra, meio ambiente e acesso à água.

Do boom da mineração aos conflitos ambientais

Ao refletirmos sobre o evento crítico desencadeado pelo desastre (Milanez e Losekann, 2016; Zhouri *et al.*, 2016), compartilhamos, a partir de Santos (2013) e Milanez *et al.* (2016), que o conflito deve ser analisado a partir de uma lógica mais ampla e que esta relaciona-se à interpretação sobre o rompimento da barragem como consequência de um modelo minero-exportador que representou uma reprimarização da economia brasileira, a partir dos anos 2000, com a consolidação de um projeto neoextrativista acoplado às dinâmicas do capital global. Nesse sentido, o desastre com a barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton simboliza o fim do megaciclo de *commodities* e da maneira como o Brasil inseriu-se no chamado *boom* da mineração, quando ao longo de dez anos – de 2003 a 2013 – as importações mundiais de minérios cresceram 630% e a tonelada do produto alcançou o pico de US\$196 (em abril de 2008). O Brasil figurou, no período, como o segundo maior exportador de minério no mundo, respondendo por 14,3% do mercado mundial, enquanto o setor minerador ampliou igualmente seu peso na balança comercial, passando sua participação de 5% nas exportações do país para 14,5% no mesmo período. O minério de ferro correspondeu a 92,5% deste total (Milanez *et al.*, 2016).

Além disso, pesquisadores correlacionam o ciclo de rompimento de barragens ao pico do preço dos minérios, o que resultou na corrida para aumentar a capacidade produtiva com a consequente redução nos investimentos em segurança (Milanez *et al.*, 2016). No Inventário de Barragens do Estado de Minas, publicado anualmente pela Fundação Estadual do Meio Ambiente, a barragem da Samarco foi classificada, em 2014, como “estável”. O levantamento de 2015 concluiu que, das 730 barragens existentes em Minas Gerais, 35 não apresentam garantia de estabilidade.⁸ Outros desastres com barragens da indústria da mineração em Minas ocorreram no período entre 1986 e 2014 (tabela 1).

⁸ Inventário de barragem do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente, 2015. Disponível em: http://www.feam.br/images/stories/2016/RESIDUOS_MINERA%C3%87%C3%83O/Invent%C3%A1rio_de_Barragens_2015_Final_V01.pdf

Tabela 1. Acidentes com barragens de rejeitos em Minas Gerais

Ano	Empresa	Local	Consequências
1986	Grupo Itaminas	Itabirito	Matou 7 pessoas
2001	Mineração Rio Verde	Nova Lima	Matou 5 pessoas
2005	Mineradora Rio Pomba	Miraí	Atingiu córregos, matou peixes, interrompeu abastecimento de água
2008	CSN	Congonhas	Desalojou 40 famílias e atingiu Rio Maranhão
2008	Dado não fornecido pelo Ibama	Itabira	Vazamento rejeito químico mineração de ouro
2014	Herculano Mineradora	Itabirito	Matou 3 pessoas e deixou uma ferida

Fonte: elaboração própria da autora.⁹

O desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton e suas consequências trágicas evidenciaram o que rompimentos anteriores já indiciavam e que comunidades, coletivos, ativistas e pesquisadores vinham já alertando a respeito da mineração feita a qualquer custo:¹⁰ a insegurança, os riscos, os impactos sobre a qualidade de vida nos territórios e, principalmente, sobre as fontes de abastecimento de água. Portanto, um amplo *espaço de experiência*, nos termos de Koselleck (2014), constituído a partir das experiências vividas por atingidos e atingidas pela mineração.

O *boom* da mineração que intensificou a exploração, com a criação de superestruturas de extração e de barramento de rejeitos, também ampliou conflitos ambientais já existentes, assim como o aumento do consumo de água. Um exemplo está na própria Samarco e na sua relação com o abastecimento da cidade de Mariana, onde a empresa está instalada.

Ainda, nos últimos anos, a Samarco aumentou significativamente seu consumo de água - o que já era apontado na análise de suas operações de beneficiamento primário e de disposição de rejeitos -, diminuindo os níveis de eficiência em sua utilização nos processos de extração, produção e transporte. Simultaneamente, o município de Mariana viveu uma situação crítica de escassez hídrica, que culminou no estabelecimento e intensificação de uma política de rodízio de abastecimento (PREFEITURA DE MARIANA, 2015). As condições de desigualdade no acesso a água e seu uso industrial privilegiado vêm gerando alguns questionamentos na comunidade, direcionados ao excesso de água consumido pela empresa em Mariana e nos municípios vizinhos. (Milanez *et al.*, 2016: 29)

Santos (2012) define conflitos ambientais a partir da competição desigual por bens naturais, opondo práticas socioeconômicas e culturais tradicionais *versus* a indústria extrativa mineral. Compreende-se nessa interpretação as diferentes formas de valoração material e simbólica da natureza que levam a disputas de significado e a processos desiguais de apropriação e uso dos territórios (Ascerald, 2004). Ao tratarmos das lutas em defesa de um bem comum – a água –, ameaçado pela mineração e que não pode ser mensurado e nem calculado, concordamos com Antonelli (2009) que as projeções imaginárias de um futuro promissor que o modelo extractivista traria, à custa dos irreversíveis danos ambientais que deixa como herança, claramente não se realizaram. Os conflitos aí instalados indicam justamente uma fratura entre a promessa da mineração e o *presente vivido* daquelas e daqueles atingidos pelos impactos causados

⁹ A elaboração da tabela foi baseada em informações publicadas na reportagem "Barragens de rejeitos já causaram diversas tragédias em Minas Gerais", publicada a 05.11.2015 no Jornal Estado de Minas. Consultado a 30.11.2015, disponível em http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/05/interna_gerais,705019/barragens-de-rejeito-ja-causaram-diversas-tragedias-em-minas-gerais-r.shtml

¹⁰ Pesquisadores apontam a relação entre a intensificação de investimentos extrativos primários voltados à exportação em Minas Gerais e a multiplicação dos conflitos sociais e ambientais (Zhourri e Laschefski, 2010; Santos, 2013). A tendência é que este cenário se amplie e intensifique, com a aprovação no final de 2015, na Assembleia Legislativa de Minas, de um projeto de lei de autoria do Governo estadual que flexibiliza o licenciamento ambiental.

por esta atividade e deixam projeções sobre perdas irreparáveis, seja de vidas, territórios, paisagens, biodiversidade ou água.

Mas minério não se bebe...

O maior mineroduto do mundo (525 km) a transportar o minério de ferro extraído pela Anglo American¹¹ em Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, até o Porto de Açu, em São João da Barra, litoral Norte do Estado do Rio de Janeiro, literalmente bebe a água mais pura da Serra do Cipó, a região onde está instalado o complexo minerador. Enquanto isso, populações tanto da localidade de Conceição quanto ao longo desse trajeto já não têm acesso às fontes de abastecimento, agora poluídas ou destruídas pela mineradora. A comunidade de Água Quente, localizada a apenas 3 km da estrutura da mineradora, enfrenta o desprezo e a invisibilidade a que foi relegada ainda durante o processo de licenciamento ambiental.

Os problemas centrais enfrentados pelas famílias decorrem dos impactos sobre os recursos hídricos. Além de lidarem com a progressiva seca das nascentes – em uma região conhecida pela abundância e qualidade de suas águas - os principais córregos utilizados por essas populações foram diretamente afetados pelas obras do empreendimento. O córrego Passa Sete, cujas margens estão próximas da maioria das casas de Água Quente, nasce exatamente onde o barramento para o reservatório foi construído. O córrego que era antes formado por cascalho e águas cristalinas (...) é agora turvo e barreado. As consequências desse processo são vividas de forma profunda e cotidiana. (Torres, 2014: 105)

Para reconhecer a fratura entre a promessa do discurso minerador e a realidade vivenciada pelas populações afetadas por esta atividade industrial é preciso compreender a produção de novos significados para a questão envolvendo água e mineração, a partir de determinados enquadramentos. Fraturar é, pois, indicar quais são os limites de uma determinada narrativa, neste caso, os limites da narrativa da mineração a todo custo. Essas linhas-limite surgem por indicação daqueles que estão no outro lado da narrativa, por exemplo, a campanha “Água vale mais que minério”,¹² lançada em 2015 pelo Movimento pelas Serras e Águas de Minas, o MovSAM, para defender a água como direito humano essencial à vida, em contraponto à destruição dos aquíferos pelas mineradoras.

Fundado a 1 de julho de 2008, o movimento¹³ agrega cidadãos, coletivos, entidades ambientais e movimentos sociais de diversas localidades de Minas; integra articulações focadas nos impactos da mineração e na violação de direitos, como a Articulação Popular pelo São Francisco Vivo e a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale; produz materiais de divulgação e mobilização e apoia grupos que se organizam diante de novos projetos de mineração. Em seu manifesto, em sua página na Internet, o grupo assim justifica o foco de sua luta:

¹¹ A mina e o mineroduto da Anglo consomem 2.500 metros cúbicos de água por hora, que seriam suficientes para abastecer uma cidade de 220 mil habitantes. Folha de S. Paulo, 01/12/2014. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/12/1555725-maior-mineroduto-do-mundo-comeca-a-funcionar-em-meio-a-queixas.shtml>.

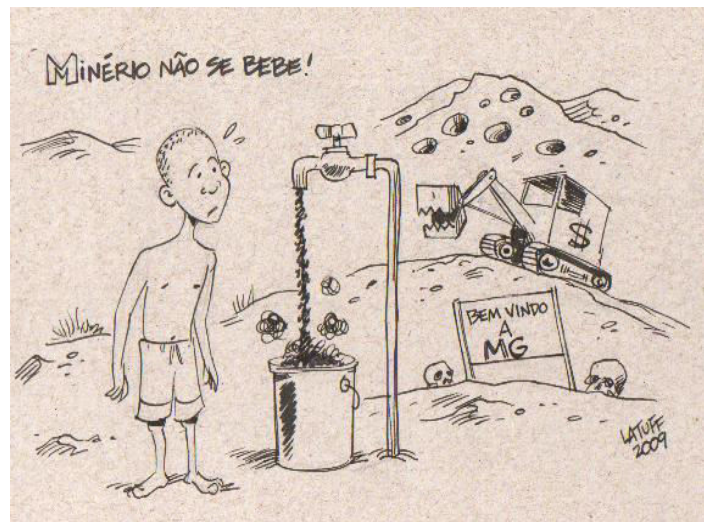
¹² A campanha conta com parceria da ONG Arca Amaserra e apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH). Cf. <https://aguavalemaisqueminerio.wordpress.com/>. Canal no youtube disponível em <https://www.youtube.com/channel/UCUyfoAqAWNc-TGsmANTnimw>. Vídeo de lançamento da campanha no Facebook

<https://www.facebook.com/aguavalemais/videos/vb.1081134688616862/1120330428030621/?type=2&theater>.

¹³ Informações sobre o perfil do MovSAM acessadas na página do movimento, em <http://movsam.ning.com/page/quem-somos-movimento>.

O ataque ao bem comum, representado pelas serras e águas, significa uma transferência patrimonial para os lucros de grupos privados ou público-privados, e a acionistas de um mercado global, sem nenhum compromisso com as questões locais. As matérias-primas e condições estruturais responsáveis pelo fornecimento das águas de excelente qualidade são transformadas em *commodities*. A extração de minérios licenciada a torto e a direito implicará na metamorfose de nossas montanhas em buracos, dos campos abertos em condomínios fechados, dos córregos, ribeirões e cachoeiras em leitos secos, dos sonhos e utopias em pesadelos – legado da atual geração para as próximas. (Manifesto MovSAM, 2017)¹⁴

Um de seus slogans, “Minério não se bebe” (Imagens 1 e 2), invoca não uma expectativa futura, mas um presente vivido em inúmeras cidades mineradoras que enfrentam crises no abastecimento. Desta forma, o MovSAM evidencia a responsabilidade do setor mineral que, “especialmente no quadrilátero ferrífero-aquífero, é quem destrói irreversivelmente o equilíbrio ambiental responsável por fornecer água para o abastecimento humano e para a biodiversidade”¹⁵



Imagens 1 e 2. Campanha “Minério não se bebe!”.

Fonte: MovSAM.

O Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG)¹⁶ é um dos coletivos a integrar o MovSAM e, como este, não possui estatuto jurídico. Ambos configuram-se como *redes de movimentos sociais* (Scherer-Warren, 2013) a operar por meio das conexões entre atores coletivos diversificados do campo da sociedade civil, compartilhar identidades ou identificações, definir uma zona de conflito, seus adversários, um projeto ou utopia, visando algum tipo de transformação social. Tais redes podem articular-se em torno de conteúdos específicos, a exemplo do ambientalista, compondo, deste modo, “redes das redes do agir e pensar coletivo” (*idem*).¹⁷ O MovSAM, inclusive, participa ativamente do Movimento Gandarela.

¹⁴ Acessível em: <http://movsam.ning.com/page/manifesto-consideracoes>

¹⁵ Trecho do manifesto da campanha publicado em 09 de junho de 2015 em sua página do Facebook. Acesso em <https://www.facebook.com/minerionaosebebe/photos/a.820220701344103.1073741828.820198674679639/995034893862682/?type=3&theater>

¹⁶ Sítio do grupo na Internet: <http://www.aguasdogandarela.org/>

¹⁷ Trata-se de um “conceito de referência” que transcende a concretude de uma dada empiria localizada em atores/sujeitos coletivos específicos, mas que auxilia na apreensão dos rumos das ações de *movimento* no seguinte

O propósito do MPSG é salvaguardar a Serra do Gandarela das atividades minerárias da empresa Vale que ali quer implantar o projeto Apolo,¹⁸ de extração, beneficiamento e transporte de minério de ferro. Desde 2009, quando foi fundado, o movimento age na prevenção e antecipação aos danos à Gandarela e na vigilância do espaço frente às tentativas da Vale de obter o licenciamento ambiental. Com sua ação, inclusive no campo jurídico, o movimento tenta impor limites à atividade mineradora e alerta para o risco de escassez no abastecimento de água em uma região superpovoada, em função da exploração minerária na região do Quadrilátero que já consumiu outras fontes de água.

Localizada a pouco mais de 40 km da capital mineira, a Gandarela é ao mesmo tempo uma grande reserva mineral e um reservatório de águas puríssimas. Na área pesquisadores identificaram mais de mil nascentes que sustentam a recarga hídrica de rios que abastecem a Região Metropolitana de Belo Horizonte além de importantes bacias hidrográficas, como a do Rio Doce. Nesse sentido, aquela imagem das montanhas como caixas d'água ameaçadas pela mineração, referenciadas na Introdução deste texto, nasce dos esforços do Gandarela, em parceria com o MovSAM, em construir um símbolo para a luta em favor de um bem comum. Tem-se a água como símbolo e a imagem da Serra do Gandarela como um Aquífero. A Imagem 3 estampa um modelo de estudo geológico da região da Gandarela, criado pelo Movimento, para promover a compreensão sobre a relação água e minério naquela montanha. Por meio do esquema divulgado no material de campanha do grupo apresenta-se a presença da água na mesma área onde existem minérios (itabiritos). Por isso, “onde tem água não se pode minerar”, “minério não se bebe”, “a Serra do Gandarela é um aquífero”, o “Quadrilátero é Aquífero-Ferífero”, enfatiza o movimento em seu trabalho significador.¹⁹

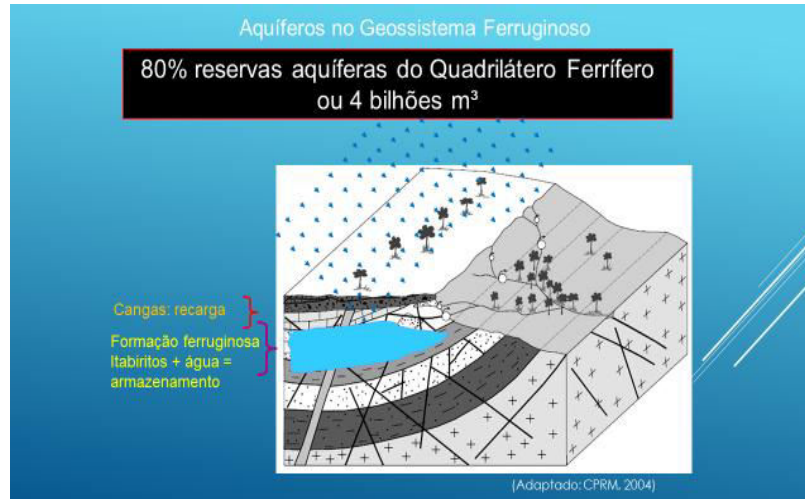


Imagem 3. Aquíferos no Geossistema Ferruginoso da Serra de Gandarela.
Fonte: Movimento Pela Preservação da Serra do Gandarela.

sentido: é da própria dinâmica articulatória característica da rede e da utopia ou projeto que a envolve que resulta o movimento social (Scherer-Warren, 2013: 19).

¹⁸ Originalmente, o projeto Apolo previa ocupar cerca de 6 mil hectares e intervir em 1,8 mil hectares, em direção ao distrito de Raposos, incluindo a instalação de barragem de rejeitos e ferrovia. A cava da mina teria cerca de 477 hectares, e seria a segunda maior de extração de minério de ferro a céu aberto da empresa, depois de Carajás, no Estado do Pará.

¹⁹ As narrativas invocam um conjunto de textos, que invocam também a sua visualidade. Importante salientar que o Movimento Gandarela produziu diversas “marcas” no tempo, tais como exposição fotográfica, jornal impresso, site, rede social, página no Facebook, entrevistas em rádios, jornais, revistas, redes de TV aberta e na Internet, vídeos, depoimentos em audiovisual, documentos, panfletos, campanhas na Internet.

Diante da magnitude do projeto minerador, dos impactos previstos, e embasados em estudos científicos sobre a importância ambiental da Serra, os esforços do MPSG foram concentrados na proposta de criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela (Parna Gandarela) e de Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no seu entorno. Estes outros futuros possíveis visavam contra-argumentar o projeto da mineradora, além de ampliar o escopo de reivindicações, considerando as demandas locais – apicultura, extrativismo vegetal, agricultura de subsistência e turismo sustentável – advindas das próprias comunidades vizinhas à área da futura unidade de conservação. A 13 de outubro de 2014, quatro anos após o início das discussões para a criação do Parque e pouco mais de um ano após o envio da proposta²⁰ ao Ministério do Meio Ambiente, esta unidade de conservação foi criada, com 31,2 mil hectares, abrangendo áreas dos municípios de Nova Lima, Raposos, Caetés, Santa Bárbara, Mariana, Ouro Preto, Itabirito e Rio Acima. Entretanto, a área pretendida pela mineradora – a mesma de onde vertem nascentes que abastecem as bacias dos rios das Velhas, Doce e São Francisco – foi excluída dos limites do Parque. O mesmo ocorreu com áreas que seriam destinadas às RDS, onde vivem cerca de 500 pessoas em comunidades tradicionais; e a Serra do Baú, onde estão lagoas sobre cangas ferruginosas, cercadas de Mata Atlântica, consideradas raras. Justamente regiões que constituem focos de interesse da empresa mineradora.

Como capítulos de uma trama narrativa ainda sem final, a defesa da Gandarela não se encerra com a criação do Parque. A atuação do Movimento permanece vigilante aos pedidos de licenciamento ambiental do projeto minerador, e atuante junto às instâncias jurídicas a fim de impedir o avanço do projeto Apolo sobre a serra. As pequenas vitórias são muito significativas nesse contexto, como as mudanças na localização e na capacidade de armazenamento da barragem de rejeitos proposta pela mineradora, que seria instalada a 7 km da sede do município de Rio Acima e dez vezes maior que a que se rompeu em Mariana.²¹ A participação no conselho gestor do Parque do Gandarela é outra frente de luta na qual o Movimento também está engajado.

Observamos nos gestos narrativos do MPSG três fatores que se configuram como centrais na disposição ou conexão dos elementos que dão sentido a essa trama: 1) a ênfase da defesa centrada na Serra do Gandarela e em suas nascentes, logo, a uma realidade empírica que se aproxima do cotidiano, sendo de fácil acesso à compreensão da população; 2) do uso de dados resultantes de pesquisas científicas, portanto, de uma linguagem especializada para certificar essa defesa, combinados ao apelo emocional dos símbolos que contrastam a preservação da água e do meio ambiente em relação aos impactos da mineração; 3) o contexto da escassez de água no presente como fruto da má gestão desse recurso no passado, o que projeta um quadro de insegurança hídrica em um horizonte/futuro próximo²².

Assim, o alerta à (in)segurança hídrica provocada pelas atividades industriais extractivistas mineradoras dado pelo Movimento Gandarela invoca *espaço de experiência*, a partir do qual os coletivos constroem suas ações, e um *horizonte de expectativas* (Koselleck, 2014) cada vez mais próximo, no qual o agir do presente

²⁰ A proposta foi enviada em janeiro de 2013, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), após as consultas públicas realizadas pelo órgão, em maio de 2012, em cinco dos nove municípios abrangidos.

²¹ Cf. link do Movimento “Diga Não à Barragem de Rejeitos na Fazenda Velha”, disponível em <https://fazendavelharioacima.wordpress.com/>

²² Trata-se de apontamentos a partir de nossa pesquisa, em andamento, no doutoramento em Comunicação, na Universidade Federal de Minas Gerais.

conduz a lógica das ações coletivas. É a partir desse campo experiencial que a resistência ao projeto minerador procura exhibir e explicar uma profusa produção de verdade (Antonelli, 2009) que, por meio de narrativas, permita fraturar a lógica desenvolvimentista do discurso da mineração.

A vitória da Campanha pelas Águas contra o Mineroduto da Ferrous

Quando em junho de 2016 expirou o prazo para o licenciamento ambiental da mineradora Ferrous, em Congonhas do Campo, Minas Gerais, a empresa anunciou que desistira do empreendimento por conta do “momento do mercado”. A empresa tentava licenciar a exploração de mina e a construção de um mineroduto de 400 km ligando Congonhas, na região Central de Minas, até o porto que seria construído em Presidente Kennedy, no Espírito Santo.

O anúncio foi recebido como vitória por movimentos populares que organizaram a luta, desde 2011, quando iniciaram a Campanha pelas Águas contra o Mineroduto da Ferrous. Diversas cidades e comunidades, principalmente rurais, seriam impactadas pela obra, a exemplo do que ocorreu em Conceição do Mato Dentro, onde a Ferrous se instalaria. Também Congonhas, berço da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), além de Viçosa, e da capital Belo Horizonte, seriam igualmente afetadas. A campanha envolveu moradores de diversas cidades, movimentos populares, universidades, e promoveu iniciativas junto a entidades do poder público e à população demonstrando os prejuízos sociais e ambientais previstos da obra.

Um outro importante agente, o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), atuou na mobilização e organização de comunidades e populações atingidas. Em entrevista ao jornal *Brasil de Fato*, a integrante do MAM e moradora do município de Paula Cândido, na rota do mineroduto da Ferrous, Rosilene Pires, contou que, quando abordados pela mineradora para aceitarem uma indenização pela passagem do duto pelas suas terras, os moradores perguntavam se ficariam sem água, ao que os empregados da empresa respondiam: “Não se preocupem, vamos mandar caminhão-pipa para abastecer”.

A população começou a entender que o projeto da Ferrous não era bom para a cidade e que teríamos que escolher entre o mineroduto e a água. Para minerar tem que ter água. O mineroduto precisa da pressão da água para levar o minério. Ele passa nas áreas mais baixas, nos vales, onde ficam as casas das pessoas, áreas de cultivo, paióis e também nascentes dos rios. Isso ia acabar com a água do rio Paraopeba, que serve para o consumo de várias cidades, inclusive Belo Horizonte.²³

A estratégia de cooptação dos moradores era a mesma empregue por diversas mineradoras ao redor do mundo, como argumenta Rajiv Maher, em artigo neste mesmo volume: a divisão da comunidade através da oferta diferenciada de indenizações, a cooptação de lideranças, etc.. Os moradores de Paula Cândido perceberam que estavam sendo divididos. Conheceram os danos causados ao meio ambiente e à comunidade em Conceição do Mato Dentro, onde a Anglo American agiu de maneira semelhante na construção do mineroduto de 529 quilômetros até o Rio de Janeiro e questionaram:

²³ Rosilene Pires em entrevista a Wallace Oliveira, jornal *Brasil de Fato*, a 26.08.2016, sob o título “A vida do povo de um lugar não é levada em conta pela mineradora”. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/26/a-vida-do-povo-de-um-lugar-nao-e-levada-em-conta-pela-mineradora/> Acesso em 26.08.2016.

“mineroduto para quê? Para quem? Vimos que o objetivo era maximizar o lucro dos acionistas da Ferrous, pois seria um transporte mais barato que a linha de ferro”.²⁴

Caminhando para o fim...

Megaempreendimentos da natureza aos que a Samarco, Vale e BHP Billiton operam, especialmente em Minas Gerais, com suas escalas gigantescas em termos de áreas impactadas, minérios extraídos, lucros que ultrapassam bilhões e seu *modus operandi* acoplado à dinâmica econômica do setor mineral mundial, têm estado no centro dos conflitos socioambientais envolvendo água e mineração. Chama a atenção o silenciamento em torno dessa relação e da ameaça aos recursos hídricos resultante do impacto das atividades mineradoras, seja de pequenas comunidades como a de Bento Rodrigues, em Mariana, antes mesmo de ser engolida pelo rompimento da barragem de Fundão, ou de grandes centros urbanos, como a capital de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Acreditamos que o rompimento da barragem de Fundão lançou luzes sobre diversos aspectos pouco conhecidos da maior parte da população, inclusive da que vive muito próxima às minas, envolvendo o uso dos recursos hídricos nesta atividade industrial: i) a profunda dependência do modelo minerador-exportador em vigência em relação à água, implicando a destinação de milhões de metros cúbicos de água misturada aos rejeitos de minério na formação de megaestruturas de barramento como resultante da maximização dos lucros e minimização dos investimentos em segurança;²⁵ ii) a necessidade cada vez maior do uso desse mesmo escasso recurso, a água, desde a etapa de produção até ao transporte do minério por minerodutos; iii) o impacto da construção das próprias estruturas de funcionamento das minas, das barragens e dos dutos de transporte de minérios sobre nascentes, córregos, riachos, rios e aquíferos, comprometendo de maneira definitiva o abastecimento das populações e a recarga dos mananciais.

Ainda que outros desastres envolvendo barragens desta natureza, em Minas Gerais, tenham expostos tais riscos e causado inúmeros danos ambientais às populações e regiões atingidas, o desastre da Samarco, por suas dimensões representou o ponto culminante ou símbolo do que pesquisadores identificam como “fim do megaciclo de *commodities*” (Milanez *et al.*, 2016), pois causou ruturas e feridas diversas que dificilmente irão cicatrizar na vida de milhares de atingidas e atingidos. Vidas que nunca mais serão as mesmas. Destituídos da terra e do acesso a ela, da moradia, de sua história e suas memórias estão os ex-moradores de Bento Rodrigues, sobreviventes da onda de lama que destruiu o povoado. Juntam-se a eles milhares de atingidos e atingidas entre Minas Gerais e Espírito Santo, ao longo do vale do Rio Doce tragicamente rebatizado de “vale do rio morto”.

Esse *presente vivido* por quem sofreu e sofre os impactos causados pelo desastre confronta a ideologia promissora da mineração (Antonelli, 2009), nomeadamente, o futuro no qual o desenvolvimento proporcionado pelo extrativismo se sobreporia a todo e qualquer custo ambiental desta atividade. Tal promessa seria cumprida com a superação dos quadros de desemprego e de “atraso econômico” das cidades onde as mineradoras se instalam e a realização de um suposto progresso no qual a abundância viria em forma de circulação de dinheiro, mais comércio, mais consumidores, mais e melhores serviços públicos. Entretanto, a realidade é outra. A rutura da barragem expôs

²⁴ Idem nota 70.

²⁵ Cf. Santos (2013).

exatamente aquilo sobre o qual paira o manto do silêncio: a perda irreversível das fontes de água. Não só as impactadas a *posteriori*, ou seja, a partir das barragens de rejeitos, mas as impactadas para sempre pela própria atividade extractivista que compromete definitivamente a disponibilidade hídrica para gerações futuras. O *presente vivido* dos atingidos e atingidas pela mineração é também o dos que já enfrentam a escassez hídrica em seus quintais, casas, propriedades rurais, bairros e nas cidades mineradoras

Onde tem minério, tem água. Essa é a característica geológica da maior região produtora de minério de ferro do país e onde localizam-se a Serra do Gandarela e suas irmãs, outras serras já fraturadas e irremediavelmente impactadas pela mineração. Uma vez encerrada a atividade de extração – há uma projeção de que as reservas no Quadrilátero se esgotem em três décadas – o que fica para o futuro “possível” são as megabarragens ameaçadoras e sempre sob a suspeita da insegurança. Os coletivos, a exemplo do MovSAM, Movimento Gandarela e MAM que há tempos questionam esse modelo, ganharam eco: a mineração a todo custo serve a quem? Quem ganha, quem perde com os bilhões retirados da terra e vendidos a baixo custo no mercado global? Não existem alternativas a este modelo? Por que elas não são estimuladas ou sequer pensadas? Se minério é recurso finito, assim como a água, o que iremos beber quando as minas de minério acabarem com nossas fontes de água? Afinal, como nos lembra a campanha do MovSAM, “minério não se bebe”.

Referências bibliográficas

Abreu, Mariana T. (2014), *Histórias de água e minério: os efeitos do Projeto Minas-Rio em Água Quente, Conceição do Mato Dentro*. Monografia, Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, Brasil.

Antonelli, M. (2009), “Minería transnacional y dispositivos de intervención en la cultura. La gestión del paradigma hegemónico de la “minería responsable y del desarrollo sustentable””, in Svampa, M. e Antonelli, M. (orgs.), *Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales*. Buenos Aires: Biblos, pp. 61-102.

Ascerald, Henri (2004), “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais”, in Ascerald, Henri (org), *Conflitos Ambientais no Brasil*, Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll.

Milanez, Bruno; Losekann, Cristiana (orgs.) (2016), *Desastre no Vale do Rio Doce. Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital/Letra e Imagem

Milanez, Bruno; Wanderley, Luiz; Mansur, Maíra; Pinto, Raquel; Gonçalves, Ricardo; Santos, Rodrigo; Coelho, Tádzio (2016), “Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP”, in *A questão mineral no Brasil – Vol 2*, Marcio Zonta e Charles Trocate, (orgs.), Marabá, PA: Editorial Iguana. Consultado a 30.08.2016, disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2016/11/Livro-Completo-com-capa.pdf>.

Koselleck, Reinhart (2014), *Estratos do tempo. Estudos sobre a história* [1ª ed.]. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC.

Santos, Rodrigo (2013), “O projeto neoextrativista e a disputa por bens naturais no território: mineração, direitos e contestação social em torno da terra e da água”, in Antonio Canuto; Cássia Luz; Flávio, Lazzarin (coords.), *Conflitos no Campo-Brasil* 2012. Brasil: CPT Nacional, pp. 15-19. Consultado a 30.08.2016, disponível em: <https://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/316-conflitos-no-campo-brasil-2012>.

Scherer-Warren, Ilse; Simeone, Márcio; Arroyo, Miguel (2013), *Sociedade Civil e Participação*. Belo Horizonte: UFMG.

Zhourri, Andréa; Valencio, Norma; Oliveira, Raquel; Zucarelli, Marcos; Laschefski; Santos, Ana Flávia (2016), “O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social”, *Ciência e Cultura*, 68(3), 36-40. Versão eletrônica consultada a 30.08.2017, disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v68n3/v68n3a12.pdf>.

Zhourri, Andrea; Laschefski, Klemens (2010), “Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação - Introdução”, in Andrea Zhourri e Klemens Laschefski (org.) *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 11-34.

Construyendo caminos de resistencia, de lucha y de vida: desde Intag hasta Tundayme

Verónica Yuquilema Yupangui,¹ Doctoranda del Programa en “Pós-Colonialismos e Ciudadanía Global”, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
killariyu@gmail.com

Resumo: El presente artículo, surge de un profundo agradecimiento y respeto a las personas, comunidades, pueblos y nacionalidades runa, mestizas, negras, montubias y campesinas de Ecuador, por su lucha imparable en la construcción de caminos por y para defender la vida misma de la humanidad y de la naturaleza. Se pondrá en evidencia las iniciativas que han nacido en las organizaciones runa y campesinas de Ecuador para combatir el modelo de desarrollo extractivista basado en el pensamiento eurocéntrico y antropocéntrico. Se compartirán dos procesos de luchas y propuestas: el emprendido por la comunidad de Tundayme, que en su camino de lucha en contra del Proyecto Minero Cóndor-Mirador promovió un proceso *sui generis* de autodeterminación como pueblo “indígena” y, el caso de la población campesina en la Zona de Intag, que durante aproximadamente dos décadas resisten al Proyecto Minero Llurimagua y en su camino de defensa han promovido proyectos de producción agrícola, turismo y desarrollo sostenible para combatir las políticas desarrollistas impuestas.

Palabras claves: Intag, Tundayme, minería, desarrollismo, desarrollo sostenible.

Introducción

La historia del extractivismo en Ecuador inicia en las últimas décadas del siglo XIX, con las primeras concesiones para la extracción de petróleo entregadas en la costa ecuatoriana. No fue sino hasta la década de los 70 del siglo pasado que la extracción y exportación de crudo alcanza gran magnitud, de ahí que, ese periodo es conocido como la era del “boom petrolero”.

Con la inauguración de la era petrolera, existe una larga lista de concesiones entregadas a varias empresas transnacionales, especialmente norteamericanas, para la extracción de crudo; junto con esto, también surgen procesos de resistencia en defensa de sus territorios, de sus formas de vida, de su cultura y de la naturaleza, especialmente, en la región amazónica, donde fueron entregadas grandes concesiones de territorio a empresas transnacionales durante los años 70 del siglo anterior.

¹ Es de la nacionalidad Kichwa Puruwá de Ecuador. Doctoranda del Programa en “PósColonialismos e Ciudadanía Global” y su proyecto es sobre Plurinacionalidad y Justicias Originarias en Ecuador, realizó su licenciatura en Derecho en la Universidad de las Américas en Quito, Ecuador. Trabajó en la Fundación Regional de Asesoría en Derechos Humanos INREDH con comunidades indígenas en la reivindicación de las justicias originarias y también acompañó algunas luchas en contra de la minería y las hidroeléctricas en Ecuador.

De la mano de la extracción del petróleo devino un saldo ambiental y humano inconmensurable: daños ambientales irreversibles y genocidio. Uno de los casos más catastróficos ocurrió en los campos petroleros operados por la compañía Chevron-Texaco, que durante 1964 y 1990 operó en las provincias de Sucumbíos y Orellana, extrayendo “cerca de 1.500 millones de barriles de crudo, vertió miles de millones de barriles de agua de producción y desechos, y quemó billones de pies cúbicos de gas.” (Acosta, 2009: 73), causando daños en la naturaleza, en la salud de las personas y, la extinción de al menos dos pueblos indígenas: los tetetes y sansahuaris. Los y las afectadas por este ecocidio y genocidio demandaron a la compañía Chevron-Texaco y hasta el día de hoy el litigio judicial continúa en tribunales nacionales e internacionales. El caso Chevron-Texaco es uno de los más emblemáticos en el país y en la región.

Tras casi un siglo de bonanza petrolera que dejó como resultado miles de hectáreas contaminadas; población social, cultura y económicamente devastada; extinción de pueblos indígenas y sin la consecución del sueño de “desarrollo”; sino más bien dentro de un período de recesión económica y de sumisión a las políticas neoliberales dictadas por Estados Unidos en el conocido Consenso de Washington, el Ecuador en la década de los 80 del siglo pasado decide abrir manos hacia la explotación minera a gran escala (Acosta, 2009).

Es así que para el año 2008, “el número de concesiones otorgadas (inscritas y en trámite) fue de 3.995, lo que abarca una superficie de 3,1 millones de hectáreas y representa el 12.20% del total de la superficie del país.”(Acosta, 2009: 108). La mayoría de las concesiones fueron entregadas a capitales canadienses.

En este contexto de entrega de concesiones mineras y los evidentes resultados catastróficos que seguía viviendo con la extracción de petróleo en la Amazonía, las poblaciones cuyos territorios habían sido entregados en concesión para la realización de la etapa de prospección y exploración minera a gran escala, empezaron procesos fuertes de lucha en sus propios territorios; impulsando demandas en los tribunales de justicia e incidiendo en la comunidad internacional.

En este camino de lucha y resistencia, en los siguientes apartados se dará a conocer dos de los casos emblemáticos que han surgido en busca de defender sus territorios, su vida, su cultura y naturaleza. Al tiempo se evidenciará los caminos construidos por las comunidades, pueblos y nacionalidades para decir “no” a la megaminería.

La Cordillera del Cóndor: La Tierra de oro que defienden los Shuar, campesinos y mestizos

Con la ambición estatal puesta en la minería, la mirada fue fijada en el Sur del Ecuador, en las provincias amazónicas de Morona Santiago y Zamora Chinchipe, en donde según estudios exploratorios se determinó que existía la mayor riqueza minera del país, es así que:

A inicios de 2010, la Secretaría Nacional de Planificación (SENPLADES) anunció que los proyectos de las empresas canadienses Corriente Resources y Kinross (antes Aurelian) y el de la empresa Cóndor Gold, ubicados en las provincias mencionadas, habían sido incluidos entre las prioridades de inversión nacional. (CEDHU y FIDH, 2010: 14-15)

En esta zona existen varios proyectos mineros de Gran Escala, que han sido considerados prioritarios: el Proyecto Cóndor-Mirador, Fruta del Norte y Panantza-San Carlos, los dos primeros ubicados en la provincia de Zamora Chinchipe y el último, en Morona Santiago.

El Proyecto minero Cóndor Mirador que fue entregada en concesión por el gobierno ecuatoriano a la compañía canadiense Corriente Resources Inc., “está ubicado en las parroquias rurales Tundayme y El Güisme del cantón El Pangui, provincia de Zamora Chinchipe y las áreas de concesiones mineras que lo integran suman 9.925 hectáreas.”

(CEDHU y FIDH, 2010: 42), actualmente se encuentra en manos de la empresa china Tongling Nonferrous Metals Group Holdings y Railway Construction Corporation Limited (CRCC – Tongguan), operada a través de su filial ecuatoriana la empresa Ecuacorriente (ECSA).

En marzo de 2012, el estado ecuatoriano firmó con ECSA² (El Comercio, 2012), el primer contrato de explotación minera a cielo abierto en el país, para la extracción principalmente de cobre, y mínimamente de oro y plata por un período de tiempo de 25 años, pudiendo el contrato ser renovado por un tiempo adicional similar (León y Lu, 2014: 23), desatando así una ola de resistencia mayor y por ende, represión y criminalización a la población local que defiende sus territorios desde el inicio de la etapa exploratoria efectuado por Corriente Resources.

¿Qué defienden los pobladores de la zona? A *prima face* la respuesta es: defienden la vida de todos y todas las ecuatorianas, debido a que este proyecto minero pretende desarrollarse en uno de los hotspot más biodiversos del mundo, la Cordillera del Cóndor y, además, es el hogar originario de miles y miles de personas, comunidades y pueblos pertenecientes a la nacionalidad Shuar, campesinos/as y mestizos.

[La Cordillera del Cóndor] está situada en la cordillera oriental y en las tierras bajas de la Amazonía ecuatoriana-peruana e incluye el Parque Nacional Sangay en Ecuador y el Parque Nacional Cordillera Azul en Perú. En Ecuador, la zona de la cordillera incluye la cuenca del río Coangos en el norte, la cuenca del río Nangaritzza en el centro y desde el oeste del río Zamora hasta el río Santiago en el norte. Este corredor es conocido por su importante diversidad biológica, 100 pues está conformado por 16 ecosistemas ubicados en sus tierras bajas de bosque amazónico y en las mesetas de las zonas altas. Su geografía y topografía es tan particular que ha permitido el desarrollo de nichos biológicos únicos. Se calcula que la flora en la cordillera del Cóndor alcanza unas 4.000 especies de plantas, y entre 300 y 400 especies de briófitas. (Neill, David apud CEDHU y FIDH, 2010: 28)

Con la firma del contrato, las amenazas en contra de la vida armónica de los pobladores fueron cada vez más inminentes, en consonancia sus luchas estuvieron enmarcadas sobre todo por la auto-organización, movilización y búsqueda de estrategias tanto a nivel jurídico, político y social. En ese marco, la nacionalidad Shuar ha sido uno de los protagonistas de un frente visible y firme que lucha en contra de la megaminería, lo que les ha llevado al enjuiciamiento de varios de sus dirigentes, a padecer de hostigamientos permanentes tanto por parte de las empresas como por parte del propio Estado y desalojos forzosos de sus hogares.

En un hecho reciente, ocurrido el día 11 de agosto de 2016, comuneros y comuneras de la comunidad Shuar Nankints, en la provincia de Morona Santiago, fueron desalojados de sus territorios y sus viviendas destruidas con el apoyo y blindaje de la fuerza pública del estado ecuatoriano. En este territorio se pretende desarrollar el Proyecto Panantza-San Carlos, operado por la empresa minera Explorcobres S.A EXSA, filial de Ecuacorriente.

Las políticas coloniales y capitalistas del gobierno actual tanto como los anteriores han dado como resultado un escenario favorable para las inversiones mineras, de ese modo, pese a contar con informes técnicos que evidenciarían los daños irreversibles que provocarían una mina a cielo abierto y en oposición al mandato constitucional, al igual que el resto de proyectos mineros, Cóndor - Mirador sigue en marcha en complicidad flagrante de la estructura estatal.

²Consultada el 12 de agosto de 2016, en <http://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/wilson-pastor-firmo-contrato-ecuacorriente.html>.

CASCOMI: entre el Estado Colonial y su autodeterminación como Comunidad Shuar

La parte accionante acude a esta Judicatura como comunidad indígena, pero lo que se ha verificado con el testimonio de las personas que han comparecido a la audiencia a rendir su testimonio, es que no se trata de una comunidad indígena Shuar[...] la Comunidad Amazónica “CASCOMI”, no es titular de derechos colectivos, tal como se lo ha expuesto. (Extracto Sentencia de Primera Instancia dictada por el Juez de la Unidad Judicial de lo Penal del cantón Zamora-Ecuador).

No es común iniciar un apartado con el fragmento de una resolución judicial que de cierta forma desincentiva a quien lo lee; sin embargo, parece importante traerlo a colación para poner en relevancia el camino de lucha emprendido por la Comunidad Indígena Amazónica de Acción Social Cordillera del Cóndor Mirador CASCOMI, en contra de una de las Empresas mineras más grandes en Ecuadore incluso, del propio Estado.

CASCOMI se encuentra ubicada en la Cordillera del Cóndor, en el barrio San Marcos, en la parroquia Tundayme, cantón el Pangui, provincia de Zamora Chinchipe; su territorio hace parte del Proyecto Minero Cóndor Mirador³ que, como se dijo, está en camino a explotarse y cuando suceda, la Tierra milenaria de sus abuelas y abuelos, según la propia empresa se convertirá en una playa de relaves (CEDHU y FIDH, 2010: 84).

El valle del barrio San Marcos, donde la comunidad se desarrollaba libremente, de pronto se vio amenazada con la presencia de mineros canadienses en su momento y ahora de nacionalidad china; considerando que ese territorio se convertiría en una relavera de la mina, sus habitantes debían salir de la zona; para el efecto, la empresa inicio en un primer periodo, compra-venta de terrenos de forma irregular, pagando precios irrisorios y con promesas de mejores condiciones; posteriormente, con la firma del contrato de explotación y la urgencia del gobierno por contar con recursos económicos, la empresa accionó las vías legales existentes a nivel local tal como la figura legal de servidumbre, con la finalidad de desalojar a los habitantes y de forma celera adjudicarse los terrenos y dar continuidad al proyecto.

¿Cuál es el camino sembrado por CASCOMI?

“Las luchas se ganan en los juzgados pero también en las calles, los dos caminan juntos”, ese fue el lema que me acompañó cuando formé parte del equipo legal de la Fundación Regional de Asesoría en Derechos Humanos INREDH, sólo de ese modo se puede comprender que una lucha en los tribunales de justicia sólo se forja si van de la mano de la movilización y resistencia.

Es así que los pobladores de San Marcos ahora CASCOMI, además de emprender procesos de resistencia *de facto*, llevaron a cabo estrategias jurídicas y administrativas innovadoras.

Frente a la amenaza de la megaminería, reconociendo las raíces indígenas de sus miembros y en ejercicio del derecho constitucionalmente reconocido por el Estado ecuatoriano y con un gran bagaje de fundamentos en la esfera internacional, los pobladores de San Marcos decidieron autodeterminarse como indígenas Shuar.

³ Según Ecuacorriente, las poblaciones que se consideran dentro del “área de influencia directa”²³⁷ del Proyecto Mirador son: Valle del Quimi (en la parroquia Bomboiza, cantón Gualaquiza), Tundayme, San Marcos, Quimi, la comunidad de Churuwia (en la parroquia Tundayme, cantón El Pangui), las poblaciones de Chuchumbleta, la comunidad de Paquintza y la población de Santa Cruz, (en la parroquia El Guisame, cantón El Pangui) y la cabecera cantonal de El Pangui[...] (CEDHU y FIDH, 2010: 75)

De este modo, conforme el procedimiento legal ecuatoriano posibilita, la comunidad autodeterminada como shuar solicitó el respectivo reconocimiento a la Confederación de Nacionalidades Originarias de la Amazonia Ecuatoriana CONFENIAE,⁴ el mismo que fue acogido en mayo del año 2014. Finalmente, con el objetivo de contar con una personería jurídica que efectivice legalmente su reconocimiento, CASCOMI presentó su petición ante el órgano estatal encargado del mismo y en agosto del mismo año, fue registrada legalmente como comunidad Shuar por el Consejo de Desarrollo de las Nacionalidades y Pueblos del Ecuador CODENPE, con acuerdo No. 3001.

Con este precedente, la comunidad CASCOMI sembró un camino *sui generis* dentro de las diversas estrategias que nacen en el vientre de la lucha por defender los territorios del sistema colonial y capitalista, depredador de la Pachamama; por ello, hace sentido dar una mirada especial al mismo, desde las herramientas jurídicas y administrativas que los Derechos y el Derecho accionados por la comunidad han brindado para ese tipo de respuestas concretas.

El profesor Boaventura de Sousa Santos (2012), en busca de dar respuesta a su pregunta ¿Puede el Derecho ser emancipatorio? y practicando un ejercicio de una sociología de las emergencias, nos comparte los caminos de resistencia que se manifiestan para sustentar esta pregunta aún sin respuesta pero con muchas huellas. Es que el derecho convencionalmente usado muestra su servilismo al grupo hegemónico que predomina, tal como se puede evidenciar en este caso, cuando la empresa acciona vías judiciales a través de las servidumbres.

No obstante, los Derechos y el Derecho, unido o conjugado a procesos de resistencia y movilización sostenidos por los movimientos sociales, indígenas, campesinos, trabajadores, etc, tal como señala el profesor Sousa Santos, puede también convertirse en herramientas contrahegemónicas, haciendo parte de lo que él denomina «legalidad cosmopolita subalterna»; siendo posible por tanto, sembrar un sendero real hacia la «emancipación social». Tal es el caso que se está poniendo en consideración.

Puesto que, con el reconocimiento legal obtenido, la comunidad Shuar CASCOMI, filial de la CONFENIAE, impulsó procesos constitucionales en los tribunales de justicia nacionales en busca de defender y proteger sus derechos como nacionalidad indígena; es así, que en enero del año 2015 interpuso una acción de protección en contra de dos instituciones estatales que constituyeron una servidumbre minera a favor de la Empresa Minera Ecuacorriente, violando entre otros, su derecho colectivo a ser consultados de forma libre, previa e informada.

En febrero del mismo año, el Juzgado de primera instancia, basada en una sentencia⁵ dictada por la Corte Constitucional ecuatoriana que establece ciertas condiciones para que una nacionalidad indígena pueda ejercer los derechos colectivos previstos por la Constitución, de forma ilegítima e inconstitucional negó la acción, aduciendo que CASCOMI no podía ser considerada una nacionalidad y por tanto, no podía exigir el cumplimiento de estos derechos, exclusivos para la población (que en su criterio) son indígenas. Además del extracto con que se dio inicio este apartado, el juez de la Unidad Judicial Penal del Cantón Zamora – Ecuador, en el Juicio N° 1928120150025 sobre acción de protección interpuesta por la Comunidad CASCOMI, de fecha 10 de febrero de 2015, señaló lo siguiente:

los miembros de “CASCOMI”, al ser ciudadanos que pertenecen a la sociedad en general, no pueden reclamar para sí acciones afirmativas, puesto que ellos pueden hacer uso de todos sus derechos comunes y

⁴ Organización regional, filial de la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador CONAIE.

⁵ Sentencia de la Corte Constitucional de Ecuador Nro. 001-10-SIN-CC, de fecha 18 de marzo del 2010, citada en la resolución del caso de la Comunidad CASCOMI.

fundamentales, a excepción de los derechos colectivos que son de otra magnitud y para grupos sociales específicos reconocidos por la Constitución y que se encuentran en desventaja. (CASCOMI, 2015)

Dejando entrever, por un lado, el visible sesgo colonial que dentro de las estructuras estatales sigue permanente, por el que ahora incluso, osadamente niegan a esta comunidad su libre autodeterminación y, por otro, la sumisión y obediencia al sistema capitalista que de la mano de las Empresas transnacionales y del propio Estado, sigue perpetuándose al solapar la flagrante violación de derechos de esta comunidad Shuar.

Empero, esta “piedra en el camino” inevitable e incluso tras haber sido desalojados forzosamente de su tierra en septiembre y diciembre del año pasado, su camino de lucha y resistencia no se ha doblegado; CASCOMI continúa firme en su defensa, tanto en los tribunales de justicia como en el territorio; tal es así que tras haber recibido una sentencia favorable en el proceso judicial civil de Reivindicación,⁶ que la empresa Ecuacorriente seguía en contra de la comunera la Señora Julia María Ordoñez Samaniego (Sánchez, 2016),⁷ la comunidad con el propósito de continuar con su fin último de defender su tierra ancestral, han decidido repoblar esas tierras, diciendo NO a la megaminería.

En suma, ¿Cuál es la utopía que CASCOMI deja con esta autodeterminación? Al no contar con sus voces propias, me atrevo a proponer dos respuestas, que parten de un sentir propio.

El primero, es que la comunidad muestra que los caminos implementados por el derecho eurocéntrico, aunque no hayan logrado aún conseguir su fin último: su comunidad libre de la megaminería puede posibilitar un nuevo frente de defensa ante la amenaza depredadora del extractivismo; es decir, que este caso podría tratarse de un ejemplo de legalidad subalterna que usa y sigue usando una herramienta hegemónica para un fin no hegemónico (Santos, 2010: 102).

El segundo, es que la sola autodeterminación como nacionalidad indígena rompe con los cánones impuestos por el sistema colonial dominante/Estado y que además, se sigue reproduciendo en las resoluciones dictadas por las instancias judiciales que colocan condiciones desde una visión eurocéntrica para definir sobre quién puede o no puede ser considerado indígena; esto obviamente, sin dejar de lado la imposibilidad legal y constitucional que un tribunal de primera instancia tenga para refutar o decidir sobre tal condición.

A su vez, se trata de una comunidad que alejada de los prejuicios raciales absurdos existentes, incorporó este elemento en su proceso de defensa de su territorio y vida, fracturando de esta forma, los cánones dominantes en el cuerpo, mente y corazón de la propia sociedad ecuatoriana, que reniega de manera férrea sus orígenes indígenas. Ante la estructura racista, CASCOMI nos dice: Volvemos a nuestros orígenes indígenas no sólo porque nos permite defender nuestra tierra y la vida de todos y todas, sino porque queremos “[...] *reconstruir nuestra comunidad de raíces ancestrales*”,⁸ mostrándonos que ese es un paso necesario en el proceso necesario de descolonización de los cerebros y almas de los pueblos colonizados, que habla Silvia Rivera Cusicanqui (2010).

De tal manera que, la semilla que deja CASCOMI es parte del vasto sendero de alternativas contrahegemónicas que los movimientos sociales, indígenas y campesinos construyen para luchar en contra de un sistema excluyente.

⁶ Según el artículo 933 del Código Civil ecuatoriano (2005): “La reivindicación o acción de dominio es la que tiene el dueño de una cosa singular, de que no está en posesión, para que el poseedor de ella sea condenado a restituirla”.

⁷ Sentencia en el proceso civil de reivindicación N° 1933120142127 seguido por la Empresa Ecuacorriente en contra de la Sra. Rosa Elvira Sánchez. Dictado por la Primera y Única Sala de la Corte Provincial de Zamora. Ecuador

⁸ Estatuto de la Comunidad Amazónica Acción Social Cordillera del Cóndor Mirador.

Íntag, un pueblo con corazones que se resiste y no paran de luchar y vivir dignamente

“Si nos mandan los mineros no nos vamos a dejar pues, pa’ eso soy del PUEBLO y no me canso de LUCHAR.” Mural en la Comunidad de Junín. Foto: Pablo Campaña⁹

Ciertamente, cuando se habla de las luchas en contra de la megaminería e incluso de la minería sola, resalta el proceso construido y sostenido durante más de 20 años por las Comunidades Campesinas de la Zona de Íntag en contra de las varias empresas transnacionales mineras que con la veña estatal han pretendido ingresar a realizar actividades de prospección, exploración y explotación de recursos naturales, concretamente, cobre.

La zona de Íntag ubicada en las estribaciones occidentales de los Andes ecuatorianos, en la provincia de Imbabura, es parte de la zona de amortiguamiento de la Reserva Ecológica Cotacachi-Cayapas, y comprende casi la totalidad de la Cordillera del Toisán, formando así “[...] parte de una de las regiones más importantes de nuestro planeta conocida como la Provincia Florística o Bioregión del "Chocó" que se extiende desde el sur de Panamá, Colombia y el noroccidente del Ecuador, está catalogada como una de las 10 regiones más importantes en el mundo desde el punto de vista biológico.” (INREDH 2007), en un informe reciente del año 2015 elaborado por la Critical Ecosystem Partnership Fund¹⁰ asevera que la Cordillera de Toisán es uno de los hotspots más biodiversos:

Más al norte en la Cordillera Occidental y adyacente a la porción ecuatoriana del Hotspot Tumbes-Chocó-Magdalena, hay un grupo de siete ACBs [Áreas Clave para la Biodiversidad], seis de las cuales son prioridades biológicas. La mayor es la ACB Reserva Ecológica Cotacachi Cayapas (ECU61), que está rodeada de ACBs ligadas a áreas protegidas privadas (Los Cedros-ECU14, IntagToisán-ECU34). (Young *et al.*, 2015: 46-47)

Esta zona comprende 7 parroquias rurales: Apuela, Cuellaje, García Moreno, Plaza Gutiérrez, Peñaherrera y Vacas Galindo que pertenecen a la jurisdicción cantonal del Municipio Descentralizado de Cotacachi, y Selva Alegre, perteneciente a la jurisdicción del cantón Otavalo.

El camino con la odisea minera empieza en 1990 cuando la compañía japonesa Bishi Metal con el financiamiento de la Agencia Japonesa para la Cooperación Internacional (JICA) inició trabajos de prospección y exploración en busca de minerales en la zona de Junín, comunidad perteneciente a la parroquia García Moreno, dejando a su paso contaminación con metales pesados y tóxicos en el Río Junín y como tal afectaciones en la salud de los habitantes de la zona que usan el río para uso personal (Zorilla, 2014).

En respuesta a estas vulneraciones, las poblaciones que evidenciaron las afectaciones de Bishi Metal se organizaron con la firme decisión de no permitir que la actividad minera se realice en sus territorios y conformaron la organización Defensa y Conservación de Íntag (DECOIN); la unidad y organización obtuvo su primer logro en 1997, cuando la compañía japonesa, al verse amenazada, abandonó el proyecto.

⁹ Este fragmento fue tomado de la fotografía que hace parte del artículo titulado “La grieta que divide a Íntag”, de autoría de Pablo Campaña. Consultado el 10 de agosto en <http://gkillcity.com/articulos/el-mirador-politico/la-grieta-que-divide-intag>
La Critical Ecosystem Partnership Fund une a siete líderes globales que se han comprometido para posibilitar que las organizaciones no gubernamentales y del sector privado ayuden a proteger los ecosistemas vitales.

El Estado ecuatoriano, por su parte, hizo caso omiso de su responsabilidad de velar por el respeto de los derechos de la población intaña y más bien brindó toda la apertura e incentivos legales a las empresas mineras, de tal forma, la concesión de la zona de Junín volvió a ser subastada, tras ventas y reventas entre empresarios mineros, la concesión cuprífera Junín y Chaucha quedó en manos de la compañía Ascendant Cooper (luego llamado Cooper Mesa), con sede en Canadá.

Durante el periodo que esta empresa fue propietaria de la concesión incoó una serie de vulneraciones a los Derechos Humanos en contra de los pobladores que defendían su territorio: amenazas de muerte; invasiones a sus tierras; enjuiciamientos; contratación de un grupo “paramilitar” para defender el área de concesión de la empresa, entre otros; sin embargo, la convicción de los y las campesinas de Íntag por su lucha no les hizo claudicar y continuaron con firmeza. Sus intensas manifestaciones de resistencia en contra de la empresa minera – que incluso vino dado de enfrentamientos con el grupo “paramilitar” de la Empresa – y su incidencia en el escenario político a través de movimientos, organizaciones sociales, ambientales, indígenas, hicieron que en el año 2009 Cooper Mesa pierda la concesión definitivamente.

Lo que parecía ser el final de la historia minera en Íntag, devino en una nueva pesadilla. El Gobierno del Presidente Rafael Correa en base a su abierta política extractivista y colonial impuesta para el Estado, firmó en el año 2011 un acuerdo con el gobierno chileno para la reactivación del Proyecto que para entonces tomó el nombre “Llurimagua”, Ecuador participaría mediante la Empresa Nacional Minera (ENAMI) y Chile a través de la empresa minera nacional CODELCO.

Así como el defensor de Derechos Humanos, Carlos Zorrilla manifiesta: “La historia se repite”, Íntag sigue en su camino de lucha, con altos y bajos, esto último resultado de la injerencia estatal y de las empresa mineras que ha buscado destruir la organización, camina repitiendo un legado de lucha ejemplar, porque tal como la prensa internacional retrató en un titular, no es de todos los días encontrarse con triunfos como éste: “*Los campesinos ecuatorianos que expulsaron a dos multinacionales mineras*” (Giménez, 2015), así su proceso por defender sus derechos no ha parado.

Tejiendo “Alternativas Vivas”: Comunitariedad, creatividad y productividad desde el corazón de Íntag

Somos hombres y mujeres, líderes y lideresas, colectivos y organizaciones, que luchamos por la libertad y la dignidad. Nos encontramos aquí para compartir con alegría y esperanza nuestra experiencia en la defensa de nuestros territorios, disfrutando la biodiversidad y generosidad intaña (...). Hemos compartidos nuestros productos, nuestra palabra y nuestros sueños, para mostrarnos a nosotros y al mundo entero que sí existen alternativas a la actividad minera; alternativas que están más vivas que nunca. (Fragmento del Pronunciamiento del Festival Comunitario, Creativo y Productivo Alternativas)

Así comienza el pronunciamiento del Festival que tomó el nombre “Alternativas Vivas”, que fue organizado y celebrado por todos y todas quienes hacen frente a las actividades megamineras en Ecuador, en julio del 2015 en el marco de las acciones por el Día Mundial Contra la Megaminería 2015.

Tal como reflexiona Arturo Escobar (2002), al hacer alusión a la existencia de desarrollos alternativos que surgen de las «glocalidades» que son inexistentes para el sistema dominante, las propuestas que han ido tejiendo los pobladores de Íntag organizados, incentivan a pensar en que no solo que son posibles las “*otras formas de decir no*” sino que ya existen, que como se dice en Ecuador: “*Ya se están cocinando*”. Sin duda, Íntag es uno de esos referentes, en sus largos años de lucha y defensa han ido tejiendo

turismo ecológico y comunitario, café bajo sombra, agricultura ecológica, grupos de mujeres artesanas (fibra de cabuya), grupos productores de pulpa de fruta, cooperativa de productores de leche, propuesta de hidroeléctricas comunitarias son solo algunas de las alternativas en marcha y generadas por las comunidades y organizaciones. (Zorilla 2014)

Pese a las presiones externa para debilitarlos, la organización y la unión han sido la base de su camino de defensa, es así que en el año 1995, frente a la amenaza de la compañía Bishi Metal fundaron la organización de base de Defensa y Conservación de Íntag (DECOIN), con la finalidad de “conservar la biodiversidad y promocionar las alternativas sustentables para el desarrollo” (DECOIN, s.d.).

La DECOIN fijó su mirada en la necesidad de fortalecer a las comunidades, es así que trabajó en la concienciación del respeto a la naturaleza, dando a conocer las implicaciones de la minería; así también, buscó “crear y/o apoyar las alternativas a la minería que se estaban dando en la zona, como, por ejemplo, la Asociación Agroartesanal de Caficultores Río Intag (AACRI), grupos de artesanas y proyectos de turismo comunitario” (Zorilla, 2014), en esa línea de crear una producción y comercio justo y sustentable, en el 2009 crearon *La Casa de Intag*, una tienda ubicada en el cantón Otavalo, provincia de Imbabura que comercializa los productos elaborados y producidos por los grupos de la zona de Intag, tales como café, productos agrícolas, entre otros.

Otra de las estrategias impulsada fue de la mano del Gobierno Municipal de Cotacachi de la época, que precedido por el Economista Auki Tituaña, en septiembre de 1997 aprobaron una ordenanza cantonal en que se declaró a Cotacachi como “Cantón Ecológico”, prohibiendo toda forma de actividades que amenacen el medio ambiente, sobre todo la minería (Zorilla, 2014; DECOIN, s.d.), buscando de esta forma juntar esfuerzos entre los diferentes actores locales presentes en la zona.

Estos aportes han ido hilando caminos de desarrollo(s) basados en las propias lógicas de vida de los pobladores de Íntag, lo que les han llevado a constituirse en el ejemplo referente de resistencia en contra de la minería.

Los granos de quinua de su lucha están llenando el mundo de utopías, de «utopías críticas» que habla el Profesor Boaventura de Sousa Santos, cuando afirma que estas utopías nos permiten crear y consolidar alternativas que posibilitan el camino de una «globalizaçãõ contra-hegemónica» (Santos, 2004: 11) y nos alienta a seguir soñando en “Otro Mundo Posible”.

En forma de conclusión

Las alternativas contra-hegemónicas que nacen del corazón de los pueblos abatidos por el sistema colonial, capitalista y patriarcal están forjando otros mundos posibles, esos mundos invisibilizados dicen no y muestras que la unidad, la organización y el uso de herramientas hegemónicas son armas que pueden disparar un arco iris de alternativas innovadoras, sostenibles y respetuosas con la naturaleza y el Ser Humano.

Íntag y CASCOMI son tan sólo una muestra de las luchas diarias que libran las comunidades, pueblos y nacionalidades indígenas, campesinas, mestizas en Ecuador para defender sus territorios de las actividades extractivas; al norte, al sur, al este, al oeste y al centro de Ecuador son varias las iniciativas emprendidas por sus poblaciones. A ellos y ellas nuestro cariño, agradecimiento y apoyo incondicional, ya sea en las calles, en la selva, en la montaña o simplemente, como en esta ocasión me ha tocado, en letras.

Referencias

- Acosta, Alberto (2009), *La Maldición de la Abundancia*. Quito-Ecuador: Abya Yala.
- Campaña, Pablo (2014), “La grieta que divide a Íntag”. Consultada el 10.08.2016, disponible en <http://gkillcity.com/articulos/el-mirador-politico/la-grieta-que-divide-intag>
- CEDHU; FIDH (2010), *Intervención Minera a Gran Escala en Ecuador y vulneración de Derechos Humanos. Caso Corrientes Resources Inc.* Quito-Ecuador: CEDHU.
- Código Civil Ecuatoriano (2005), promulgado en el Registro Oficial Suplemento (1), N° 46, el 24 de junio de 2005.
- DECOIN (s.d.), "La historia de la resistencia", página consultada a 06.08.2016, en <http://codelcoecuador.com/la-historia-de-la-resistencia/>
- El Comercio (2012), “Wilson Pastor firmó contrato con Ecuacorriente”, página consultada a 12.08.2016, disponible en <http://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/wilson-pastor-firmo-contrato-ecuacorriente.html>.
- Escobar, Arturo (2012), “Globalización, Desarrollo y Modernidad”, *Planeación, Participación y Desarrollo*, 9-32. Medellín-Colombia: Corporación Región, 2002. Consultada el 6 de agosto de 2016, disponible en <http://www.oei.es/salactsi/escobar.htm>
- Estatuto de la Comunidad Amazónica Acción Social Cordillera del Cóndor Mirador.
- Festival Alternativas Vivas (2015), "Pronunciamento del Festival Comunitario, Creativo y Productivo Alternativas Vivas", página consultada a 06.08.2016, disponible en <http://www.agenciaecologista.info/reporteros-populares/64-nacional/839-pronunciamento-del-festival-comunitario-creativo-y-productivo-alternativas-vivas>
- Giménez, Jaime (2015), "Los campesinos ecuatorianos que expulsaron a dos multinacionales mineras", página consultada a 06.08.2016, disponible en http://www.eldiario.es/desalambre/mineria-Intag-Ecuador-America-Latina_0_411909569.html
- INREDH (2007), "Intag: Una comunidad luchando por la vida" página consultada a 03.08.2016, disponible en <http://www.alainet.org/es/active/18728>.
- León, Gabriela; Lu, Mercedes (2014), *Impactos ambientales y sociales de la minería metálica a cielo abierto y su contexto normativo en el Ecuador*. Quito-Ecuador: ECOLEX.
- Rivera Cusicanqui, Silvia (2010), *Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- Santos, Boaventura de Sousa (2012), “¿Puede el Derecho ser Emancipatorio?”, *Derecho y Emancipación*. Quito-Ecuador: Centro de Estudios y Difusión del Derecho Constitucional CEDEC, pp. 63-146.
- Santos, Boaventura de Sousa (2004), “O Fórum Social Mundial: Manual de uso”, *O Fórum Social Mundial: Manual de uso*. Madison-Estados Unidos, pp. 9-11, consultado a 08.05.2017, disponible en <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/fsm.pdf>.

Estatuto de la Comunidad Amazónica Acción Social Cordillera del Cóndor Mirador CASCOMI (2014), aprobado por el Consejo de Desarrollo de Nacionalidades y Pueblos del Ecuador, el 21 de agosto de 2014.

CASCOMI (2015), Sentencia sobre acción de protección interpuesta por la Comunidad CASCOMI, en el Juicio N° 1928120150025. Dictada por la Unidad Judicial Penal del Cantón Zamora, el 10 de febrero de 2015. Ecuador.

Sánchez, Rosa Elvira (2016), Sentencia en el proceso civil de reivindicación N° 1933120142127, interpuesta por la Empresa Ecuacorriente en contra de la Sra. Rosa Elvira Sánchez. Dictada por la Primera y Única Sala de la Corte Provincial de Zamora, el 17 de mayo de 2016. Ecuador.

Young, Bruce; Josse, Carmen; Stern, Margaret; Vasconez, Sigrid; Olander, Jacob; Sanchez de Lozada, Alexandra; Zador, Michele; Smyth, Regan; Comer, Patrick; Moull, Kevin; Echavarría, Marta; Hak, Jon (2015), "Hotspot de Biodiversidad de los Andes Tropicales". Critical Ecosystem Partnership Fund". Página consultada a 10.08.2016 disponible http://www.cepf.net/SiteCollectionDocuments/tropical_andes/Tropical_Andes_Profile_final_4_2015_SP.pdf.

Zorrilla, Carlos (2014), "Breve historia de la resistencia a la minera en Íntag, Ecuador", página consultada a 03.08.2016, disponible en <http://codelcofueraeintag.blogspot.pt/2014/11/breve-historia-de-la-resistencia-en.html>.



Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

A Cescontexto é uma publicação online de resultados de investigação e de eventos científicos realizados pelo Centro de Estudos Sociais (CES) ou em que o CES foi parceiro. A Cescontexto tem duas linhas de edição com orientações distintas: a linha "**Estudos**", que se destina à publicação de relatórios de investigação e a linha "**Debates**", orientada para a memória escrita de eventos.

CES

Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3001-401 Coimbra, Portugal
T. +351 239 855 570
F. +351 239 855 589
www.ces.uc.pt
ces@ces.uc.pt

CES - Lisboa

Picoas Plaza
Rua do Viriato, 13
Lj 117/118
1050-227 Lisboa, Portugal
T. +351 216 012 848
F. +351 216 012 847
www.ces.uc.pt/ces-lisboa
ceslx@ces.uc.pt

